

**POLÍTICAS AMBIENTAIS
E AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS**

JEANE CAPELLI PEN

Dissertação apresentada na área de
concentração de Saúde Ambiental da
Faculdade de Saúde Pública da
Universidade de São Paulo para obtenção do
Grau de Mestre.

Área de concentração: Saúde Ambiental


**ORIENTADOR: PROF. TIT. CARLOS
CELDO DO AMARAL E SILVA**

**São Paulo
2003**

PEN, JC. Políticas Ambientais e as Organizações Não Governamentais. São Paulo; 2003. [Dissertação de Mestrado - Faculdade de Saúde Pública da USP.]

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, por processos fotocopiadores. Ao usá-lo, cite a fonte.

Assinatura:



Data: 14 de abril de 2013

AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos ao meu orientador, Prof.Tit.CARLOS CELSO DO AMARAL E SILVA pela amizade e apoio nesta experiência acadêmica.

À minha mãe, Profa. Dra.CONCEIÇÃO APPARECIDA SILVA CAPELLI, em quem eu me espelho na conduta, eficiência e beleza. Ao meu pai, Dr. JONAS CAPELLI, o meu herói.

Às minhas filhas GABRIELA E JACQUELINE, minhas melhores amigas e minha inspiração nesta vida, exemplo de mulheres e cidadãs do mundo.

E ao meu amado Mestre, PARAMAHANSA YOGANANDA.

RESUMO

Pen JC. Políticas Ambientais e as Organizações Não Governamentais. São Paulo; 2003. [Dissertação de Mestrado – Faculdade de Saúde Pública da USP].

O trabalho realizado para elaborar esta dissertação utilizou as mais diversas fontes de informação, as quais foram avaliadas pela autora em função do interesse principal de sua linha de pesquisa: o papel das organizações não governamentais ambientalistas no campo da gestão do meio ambiente em seus aspectos políticos, sociais e econômicos, bem como sua orientação estratégica para o alcance de seus objetivos.

A Fundação SOS Mata Atlântica foi a que reuniu o maior número de dados pertinentes para o estudo da autora, estudo este facilitado por sua passada atuação pessoal nessa organização. O trabalho realizado por outras instituições foi adicionado como fonte alternativa de dados, sempre que conveniente e possível.

As conclusões e recomendações foram o produto desta pesquisa, o que é oferecido à comunidade acadêmica e aos setores governamentais, comunitários e empresariais empenhados na proteção e melhoria do nosso meio ambiente.

Descritores: Organizações Não Governamentais. Estudos de Avaliação

SUMMARY

Pen JC. Políticas Ambientais e as Organizações Não Governamentais [Environmental Policies and Non Governmental Organizations]. São Paulo (BR); 2003. [MD Dissertation-Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo Brazil].

The research work carried out in order to produce this dissertation has used several sources of information which has been evaluated by the author as a result of her main interest in the research guidelines: the role of environmental non governmental organizations in the field of environmental management in its political, social, and economical aspects as well as the strategy to achieve the objectives.

Fundação SOS Mata Atlântica has been chosen as the organization presenting most data concerning the study done by the author. Such study has been supported by another important aspect: her past personal engagement with such organization. The research done by other institutions has been added as a source of data whenever convenient and possible. The conclusions and recommendations are the product of this research and it is offered to the academic community, as well as to the governmental, social and corporate sectors engaged in the efforts to protect and improve our environment.

Descriptors: Non Governmental Organizations. Evaluation Studies

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
2. PROPOSIÇÃO	5
3. REVISÃO DA LITERATURA	6
3.1 Atuação da Fundação SOS Mata Atlântica	6
3.1.1 A Mata Atlântica	6
3.2 Descrição da Organização e Suas Realizações	6
3.2.1 Base Urbana de Iguape	8
3.2.2 Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica	8
3.2.3 Pólo Ecoturístico do Lagamar	9
3.2.4 Núcleo Pró Tietê	9
3.2.5 Voluntariado	10
3.2.6 Projeto Cairuçu	11
3.2.7 Manual de Denúncias	12
3.2.8 Políticas Públicas	12
3.2.9 Seminários	13
3.3 Parcerias	14
3.3.1 SOS e Kolynos	15
3.3.2 SOS e CI (Conservation International)	16
3.3.3 SOS e Bradesco	17
3.3.4 SOS e Grupo Abril	17

4. MÉTODOS	20
4.1 Objeto de Estudo	20
4.2 Levantamento de Dados	20
5 ENTREVISTAS	21
5.1 Roberto Klabin	21
5.2 Mario Mantovani	24
5.3 Adauto Tadeu Basílio	31
5.5 Marco Nunes	32
5.6 Fábio Feldmann	34
5.7 Joachim Zahn	37
6 O TERCEIRO SETOR E A FILANTROPIA EMPRESARIAL	39
7 DISCUSSÃO	41
7.1 Introdução	41
7.2 A Fundação SOS Mata Atlântica	42
7.2.1 A SOS e o Valor Agregado à Marca	42
7.2.2 A SOS e o Poder de Pressão Política e Formadora de Opinião	43
7.2.3 Captação de Recursos	43
7.3 Desenvolvimento de Parcerias	44
7.3.1 Parceria Modelo: “ SOS e Bradesco“	45
7.3.2 A SOS e a Kolynos	46
7.3.3 A SOS e a Kibon	46
7.3.4 A SOS e a Editora Abril	47
7.4 Outro Exemplo de Parceria: ONG – Iniciativa Privada	47
7.4.1 O WWF-Brasil	47
7.4.2 WWF e Meliá	49
7.5 Os Recursos Estrangeiros	50
7.5.1 As Agências Multilaterais	50

7.5.1.1 O Banco Mundial	50
7.5.1.2 O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	51
7.6 Iniciativa Empresarial Mundial para a Questão do Desenvolvimento Sustentável	51
7.7 O Fórum das ONGs e Movimentos Sociais	52
7.8 A SOS Mata Atlântica e o Cenário Nacional das ONGs	54
7.9 Fórum Social Mundial	55
7.10 Joanesburgo – Rio+10	57
7.10.1 Joanesburgo e a Iniciativa Privada	66
7.10.2 A Proposta do Governo Brasileiro para a Rio+10	68
7.11 As ONGs Como o 5º Poder	78
7.12 A Importância da Responsabilidade Corporativa	78
8 CONCLUSÕES	81
9 RECOMENDAÇÕES	83
10 REFERÊNCIAS	84

ANEXOS

Anexo 1 – Non-Governmental Organizations, the Fifth State in Global Governance, Edelman PR Worldwide and Strategy One

Anexo 2 – O Terceiro Setor e a Filantropia Empresarial, IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Anexo 3 – Gráfico Comparativo Financeiro da SOS Mata Atlântica

1 INTRODUÇÃO

A Organização Não Governamental (ONG) é o corpo ativo da sociedade civil organizada. Somente através da força da sociedade é que podemos garantir mudanças concretas e cobrar o papel regulador do estado. A iniciativa privada é o agente que possibilita a atuação das organizações não governamentais, através de apoio aos projetos. Sem o apoio do setor privado, torna-se muito difícil para a organização não governamental sobreviver. No seu papel regulador do estado, ela não pode depender somente de recursos públicos, portanto é principalmente junto à iniciativa privada que a ONG deve buscar os recursos para sua sobrevivência. Por mais importante que seja sua missão e por mais expressiva que seja a sua atuação, a longo prazo, a ONG precisa de um corpo de conselheiros com real compromisso com a entidade e sua causa, e sólidas parcerias junto ao setor privado, que possibilitem um apoio efetivo aos seus projetos e programas. Temos trabalhado junto às organizações não governamentais há 16 anos, especificamente na área de captação de recursos e promovendo campanhas de marketing. Nessa trajetória, conhecemos tanto aqui no Brasil como nos Estados Unidos, pessoas muito bem intencionadas e com muita vontade de promover mudanças concretas para uma melhoria na qualidade de vida do planeta. O que pudemos observar, contudo, foi a frustração de muitos grupos e de indivíduos, que sem o apoio da iniciativa privada, tiveram que alterar sua linha de trabalho ou mesmo fechar sua ONG. Analisamos também a SOS nos dias de hoje, 10 anos depois de nossas atividades como coordenadora da entidade, com o objetivo de comprovar seu fortalecimento e sua expressiva participação junto à iniciativa privada e sua importância no cenário das organizações não governamentais ambientalistas no Brasil, como resultado do sucesso de suas parcerias e ações técnicas, científicas, políticas e principalmente, junto à sociedade.

A Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA estabelecida pela Lei 6938 de 31 de agosto de 1981 e enriquecida com uma série de peças jurídico-legais e administrativas, oferece, para sua implantação, vários instrumentos a serem utilizados por órgãos governamentais, organizações não-governamentais (ONGs), pelo setor

privado e pela comunidade em geral. De particular interesse para a avaliação da eficiência da aplicação daqueles instrumentos para alcançar os objetivos comuns das diferentes organizações sociais interessadas na preservação e na conservação do nosso meio ambiente, está o desempenho das organizações não-governamentais (ONGs) na realização do seu papel.

É preciso dizer que “meio ambiente”, “meio bio-geo-físico-sócio-econômico” e “espaço geográfico” são denominações sinônimas que congregam sistemas naturais ainda não alterados por ações antrópicas, sistemas naturais já alterados e o espaço construído pelo homem. Dentre os sub-sistemas que compoem o todo, destacam-se as florestas tropicais que são hoje uma preocupação cada vez mais intensificada de governos e ONGs em todo o mundo. Esta preocupação já era palavra de ordem de centenas de cientistas e estudiosos da Ecologia há décadas atrás. Devido à explosão de informação propiciada pelos meios de comunicação, a preocupação deixou de ser exclusiva dos ecólogos e ganhou a atenção do grande público a ponto de se tornar um instrumento de pressão política sobre os tomadores de decisões governamentais, empresariais e comunitários. A causa ambiental tem, ultimamente, conquistado muitos adeptos os quais, esquecendo suas diferenças políticas, sociais e econômicas, ensaiam formar uma grande coalisão para pressionar aqueles tomadores de decisão. As ONGs, também chamadas de Terceiro Setor, exercem um papel estratégico muito importante de pressão e convencimento nos dias de hoje.

“Os números do Terceiro Setor mostram a força de um segmento em expansão no país. Nascido em meio à crise do Estado, como um espaço de articulação da sociedade civil na busca por soluções para os problemas sociais, o setor formado por organizações privadas não lucrativas e com finalidades públicas movimentava anualmente cerca de R\$12 bilhões, emprega 1,2 milhão de pessoas e atrai 1,5 milhão de voluntários. Quase 15 milhões de brasileiros doam cerca de R\$1,1 bilhão para 250 mil instituições. A participação do setor no PIB é de 1,5%. Esses números devem crescer nos próximos anos, como consequência de um contexto favorável. De um lado, as organizações começam a profissionalizar sua gestão para enfrentar os novos desafios de

sustentabilidade. De outro, aumenta o número de empresas e pessoas interessadas em doar recursos financeiros, conhecimento e tempo para causas sociais, acelerando um movimento que se caracteriza por responsabilidade social, sendo de justiça e cidadania. Mas o Terceiro Setor não é apenas um conjunto de indicadores expressivos. É sim o mais solidário e democrático espaço de atuação social no País; um campo marcado pela diversidade das organizações que o compõem e rico em possibilidade de mobilização, de parceria e cooperação para a defesa dos direitos e a construção de soluções sociais.”¹

A Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, por exemplo, é uma das entidades que se tornou conhecida por fazer o que no exterior é chamado de *social bridge* ou ponte social. “Fazemos o elo entre uma necessidade social e um parceiro interessado em atendê-la”, diz Hélio Mattar, presidente da Fundação Abrinq e do Instituto Akatu pelo Consumo Consciente. Outras entidades reúnem informações sobre o Terceiro setor ou sobre as políticas sociais de empresas, como o Gife e o Instituto Ethos de Responsabilidade Social, também podem servir de referência.²

Com a posse do presidente da República Luis Inácio Lula da Silva, em 1º de janeiro de 2003, renova-se no brasileiro a expectativa de que o diálogo com a sociedade civil seja intenso e efetivo. “Pelo fato do próprio presidente ser egresso de um movimento social, o sindicalismo, e ter um histórico de protagonista em mobilização da sociedade configuram o primeiro motivo para este pensamento. Além disso, seu partido, o PT, está historicamente ligado a movimentos sociais e muitos de seus membros são integrantes ou mesmo líderes de organizações da sociedade civil. Muitos dos que estão perto dele vêm de movimentos sociais dos anos 70 e 80. Estas pessoas têm uma trajetória ligada à sociedade civil organizada.”³

Com a liderança do PT na presidência do país desde janeiro de 2003, verifica-se que um grande número de lideranças ambientais passaram a fazer parte do quadro de funcionários públicos ou em cargos de confiança do governo. O Sr. João Paulo

¹ Copyright 2002, Senac CCT, Todos os direitos reservados.

<http://www.sp.senac.br/terceirosetor/apres.htm>

² HERZOG, Ana Luiza, A Busca pelo parceiro, pg.8, Exame, Edição Especial, dezembro/2002. Guia de Boa Cidadania Corporativa.

Capobianco, por exemplo, um dos fundadores da Fundação SOS Mata Atlântica, é hoje o Secretário de Florestas e Biodiversidade do Ministério de Meio Ambiente e a própria Ministra de Meio Ambiente, Marina Silva, veio da reserva Extrativista Chico Mendes, no Estado do Acre.

Neste momento histórico, onde a oposição torna-se governo, com certeza, outras lideranças surgirão, representando os interesses da sociedade civil. E é nesse cenário que analisaremos a Fundação SOS Mata Atlântica e suas parcerias com algumas empresas. Um outro fator que deve também ser destacado, é a junção cada vez maior das ONGs ambientalistas e das ONGs sociais. Também aí, destaca-se a SOS Mata Atlântica, como uma das ONGs líderes na organização do Fórum Brasileiro das ONGs e da Rede Brasil de ONGs.

A SOS Mata Atlântica destaca-se no cenário nacional das ONGs pelas suas sólidas parcerias com o setor privado e pelo seu expressivo número de afiliados. O objetivo deste projeto é estudar o papel das ONGs, avaliando a eficácia das estratégias na abordagem e fortalecimento das parcerias visando a obtenção de recursos. Tentaremos demonstrar que a eficiência dessas organizações se deve ao seu envolvimento com o setor privado. Para tanto, foram selecionadas algumas ONGs como exemplos e objetos deste estudo.

³ Mattar, Maria Eduarda, Exclusivo para Rits, 3/01/03

2 PROPOSIÇÃO

1. Exame de documentação relativa à criação e atuação das ONGs mais relevantes.
2. Avaliação de resultados das ações em função dos objetivos por elas propostos
3. Elaboração de proposta de estratégias de ação para as ONGs que atuam na promoção do desenvolvimento sustentável.

3 REVISÃO DA LITERATURA

3.1 Atuação da Fundação SOS Mata Atlântica

3.1.1 A Mata Atlântica

Contando com mais de 1800 espécies de mamíferos, aves, répteis e anfíbios, a Mata Atlântica possui a maior diversidade biológica do país, mas graças à sua exploração contínua encontra-se em situação crítica, entre um dos 25 hotspots naturais mais ameaçados do planeta.

Protegida pela Constituição brasileira, a Mata Atlântica é reconhecida como Reserva da Biosfera pela UNESCO e considerada Patrimônio Mundial em sua porção mais preservada.

Ocupando originalmente 15% do território brasileiro, hoje restam menos de 8% de sua área original. Seus domínios abrigam 80 milhões de habitantes, as maiores cidades e os grandes pólos industriais do país.

Desmatamentos, queimadas, a caça e a retirada ilegal de produtos florestais são freqüentes, mas a maior ameaça aos seus ecossistemas vem sendo a ocupação irregular e descontrolada causada pela expansão urbana e industrial.⁴

3.2 Descrição da Organização e suas Realizações

Em 1986 foi criada a Fundação SOS Mata Atlântica, entidade ambientalista com o objetivo de defender a Mata Atlântica e seu rico patrimônio natural, histórico e cultural. Seu principal papel é promover o entendimento entre os diversos setores da sociedade, visando a conservação dos ecossistemas e a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes.

Em 1987 a Fundação SOS Mata Atlântica liderou a campanha “Estão Tirando o Verde de Nossa Terra”. Esta campanha, criada gratuitamente pela DPZ Propaganda, ganhou divulgação em jornais, outdoors e TVs, transformando-se no logo da Fundação SOS Mata Atlântica. A interferência na bandeira brasileira, onde o verde está incompleto, tinha como objetivo mostrar à sociedade a destruição e a necessidade de conservação da Mata Atlântica. Após 15 anos, o bioma, cuja área original abriga cerca de 60% da população do país, continua sendo desmatado em ritmo acelerado.

Com um corpo de 40 profissionais, o maior trabalho da SOS, atualmente, é a produção de dados por meio do Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica, que se tornou referência científica e importante ferramenta de trabalho, subsidiando estratégias e políticas para sua conservação.

A SOS conta com um conselho administrativo, sendo Roberto Luiz Leme Klabin o presidente e Paulo Nogueira Neto, o vice presidente. Há também um conselho consultivo e um conselho colaborador, do qual nós fazemos parte.

Roberto Luiz Leme Klabin é também o presidente da diretoria executiva, que se divide nas seguintes áreas:

Relações Institucionais: Mário Cesar Mantovani

Administrativa/Financeira: Adauto Tadeu Basílio

Executiva e Marketing: Plínio Bocchino

Técnica/Projetos: Márcia Makiko Hirota

Além do Atlas, criado em 2002, a Fundação SOS Mata Atlântica desenvolve cerca de 50 projetos e campanhas de educação ambiental, voluntariado, planejamento e apoio à gestão de áreas protegidas e de recursos hídricos. Atua também no aprimoramento da legislação e das políticas públicas.

A SOS conta com um orçamento anual de quase um milhão e meio de dólares e é a maior entidade ambientalista do país, com 100 mil sócios contribuintes.⁵

⁴ KLABIN, Roberto, Apresentação Harvard, SOS Mata Atlântica, 2002

⁵ Boletim Informativo, Dez/Jan 2001/02, Ano04, No. 21, SOS Mata Atlântica 15 anos.

3.2.1 Base Urbana de Iguape

Com relação à base urbana da SOS na cidade de Iguape, deve-se destacar que esta região é considerada área prioritária de atuação pela entidade por abrigar a maior área contínua de Mata Atlântica no país. Restaurada em 1998, foi transformada em um Centro de Interpretação Ambiental e Informação Turística, com maquetes e painéis informativos, biblioteca, videoteca, mapoteca, banco de dados turísticos da região à disposição para consulta pública e uma sala de exposições. As atividades nesse centro envolvem não somente a comunidade de Iguape mas também os turistas que passam por Iguape.⁶

3.2.2 Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica

Em 1992/1993, a SOS desenvolveu o Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica, avaliando a situação da Mata Atlântica entre 1985 e 1990, da Bahia ao Rio Grande do Sul, em escala 1:250.000, e diagnóstico da ação humana nos remanescentes florestais e nas vegetações de mangue e restinga. Em 1998, foi feita avaliação da situação da Mata Atlântica entre 1990 e 1995, com aprimoramentos no processamento das imagens de satélite e digitalização dos limites das fisionomias vegetais da Mata Atlântica e de algumas Unidades de Conservação (UCs) estaduais e federais. Em 2000, por exemplo, trouxe a público, dados de 1995 a 2000 de dez estados, com interpretação visual digital de imagens de satélite TM/Landsat 5 e 7 na tela do computador, em escala 1:50.000, com mapas temáticos dos Estados, municípios, fisionomias vegetais e Unidades de Conservação (UCs). Em 2001 e em 2002, coordenado com o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), foram lançadas versões atualizadas do Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica.⁷

⁶ Boletim SOS Mata Atlântica, Edição Especial 10 anos, Dez/Jan 2001/02, Ano04, No. 21.

⁷ Boletim SOS Mata Atlântica, Edição Especial 10 anos, Dez/Jan 2001/02, Ano04, No. 21

3.2.3 Pólo Ecoturístico do Lagamar

Em 1996, a SOS criou o Pólo Ecoturístico do Lagamar, como alternativa de desenvolvimento sustentável para o Lagamar – Cananéia, Iguape, Ilha Comprida e Pariquera-Açu – área do Vale do Ribeira. O projeto englobou, entre outros, um levantamento ecoturístico da região e cursos de capacitação e educação ambiental para a comunidade local. Além de ser pioneiro no país, o Pólo foi premiado pela revista norte-americana “Condé Nast Traveler” como o melhor roteiro ecoturístico do mundo, em 1999.⁸

3.2.4 Núcleo Pró-Tietê

Em 1991, foi criado o programa Núcleo Pró-Tietê, para a recuperação do Rio Tietê, com projetos de monitoramento de análise de qualidade de água em diversos municípios ribeirinhos da bacia, cursos e campanhas de reflorestamento do Tietê. A metodologia do programa foi estendida a várias Bacias Hidrográficas do país e atualmente é utilizada no projeto da SOS “Observando o Ribeira”, que monitora a qualidade da água do Rio Ribeira de Iguape, localizado no Vale do Ribeira.

Depois de 11 anos da criação do Núcleo Pró-Tietê, a SOS Mata Atlântica comemora mais uma vitória, com a assinatura de um contrato entre o governo do Estado de SP e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a execução da Segunda fase do Projeto Tietê. “Uma Vitória e Um Exemplo.”⁹

“O BID financiará 50% dos US\$400 milhões necessários às obras até 2005. Os outros 50% serão recursos da própria Sabesp.”¹⁰

“O projeto Tietê nasceu da pressão popular e, justamente porque a sociedade acompanhou, é o único megaprojeto financiado pelo BID com sucesso”, afirma Mário Mantovani, da Fundação SOS Mata Atlântica.”¹¹

⁸ Boletim SOS Mata Atlântica, Edição Especial 10 anos, Dez/Jan 2001/02, Ano04, No. 21

⁹ Jornal da Tarde, SP, 24/07/00, Editoriais, Pg.3A

¹⁰ Jornal do Butantã, SP, 07 a 13/07/00, Geral, Pg.14

¹¹ Diário do Povo, Campinas, SP, 20/07/00, Brasil, Pg.11

3.2.5 Voluntariado

Em 1997 a SOS criou o Grupo de Voluntários, voltado inicialmente para ações de apoio a projetos da Fundação, como os diversos mutirões de limpeza na Estrada Parque de Itu, no interior de São Paulo. O grupo de voluntários cria hoje atividades não necessariamente vinculadas à entidade, resultado do amadurecimento e melhor planejamento do grupo, que se dividiu nos seguintes comitês: direito ambiental, capacitação, militância, gestão, integração e oficina e cursos.¹²

“A Nova Vítima: mais óleo vaza no mar; desta vez foi no litoral norte de São Paulo. Voluntários vão fazer mutirão no Rio. A limpeza voluntária é feita com ambientalistas de entidades locais e nacionais, como a Apree, Adasa, Grude, Grupo Ecológico Harpia, Univerde, Jovens Ambientalistas de Niterói, Apedema e Fundação SOS Mata Atlântica.”

¹³

”Recuperação de manguezal pode levar mais de 10 anos. Vazamento de 1,292 milhão de litros de óleo na Baía de Guanabara está causando catástrofe ecológica em área de proteção ambiental. Greenpeace organiza protesto contra Petrobrás.

Esforço concentrado para resgatar animais: sessenta voluntários vão hoje à Baía com tecnologia de ponta para a limpeza. Depois, farão acompanhamento de animais sobreviventes. Mancha se alastra: óleo chega às praias da Ilha do Governador, trazendo maré de destruição. O jornalista Vilmar Berna, editor do Jornal do Meio Ambiente, ganhador do Prêmio Global500 e presidente da Coopernatureza, ”Mas não podemos descuidar também de uma ação de longo prazo, que é a elaboração de um plano de contingência de acidentes ambientais na baía, e de uma reflexão sobre este vazamento, sobre o papel da sociedade, das empresas e do governo num plano de uma distribuição dos riscos de acidentes ambientais, hoje concentrados na Guanabara, uma baía fechada e frágil”. Berna é um dos coordenadores da limpeza voluntária, junto com ambientalistas

¹² Boletim SOS Mata Atlântica, Edição Especial 10 anos, Dez/Jan 2001/02, Ano04, No. 21

¹³ Diário do Povo, Campinas, 22/01/00, pg.3, Coluna

da Aprec, Adasa, Grude, Grupo Ecológico Harpia, Univerde, CRBio, Jovens Ambientalistas de Niterói, Apedema e Fundação SOS Mata Atlântica.¹⁴

3.2.6 Projeto Cairuçu

Uma importante parceria é o Projeto Cairuçu, realizada com os veranistas proprietários do Condomínio Laranjeiras, que procuraram a SOS Mata Atlântica, preocupados com a expansão do turismo que ameaça a proteção ambiental no entorno do empreendimento. Inserido na Reserva Ecológica da Juatinga e na APA de Cairuçu e com o grave problema de convivência com as comunidades de pescadores vizinhas, com um histórico de conflitos, pois as diferenças sociais são extremas. A Reserva Ecológica, precariamente administrada pelo Estado, é ocupada por 400 famílias de caiçaras, por grandes propriedades e veranistas em situação irregular, e está contida na Área de Proteção Ambiental de Cairuçu, administrada pelo IBAMA, a agência federal do meio ambiente. A SOS Mata Atlântica criou então o Projeto Cairuçu, com o objetivo de elaborar o zoneamento e regulamentação do uso do território da Área de Proteção – APA e da Reserva Ecológica, para garantir a conservação dos seus ecossistemas e o desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais. Para viabilizar o projeto a SOS buscou parceria com o IBAMA, o Instituto Estadual de Florestas e com a Prefeitura de Paraty.

Considerando o ecoturismo uma das estratégias mais viáveis para a conservação de toda a região de Paraty e da baía da Ilha Grande, a SOS Mata Atlântica decidiu aprofundar os estudos sobre a demanda e serviços turísticos na região, visando obter subsídios para a implantação do *Pólo Ecoturístico de Paraty*.

A partir de uma experiência da SOS Mata Atlântica com uma Estrada Parque, foi elaborada uma proposta para a criação da Estrada Parque Caminho do Caiçara, para garantir o acesso controlado na Reserva Ecológica.

A Estrada Parque objetiva implementar os conceitos de turismo sustentável, proporcionando o monitoramento da visitação pública e o fomento da educação

¹⁴ Jornal da Tarde, 22/01/00, Seção Geral, pg.11A

ambiental, do lazer e cultura. Sua implantação deverá ocorrer com o envolvimento dos segmentos interessados, com a criação de um conselho específico.¹⁵

3.2.7 Manual de Denúncias

No ano de 2000 foram desenvolvido o Manual de Denúncias de Agressões contra o Meio Ambiente, “Como e a Quem Recorrer”. A terceira edição da publicação foi criada para orientar o público geral sobre como e para quem encaminhar denúncias de ações prejudiciais ao meio ambiente.¹⁶

“Fundação Lança Manual de Denúncias Ambientais. A Fundação SOS Mata Atlântica está tornando disponível, a partir de hoje, a edição virtual do Guia de Denúncias – Agressões ao Meio Ambiente: Como e a Quem Recorrer. O manual, lançado em 1992 na versão impressa, foi totalmente atualizado e adaptado para a Internet. Traz, passo a passo, o que é preciso fazer para encaminhar denúncia às instituições responsáveis. O guia também dá dicas de como redigir a denúncia, além de listar as principais leis e decretos ambientais.”¹⁷ “Fundação Mata Atlântica lança manual on-line sobre como denunciar abusos contra o meio ambiente.”¹⁸

3.2.8 Políticas Públicas

A SOS também estabeleceu um contato sólido na área pública, com forte atuação na implementação das leis de proteção à Mata Atlântica e de pressão ao congresso, mobilizando a opinião pública. Alguns exemplos de sua atuação:

“No Ibirapuera, ambientalistas se unem a favor da Amazônia. Cerca de duas mil pessoas fizeram um enterro simbólico do projeto de lei do deputado Moacyr Micheletto (PMDB-

¹⁵ KLABIN, Roberto, SOS Mata Atlântica, Apresentação Harvard, 2002

¹⁶ Boletim SOS Mata Atlântica, Edição Especial 10 anos, Dez/Jan 2001/02, Ano04, No. 21

¹⁷ O Estado de São Paulo, SP, 18/07/00, Geral, Pg. A18

¹⁸ Diário do Povo, Campinas, 21/07/00, Cosmo, Pg.08

PR), que previa a redução da área de preservação da floresta. O ato também aconteceu em outras capitais brasileiras...”¹⁹

Confirmando a contribuição da SOS na área de políticas públicas, propondo modificação das leis de proteção à Mata Atlântica, podemos destacar a atuação de seu diretor de relações institucionais, Mário Mantovani, que faz este tipo de alerta à sociedade, com amplo respaldo da mídia: “mesmo com o projeto arquivado, a população não pode deixar de fiscalizar. A comissão mista do congresso aprovou no último dia dez, a proposta de modificação do código florestal dos ruralistas, que reduz drasticamente a proteção dos ecossistemas brasileiros”.²⁰

Os ambientalistas lutam contra a redução da área de preservação permanente (APP) ao redor dos lagos, lagoas, reservatórios de águas naturais e artificiais. Também são contrários à dispensa da APP em áreas urbanas e a redução de 80% para 50% de reserva legal na Amazônia.

A passeata durou cerca de 40 minutos e o enterro simbólico do projeto do Deputado Micheleto aconteceu na Praça da Paz. Alguns manifestantes fizeram pequenos discursos e o ato foi encerrado com o Hino Nacional.”²¹

Dentro da área de políticas públicas, devemos destacar a atuação da SOS na criação de lideranças nacionais, para a questão ambiental. Do quadro de fundadores, dois secretários de meio ambiente do Estado de São Paulo vieram da SOS: Dr. Edis Milaré e o Deputado Fábio Feldmann.

3.2.9 Seminários

A SOS é referência pela qualidade dos seminários e workshops que organiza no Brasil, debatendo temas relativos à conservação da Mata Atlântica.

“Encontro debate conservação da Mata Atlântica na Bahia. A recuperação da Mata Atlântica da região cacaueteira é tema de workshop. A Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) estará sediando, nos dias 6 e 7 deste mês, um workshop para discutir o

¹⁹ Cris Angellini, Jornal da Tarde, 22/05/00, pg 17 A, Geral

²⁰ Cris Angellini, Jornal da Tarde, 22/05/00, pg 17 A, Geral

Programa de Conservação e Recuperação de Florestas e Águas da Mata Atlântica nas Bacias dos Rios Cachoeira e Santana, na região Cacaueira do Sul da Bahia. Os recursos financeiros e técnicos para a operacionalização do programa serão proporcionados pelo Ministério do Meio Ambiente, através da Secretaria Nacional de Recursos Hídricos, e da Fundação SOS Mata Atlântica.”²²

“Workshop debateu recuperação da Mata Atlântica. Ilhéus, da sucursal Sul a Bahia. A Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) realizou um workshop para debater o Programa de Conservação e Recuperação de Florestas e Águas da Mata Atlântica, nas bacias dos rios Cachoeira e Santana, no sul do estado.”²³

3.3 Parcerias

“O capital privado é um covarde. Foge da corrupção e das más políticas. Não quer ir onde existe conflito. Não quer ir onde há corrupção. Não quer ir onde há imprevisibilidade. O capital privado foge da ignorância, da doença e do analfabetismo, e fica longe, particularmente, dos lugares onde parece que não há ninguém fazendo nada pela ignorância, pela doença e pelo analfabetismo.”²⁴

A parceria bem sucedida é aquela que sabe atrair o capital privado. Este mesmo capital, que foge da corrupção e das más políticas, é também atraído pela excelência e pelo sucesso de uma organização.

Uma das formas de fortalecimento institucional de uma organização não governamental é através das parcerias com o setor privado. Três pesquisas, realizadas por entidades distintas – IPEA, UFPE e The Conference Board, entre 1998 e 1999, trataram da questão da responsabilidade social das empresas no sudeste e nordeste brasileiro e nos Estados

²¹ Cris Angellini, *Jornal da Tarde*, 22/05/00, pg 17 A, Geral

²² *Correio da Bahia*, Salvador, 04/07/00, Seção Interior, Pg.7

²³ *A Tarde*, Salvador, 11/07/00, Municípios, pg. 4

²⁴ Pronunciamento do Secretário de Estado dos Estados Unidos, Colin Powell, numa conferência do Departamento do Estado, em julho de 2002 (Making Sustainable Development Work: Governance, Finance and Public-Private Corporation)

Unidos. Pela análise dos dados é possível confirmar que crescem as perspectivas para a adoção de um novo modelo de gestão empresarial.²⁵

Ao longo destes últimos dez anos, a SOS estabeleceu um contato sistemático com algumas empresas que buscam este novo modelo de gestão empresarial, buscando a associação das marcas e gerando parcerias bem sucedidas, a longo prazo.

3.3.1. SOS e Kolynos

”Chega ao mercado o refrescante bucal Sorriso Herbal com Própolis. Indicado para utilização após as escovações, o novo produto contém malva, canela e menta, ingredientes naturais com reconhecidas propriedades anti-sépticas. Desde que foi lançado, em 1997, a linha herbal mantém uma parceria com a Fundação SOS Mata Atlântica, destinando parte de suas vendas aos projetos de preservação e recuperação da mata.”²⁶

“Há mais de 10 anos apoiamos a SOS, nos últimos 5 lançamos um produto com ligação direta com a Mata Atlântica, o creme dental Sorriso Herbal. Só em 2002 compramos a idéia do Clube de Ecologia, que desenvolve voluntários dentro da empresa, diz Roger Pratt, presidente da Colgate-Palmolive.”

Para o Sr. Roger Pratt, a empresa sempre possui o compromisso de crescimento com lucro, mas se combinarmos esse crescimento com responsabilidade civil estaremos fazendo um trabalho completo, criando gerentes do futuro que vão liderar esse crescimento. Não é porque somos “bonzinhos”, mas porque é um bom negócio que investimos em responsabilidade social. O ideal é combinar os elementos, ou seja, aproveitar o que cada parceiro tem de melhor. Produzimos 3 milhões de cremes dentais Sorriso por mês, se pudermos aproveitar a embalagem para incluir uma dica ecológica da SOS, por exemplo, todo mundo sai ganhando – o negócio, os consumidores, a natureza. E em termos de comunicação, o hipermercado brasileiro tem um poder de mobilização maior que o da televisão. Em 1 mês, cerca de 2/3 da população brasileira

²⁵ Empresas do Futuro, Instituto Ethos

²⁶ São Paulo News, SP, 10-16/03/00, Seção Qualidade de Vida, Pg.6

passa pelas 600 maiores lojas do país. Na visão do Sr. Roger, a melhor forma de criar líderes do futuro é o trabalho voluntário, pois exige capacidade de liderança e persuasão para convencer os outros a fazer o que queremos. Ele também dá como exemplo da parceria com a Colgate-Kolynos e SOS, o trabalho de comunicação que fizeram nos shopping centers, com quase 200 mil crianças, gerando muita notícia. Para ele, a empresa que possui um compromisso de crescimento com lucro, combinado ao crescimento com responsabilidade civil, está fazendo um trabalho completo, criando gerentes do futuro que vão liderar esse crescimento.²⁷

3.3.2 SOS e CI (Conservation International)

Em 1999 foi criada a Aliança para a Conservação da Mata Atlântica, unindo a Fundação SOS Mata Atlântica e a Conservation International (CI), uma organização não-governamental sediada em Washington, DC, Estados Unidos, e com escritórios no Brasil. Esta parceria visa desenvolver estratégias conjuntas em seis programas: Centro de Referência para Monitoramento da Mata Atlântica, Comunicação e Educação Ambiental na Mata Atlântica, Conservação de Áreas Protegidas Públicas e Privadas, Conservação de Espécies Endêmicas, Raras e Ameaçadas de Extinção, Políticas Públicas e Opções Econômicas para a Conservação da Mata Atlântica.

A SOS Mata Atlântica e a CI-Brasil inauguram, com essa Aliança, um novo conceito em parceria para conservação da biodiversidade. Pela primeira vez, uma instituição nacional e outra com projeção internacional unem-se sem perder sua identidade e trabalham com igual nível de decisão e responsabilidade em torno de uma estratégia comum, que é reverter o atual processo de destruição e extinção de espécies no qual se encontra o bioma Mata Atlântica.²⁸

²⁷ Boletim SOS Mata Atlântica, Ago/Set 2002, Ano 05, No. 24

²⁸ Aliança para a Conservação da Mata Atlântica, SOS e CI

3.3.3 SOS e Bradesco

Em 1993 iniciou-se uma parceria entre a SOS e o Bradesco, com cartões de crédito, onde o banco repassa parte da anuidade para a Fundação SOS Mata Atlântica. Trata-se de uma parceria pioneira no Brasil, os cartões de afinidade, onde o repasse da anuidade se converte em apoio aos projetos da SOS. “Atualmente a parceria possui uma base de 91.000 cartões de crédito Fundação SOS Mata Atlântica – Bradesco e o repasse da anuidade representa em torno de 65% dos recursos da SOS.”²⁹

3.3.4 SOS e Grupo Abril

Em 2000, foi criado o programa "clickarvore". Este programa de reflorestamento da Mata Atlântica com espécies nativas pela internet, foi desenvolvido em parceria com o Instituto Vidágua e o Grupo Abril. Cada click de um internauta corresponde ao plantio de uma árvore, custeado por empresas patrocinadoras. O "Clickarvore" conta atualmente com cerca de 1.000 clicks diários, beneficiando 19 projetos, em sete estados, que representam 181 mil árvores plantadas até o ano de 2001 e mais 270 mil até março de 2002.

A parceria com a Abril nasceu depois que tiveram a idéia de distribuir sementes de árvores em todas as revistas, e foram descobrindo que o custo-benefício não compensaria. O importante foi que passaram a buscar soluções em conjunto, de onde nasceu a participação no clickarvore, onde cada parceiro complementa a expertise do outro. Quando decidiram dar um passo a mais, de novo acharam na SOS um parceiro para atividades de voluntariado empresarial. Nesse processo, as pessoas começaram a receber reconhecimento que não é do dia-a-dia da empresa e desenvolveram um espírito de liderança. Os voluntários são líderes natos, pessoas de todos os níveis da empresa e, curioso que aqueles com maior capacidade de mobilização nem sempre ocupam cargos

²⁹ NUNES, Marco, Gerente Executivo de Relacionamento, Banco Bradesco, Entrevista em 30/01/03

mais elevados. A empresa começa a olhar para esses líderes e poderá eventualmente investir melhor nas pessoas.³⁰

“SOS Mata Atlântica lança projeto de reflorestamento pela Internet – meta da campanha é plantar 2 milhões de árvores ainda neste ano.”³¹ O projeto clickarvore gerou muita imprensa, por ser um projeto de forte apelo e grande mobilização junto à sociedade civil. “Plante Uma Árvore Via Internet – pensando no reflorestamento do Brasil, Roberto Klabin, presidente da Fundação SOS Mata Atlântica, Rodrigo Agostinho, secretário-executivo do Instituto Vidágua, e Thomaz Souto Corrêa, vice-presidente da Editora Abril, uniram suas forças para lançar o site www.clickarvore.com.br. A idéia é possibilitar uma maior participação da sociedade civil na reversão do atual quadro de degradação da Mata Atlântica e na melhoria do meio ambiente do país. Basta acessar o endereço na internet para “plantar sua árvore”. Por meio deste clique, empresas preocupadas com a natureza encarregam-se de dar vida a uma nova mudinha.”³²

Este projeto envolveu a iniciativa privada de forma diferenciada, pois é através do clique que a empresa pode participar, patrocinando um componente do projeto.

“O sistema é simples. Com um clique, o usuário poderá autorizar o plantio de uma espécie nativa da mata atlântica, como peroba, ipê-amarelo, aroeira, jequitibá, palmito e ingá. Em seguida, o endereço eletrônico fornece o número da árvore e, depois de seis meses, um e-mail comunica onde ela foi plantada e como está o seu desenvolvimento. As comunidades, prefeituras, organizações não governamentais e produtores rurais interessados em receber as mudas também podem se cadastrar no clickarvore.com.br, mas terão que assinar um contrato onde se comprometem a cuidar das espécies por cinco anos, até o seu desenvolvimento. Cada árvore custa R\$1 para o patrocinador, enquanto que no mercado a encontramos por R2,50. Além disso, a cada árvore reflorestada, garantimos dois empregos diretos”, completou Mantovani.”³³

³⁰ Boletim SOS Mata Atlântica, Ago/Set 2002, Ano5, No.24

³¹ Diário do Comércio, Belo Horizonte, 04/08/00, Estilo, pg.18

³² Revista Chiques e Famosos, São Paulo, 11/08/00

³³ Diário Popular, São Paulo, 24/08/00, Cidade, Pg.04

“Participe desta campanha legal!”³⁴

“Reflorestamento via Internet”³⁵

“SOS Mata Atlântica utiliza a Internet para Reflorestamento.”³⁶

³⁴ Jornal da Cidade, Bauru, 27/08/00, JC Criança, Pg.06

³⁵ Correio do Triângulo, Uberlândia, 04/08/00, Cidades, Pgs. B-1

³⁶ Gazeta de Alagoas, Maceió, 04/08/00, Atualidade, Pg.A13

4. MÉTODOS

4.1 Objeto de Estudo

O objeto de estudo é constituído de análise de textos de mídia, jornais, periódicos e revistas, publicações e folhetos de organizações não governamentais brasileiras e estrangeiras. É também constituído por pesquisa qualitativa.

4.2 Levantamento dos Dados

Os textos analisados foram identificados através de visitas às organizações não governamentais envolvidas neste objeto de estudo e em viagens ao exterior. Contém também entrevistas semi-estruturadas com indivíduos vinculados às Organizações Não Governamentais e empresas escolhidas para este objeto de estudo.

5. ENTREVISTAS

Foram entrevistados indivíduos envolvidos com a Fundação SOS Mata Atlântica ou com atuação na área de responsabilidade corporativa.

5.1 Entrevista com Roberto Luiz Leme Klabin, Presidente da Fundação SOS Mata Atlântica, 03/01//2003

Entrevistador: Como você vê a questão de parceria ONG e iniciativa privada no Brasil? Qual é a ideal?

Entrevistado: “Antes de falar sobre a parceria entre ONG e iniciativa privada temos que primeiro, focar na parceria. A ONG tem que buscar entender quais são as necessidades do parceiro, da iniciativa privada. E o que eu quero dizer com isso? Hoje em dia, vemos um movimento bastante grande, no sentido das empresas buscarem ações sociais, seja até por uma questão do que seja politicamente correto. Todos hoje em dia estão de um lado, assustados com as carências pelas quais o Brasil passa, por isso estão de uma certa maneira ocupando o espaço do governo e as empresas, por sua vez, passando a entender que além da questão de ser empresa, dar lucro, elas têm que ter uma ação que transcenda o ser empresa. Então elas tem que agir junto com os *stakeholders*, com a comunidade, com o todo. Tanto interna quanto externamente. Atuando junto aos funcionários, nas demandas que existem e junto à população, onde quer que a empresa esteja localizada, as escolas, a comunidade. É assim podemos observar que as empresas começam a lidar, timidamente, com a questão social. Há empresas mais avançadas, que já patrocinam causas sociais há muito tempo, desde creches, de ensino profissionalizante, há uma empresa que para mim é modelo, que é o Bradesco. A Fundação Bradesco dá ensino fundamental para mais de 100 mil crianças num regime fantástico, voltado para um público específico. Por outro lado, vemos aquelas empresas que não fazem nada e que estão querendo começar. É aí que a ONG tem que identificar exatamente as necessidades deste potencial parceiro, e gradualmente, se envolver com estas questões. E aí, procurar adaptar-se os trabalhos da ONG às necessidades deste parceiro. De uma

maneira, seria a ONG procurar entender naquele parceiro que ela quer focar, o que está ao entorno dele, quais são as demandas que eventualmente estejam ocorrendo no seu entorno, e que ele, até por uma questão de não estar conseguindo dialogar com a comunidade, ou de eventualmente, não haver interesse, aí a ONG procura traduzir aquela demanda de uma forma a responder a estes problemas, através de uma ação social, passando a aumentar o retorno que a empresa pode ter, em todos os sentidos. E aí a ONG passa a ser uma catalizadora, uma tradutora, e é por aí que a ONG tem que buscar se aproximar deste parceiro. Nunca, por exemplo, dizendo: “Eu tenho aqui os meus produtos, ONG, e você quer bancar os meus produtos?” Mas sim, da seguinte forma: “Eu defendo o meio ambiente. Vamos ver neste parceiro o que ele necessita e como isso se encaixa dentro do que eu faço e que, conjuntamente, nós poderíamos criar coisas novas.” É por aí que eu vejo uma parceria que dá certo.”

Entrevistador: E das parcerias que a SOS desenvolveu nestes últimos anos, qual você acha a mais expressiva?

Entrevistado: “Com certeza, a parceria que desenvolvemos com o Bradesco, que é o cartão afinidade Bradesco Visa, SOS Mata Atlântica. Esta parceria é para mim um exemplo de sucesso. E isso deve-se ao fato de que começou com uma ação não social, mas uma ação do banco, criando cartões de crédito de afinidades, sem esta visão social. E conseguimos provar ao banco que hoje eles têm o seu cartão afinidade mais forte. Que somos mais fortes que clubes de futebol e que outras entidades sociais dentro do banco. E nós provamos que nós podemos, de uma forma empresarial, ampliar a ação deste cartão, aumentar o uso deste cartão para o banco e receber os benefícios, que basicamente é o retorno da anuidade para a SOS Mata Atlântica. Hoje nós temos com o Bradesco, uma atuação que é extremamente profissional onde nós levamos propostas ao banco, naquela linha que eu acabei de mencionar, e que o Bradesco, então, começa a entender como ele pode fazer uso dessas propostas, não somente para ampliar os seus portadores de cartão, mas de como também utilizar esta parceria com a SOS Mata Atlântica, como uma mensagem de investimento, numa questão social que ele faz de

modo indireto. Isto porque a SOS utiliza este recurso para financiar os seus projetos e para se financiar também. Ou seja, a SOS tem uma grande sorte porque ela tem o recurso desvinculado, onde o banco não está preocupado onde os recursos são aplicados. O banco sabe que nós aplicamos os recursos na manutenção da entidade e no desenvolvimento de projetos, pois para todos os grandes projetos realizados, parte destes recursos são transferidos para esses projetos, e o nome do banco sempre está lá. Então o banco sabe que está sempre ganhando com isso.”

Entrevistador: E qual você acha que foi o maior desafio na SOS com relação à captação de recursos?

Entrevistado: “O maior desafio da SOS Mata Atlântica foi passar da sua fase inicial. Começamos com os recursos da McArthur Foundation e da Ford Foundation, que foi uma doação inicial, para a SOS se manter. E um certo dia nos foi dito que estes recursos iriam acabar. Nós ficamos desesperados e perguntamos se não daria para eles estenderem o *grant* por mais algum tempo. Nos foi dito que não, que nós já tínhamos 5 anos de experiência, e que já tínhamos dado provas de que podíamos administrar estes recursos. Nós teríamos então que caminhar com nossas próprias pernas. Então nós tínhamos os seguintes caminhos a seguir: 1. Continuar buscando parceiros internacionais, já que nacionalmente era muito difícil de se obter estes recursos. E naquela época era difícil, principalmente porque nós não tínhamos uma estrutura, ou 2. Buscar situações internas, que se traduzissem em recursos para a SOS. Foram muitas as idéias: buscar a contribuição pura e simples, buscar amigos, sócios, desenvolver parcerias momentâneas, indivíduos que financiassem parte dos custos da entidade, porém isso foi se provando muito inconstante. Num certo momento, nós começamos então a buscar alguma coisa que fosse uma descontinuidade. E essa descontinuidade se deu através do cartão e desse processo que eu acabei de explicar. A outra se deu através de parcerias, como por exemplo, a Kolynos, onde nós temos um percentual de um produto. Só que novamente, esta parceria com a Kolynos se dá, primeiro, porque a entidade já era conhecida e porque o presidente da Kolynos, que naquela época era

chamada assim, que hoje é Colgate, tinha um compromisso com a causa. Então ele assumiu a parceria. É muito difícil convenceremos quem quer que seja, se não se começa o contato pelo presidente da empresa.”

Entrevistador: Como você vê a postura do empresário brasileiro? Ele está disposto a doar? Como é?

Entrevistado: “Eu acho que o empresário brasileiro não está disposto a doar. O empresário brasileiro está disposto a desenvolver parcerias. Este negócio de doação é muito difícil aqui no Brasil. Em geral, as doações se dão muito mais para as questões sociais específicas, como educação, criança, saúde. Na questão ambiental, o que podemos observar são algumas ações isoladas, de indivíduos doando recursos muito pequenos, diferente de quando você propõe parcerias, que desenvolvam o nome, produtos e retorno dessas empresas associadas a uma causa ambiental, que é o caso da Fundação SOS Mata Atlântica.”

5.2 Entrevista com Mário Mantovani, Diretor de Relações Institucionais da Fundação SOS Mata Atlântica, em 10/01/03.

Entrevistador: Como você vê a SOS no cenário nacional das ONGs?

Entrevistado: “A história da SOS no cenário nacional é interessantíssima, porque a SOS, por ter tido uma gênese diferente de todas as outras organizações, e a maioria delas parte de problemas muito práticos, e que há reações, sendo que a SOS não foi uma reação. A SOS foi uma coalisão de interesses, com segmentos muito diferenciados. E esta diferença do nascimento, ela vem se mostrando ao longo do tempo e vem se consolidando. Uma coisa é a SOS com este poder que ela teve de captar recursos, de aglutinar pessoas de grande capacidade, dentro da instituição, fazendo com que ela tenha sempre uma liderança numa das coisas que é a mais importante no movimento ambientalista, na minha opinião, que é formar coalisões, formar ações em grupo ou

ações coletivas, como o Fórum Brasileiro de ONGs que você participou, aqui dentro da SOS, na preparação da ECO 92, que vem lá da Comissão Brutland, vai se agregando, e nós chegamos em 92 com 2400 organizações. Foi a primeira experiência do movimento ambientalista, na sua história, que juntou o movimento ambientalista, com o movimento social, com o movimento racial, com o movimento das mulheres, de gênero, então foi uma experiência muito importante. Depois da Eco 92, essa experiência mostrou a maturidade das coalisões e é aí que surgem, então, as redes. Mais uma vez, a SOS consegue estar em todas as redes e hoje nós temos a rede de ONGs da Mata Atlântica, com 240 organizações e a SOS é a única que está desde a criação até hoje. Está na coordenação da rede. Olha que coisa interessante! Por essa história que vem, de reconhecimento da SOS. E depois, surgem mais redes, no trabalho com o turismo sustentável, e no trabalho de acompanhamento das agências multilaterais. Bom, isso passa a ser o eixo comum da instituição – participar nessas redes. Aí vem até a questão do Tietê também. Mas o que diferencia a SOS? É ela fazer o trabalho com a captação no cartão de crédito, ela fazer o trabalho de parceria com as empresas, da forma com que ela faz, mesmo as parcerias internacionais, com a Conservation International (CI), através da aliança, que é uma parceria diferente, porque você não está desenvolvendo projeto de interesse da Conservation, mas está fazendo uma captação conjunta. Então esse diferencial faz com que a SOS tenha um crescimento firme. Mesmo quando a SOS não tem um retorno da sua proposta de trabalho para aquele ano, por algum motivo, como foi o caso do Atlas não ter saído, mesmo assim a SOS conseguiu se destacar, porque fazia esse trabalho com a questão dos sócios. E a questão dos sócios, torna-se então o grande diferencial, porque ela deixa o recurso desvinculado. Dá a base. Hoje, a maioria das ONGs está numa crise sem tamanho, e a SOS está tranquila, pela primeira vez na sua história.”

Entrevistador: Você acha que ajuda você ser coordenador da Rede Brasileira de Agências Multilaterais? No que diz respeito aos recursos estrangeiros?

Entrevistado: “Ajuda demais. Participar de uma coalisão como essa, vem daquela história de querer acompanhar o financiamento do Rio Tietê. E olha que impressionante, no primeiro momento, que nós fomos a Washington D.C., para dizer que as coisas não estavam bem com o projeto Tietê, olha como a gente ia para Washington – através da *International River Network*, do *Bank Information Center*, do *Environmental Defense Fund*. Havia várias organizações que operavam em Washington D.C. e que acabavam vivendo dessas demandas, de organizações do Sul. São organizações que se estruturaram e captam seus recursos através das necessidades das organizações que querem falar com esses bancos. Quando nós começamos a pensar numa coalisão brasileira de organizações e entender o canal de financiamento, nós praticamente deixamos de precisar dessas organizações em Washington D.C.. Nós temos hoje total liberdade, até também porque os escritórios desses bancos, nos respectivos países, acabaram tendo maior fôlego. O escritório do BID, no Brasil, tem hoje um nível de decisão muito importante, o Banco Mundial, ou mesmo as agências de fomento européias. O Brasil passou a ter uma importância maior. E isso faz com que a Rede Brasil também seja reconhecida. Devo dizer também que não é porque só está acompanhando o financiamento externo. Mas principalmente, porque ela conseguiu entender como é o “Documento País”, e como se faz todo o trâmite pelo congresso.”

Entrevistador: E isso ajudou a trazer recursos para a SOS?

Entrevistado: “Ajudou, claro. O Projeto Tietê foi resultado desse trabalho. Poderíamos até trazer mais.”

Entrevistador: Quanto foi?

Entrevistado: “Nós trouxemos um milhão de dólares para trabalhar nos próximos 3 anos. Poderia ser muito mais. É que nós ainda não quisemos ter outros projetos em cima disso. Se nós tivéssemos outras linhas, por exemplo, como trabalhar com turismo, com certeza o dinheiro que saiu para o Instituto Hospitalidade, se não pudéssemos captar o dinheiro

como foi captado, poderíamos ter impedido. Esteve na nossa mão, a decisão. Esta decisão! Não era uma coisa de se vai emprestar ou não. Se nós tivéssemos batido o pé como organizações que não aceitávamos aquela proposta do IH, não teria saído. Chegou a se criar um impasse. E fizemos um acordo. E quem ganhou? Ganhou o IH, ganhou a SOS, e ganhou o banco, porque o banco deu mais reconhecimento para a SOS. Então isso é extremamente positivo. Esse é o tipo de coalisão que é muito interessante, porque dá respaldo para você intervir em situações de limite. A questão do financiamento multilateral é complexa demais ainda no Brasil.

Então quando você consegue chegar a um acordo, aí você praticamente cumpriu todos os ciclos. Partindo daquela história de você fazer parceria com uma organização internacional, que você acaba desenvolvendo projetos de interesse deles no país, ou então daqueles fundos comuns que existem das organizações internacionais. Mas quando você entra no terreno do financiamento multilateral aí torna-se muito complexo, porque você esbarra na proposta de país, isso tem que passar pelo congresso, pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofix), pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), ou seja, esses financiamentos são inúmeras instâncias e de longa maturação. O financiamento internacional hoje para sair rápido, sai em um ano, e tem os ainda complicados que vamos precisar um dia intervir neles, que são os japoneses da IFC, por exemplo. Há vários financiamentos complexos, mas a tendência é que todos eles acabem passando por isso.

E nós estamos sentindo que também o fato de sabermos negociar com isso, está fazendo com que as agências multilaterais percebam a necessidade desse controle social. Então hoje, a maioria das organizações estão exigindo que haja uma organização da sociedade civil como fiadora.”

Entrevistador: O que você acha das ONGs como o 5º poder? Por terem valor agregado à sua marca, diferentemente de algumas empresas, como Coca-Cola, Nike, etc?

Entrevistado: “Bom, algumas dessas marcas acabaram se perdendo, você pega aí as falsificações e aí você não sabe o que é o que.”

Entrevistador: E o que você pode falar disso?

Entrevistado: “Quando você imagina ainda, no nível popular, essas marcas não tem muito a ver. Agora eu acho que é o 5° poder se fosse colocar numa escala, porque na realidade, às vezes faz o papel do 2° poder, quando você fala duma iniciativa popular, você se coloca numa escala muito maior. E eu acho que aconteceu uma coisa – o fato dos partidos terem se anulado, hoje, a SOS já tem mais sócios do que qualquer partido brasileiro. Está com 100 mil sócios, pagando. Claro que temos afiliações abertas. Se a SOS fizesse um abaixo assinado para o Tietê, como afiliação, nós estaríamos hoje com um milhão e meio de sócios. Já seria um partido. Os partidos diminuiriam muito. Talvez pela pluralidade, por existirem muitos partidos, ninguém sabe mais o que é o quê. Se perguntar para qualquer cidadão o que é o P, PP, ninguém sabe. Então esse 5° poder pode representar no resultado total, mas ele tem hoje brechas no 1° poder, você vai ver que a maioria dos cargos no executivo são de lideranças ambientais. No caso do meio ambiente, que é a temática que a gente está falando. Você tem o legislativo, o judiciário, hoje conseguimos trazer e preparar todas as ações no judiciário, o fato de termos conseguido colocar o direito difuso, e criarmos essa jurisprudência, isso aproximou muito a entidade. E depois nós temos uma coisa que é muito importante, que são os conselhos de política pública, o Conselho Nacional de Meio Ambiente hoje, é o órgão mais plural do governo brasileiro. Não tem nada de formulador de políticas no país, não tem nenhuma experiência parecida. Ela é inédita! E isso é um poder praticamente das ONGs. Então todas essas resoluções por exemplo, de impacto ambiental, são uma resolução do CONAMA, resolução 001. E eu estava nessa, como a maioria das entidades ambientalistas, acompanhando esse processo. A legislação de água, e todas essas legislações, saíram com a gente. Então eu acho que é o 5° poder se você fosse ver realmente, de forma estanque, comparando o que é cada um. Mas eu acho melhor você não estar nem no 1° nem no 5°, mas estar com essas influências em todos esses poderes.”

Entrevistador: Na sua opinião, qual é a parceria mais expressiva da SOS? Falando de recursos.

Entrevistado: “De recursos, é o Bradesco. O que existe de interessante com o Bradesco é, primeiro: você tem o diretor financeiro da SOS que passou a ser praticamente o diretor de marketing, com essa ação, o Aauto. O Aauto era o controlador, aqui, o contador. O espaço que o Bradesco deu, de poder negociar o cartão, fez com que o Aauto hoje entre em qualquer gerência do Bradesco, em qualquer regional do Bradesco. Uma outra coisa que aconteceu no Bradesco, é que não há um único gerente que não tenha ouvido sobre o que é Mata Atlântica.”

Entrevistador: Então você acha que esse foi o grande salto da SOS, daquela ONG que eu conhecia, em 92, e o que ela é hoje?

Entrevistado: “Não é o fato de ter o cartão. É a parceria. Se você chegar numa agência, no interior de SP, no interior do Rio, na Bahia, aonde for, e você disser que é da SOS Mata Atlântica, não há quem não saiba, no banco, o que é mata atlântica. Lógico, que isso é o resultado de um trabalho de palestras, do envio de milhares de camisetas, muitos folhetos, adesivos. Ao lado do mesmo cartaz que está vendendo poupança, há um que está vendendo mata atlântica, “cidadania do tamanho do bolso”. Nós passamos a existir como realidade, dentro do banco. E isso tudo foi criado não porque a SOS arrumou uma boa empresa de marketing como a Merit, ou coisa do tipo. Isso também tem um peso muito grande na SOS, as parcerias com as agências de publicidade. Mas é porque nós soubemos levar a publicidade certa. O Bradesco talvez seja, do ponto de vista de tomada de decisão, o banco mais demorado do Brasil. Ele é completamente burocrático. Uma decisão no Bradesco é demorada – tem que passar por todo o mundo. Eu estava falando das multilaterais e o Bradesco concorre com isso. Mas são decisões firmes. Começa com o Sr. Brandão, que tem o *insight*. Que vem depois com o Sr. Márcio Cipriano, que vem depois com os diretores do cartão, que vem depois com o 3° e 4° escalões do cartão. Quando todo mundo está de acordo com o marketing da empresa, aí o projeto sai. E aí

não tem o que segura, porque nós temos a meta. A meta desse ano, por exemplo, são 60 mil cartões. E cumprimos! Isso é o máximo porque não é aquela coisa de fazer, promover, soltar na imprensa e sair na eletromídia. Não é isso que vende o cartão! É o sorriso do sujeito, da forma que ele fala, ou é alguém que pede o portfólio de cartões no Bradesco e alguém lá do Bradesco diz assim: “Esse aqui é o mais legal”. Por que? “Porque este ajuda a proteger a natureza”.”

Entrevistador: Então se fôssemos resumir, o que deu a solidez, de colocar a SOS num outro patamar, foi a parceria com o Bradesco?

Entrevistado: “E o Bradesco fez uma coisa dentro da SOS. Eu converso com os gerentes, falo com todo o mundo. O Adauto faz essa intermediação. A nossa funcionária que pega as listagens do Bradesco, tem vontade de trabalhar tudo isso. O outro funcionário da SOS, que manda as camisetas, está envolvido com isso também. O menino que está no viveiro, está envolvido também. E o que é melhor: o percentual do cartão é repassado para todo mundo. Ou seja, se a venda do cartão é boa, todo mundo ganha: eu, o Adauto, a recepcionista, a Édima, todos. É como um bônus. Isso dá quase metade do salário. Há uma participação, porque ela está lendo as listagens do banco. A recepcionista, por exemplo, fala com todo mundo do banco que eu falo, que o Adauto fala. O Valdir conhece todo o mundo que eu conheço, que o Adauto conhece, que a Édima conhece. Então todos nós temos relações com o Bradesco, dos mais diversos tipos. E isso é um negócio que não ficou só na conversa do Klabin, que é amigo do Brandão. Começou assim há dez anos atrás, e foi um desastre. Nós poderíamos ter naufragado. Nós chegamos até há 3, 4 anos atrás, com um “turnover” de um para um. Cada cartão que conseguíamos, perdíamos um. Insustentável para qualquer projeto. Então esse fato de termos conquistado, de estarmos lá, de fazermos eventos de fim de ano para premiar, levando o pessoal para passear, fazendo festa de fim de ano, até missa de ação de graças. Quando participamos o cara fica emocionado, porque para o sujeito que é o gerente de Baurú, por exemplo, que atingiu uma meta nacional, que está super emocionado, porque ele conseguiu se destacar em 3 mil agências, e saber que você está

ali do lado dele, ajudando a cumprir uma meta nacional, isso vale mais do que qualquer coisa. E é isso que acabou fazendo a SOS ser diferente. O *case Bradesco* ainda não foi escrito e a gente não sabe do tamanho dele, na história da SOS. Agora nós temos o seguinte desafio: o cara que saiu do Bradesco, ou seja, o cartão inadimplente, nós temos que conseguir manter esse cara. “Saio do Bradesco mas não saio da SOS”. O dia que a gente conseguir chegar aí, aí teremos fechado o ciclo da mais bela campanha de captação que já existiu nesse país.”

5.3 Entrevista com o Sr. Aduino Tadeu Basílio, Diretor Administrativo da Fundação SOS Mata Atlântica, em 10/01/03.

Entrevistador: Como diretor da SOS, qual é a parceria mais importante, na sua opinião?

Entrevistado: “Sem dúvida o Bradesco. É a que repassa mais recursos desvinculados, que são aplicados tanto na organização (ESTRUTURA) , como em projetos. Em 2003, por exemplo, mais de 50% desses recursos, vão para projetos. Principalmente pequenos projetos que demandam poucos recursos, evitando assim "queimar" um patrocinador maior que pode subsidiar outros grandes projetos. Nesse sentido, o Bradesco torna-se o principal parceiro.

Entrevistador: É uma parceria exemplar, então?

Entrevistado: “É. O Bradesco faz o repasse dos recursos e não há necessidade de se detalhar a aplicação, sendo raramente necessário fazê-lo. E isso é um tipo raro de parceria, onde a credibilidade e transparência são colocadas em primeiro plano. Esta parceria já acontece há 10 anos. Eu assumi como negociador responsável em 1996, e através de campanhas começamos a aumentar nossa base de sócios junto ao cartão de crédito afinidade. Mesmo antes do lançamento do cartão afinidade, o Bradesco já apoiava financeiramente alguns projetos da entidade, entre eles o Atlas dos Remanescentes da Mata Atlântica.”

Em Anexo3, gráfico comparativo financeiro da SOS, para o período de janeiro a dezembro nos anos de 1998 a 2002. Este gráfico mostra as origens dos recursos e sua aplicação: Pode-se verificar, por exemplo, que em 1998, a SOS tinha uma receita de filiados de R\$ 573.106, sendo que em 2002, este total subiu para R\$2.710.000.

5.4 Entrevista com Sr. Marco Nunes, Gerente Executivo de Relacionamento Comercial e Vendas, Banco Bradesco, em 30/1/03

Entrevistador: Você é responsável pela parceria SOS e Bradesco desde 1993?

Entrevistado: “Sou responsável por todas as parcerias de afinidades, entre elas a SOS, há 5 anos.”

Entrevistador: Além do cartão, vocês também patrocinam o clickarvore?

Entrevistado: “Em virtude do repasse da anuidade, o Adauto, da SOS, converte um determinado valor em mudas para o clickarvore, como forma de se mostrar o que o Bradesco contribui com a SOS. A título de mostrar para a mídia, por exemplo, que 500 mil mudas foram plantadas numa área específica. Eles que cuidam desta parte, na SOS.”

Segue um texto elaborado pelo banco, para divulgar a parceria:

“A Organização Bradesco vem há tempos apoiando no aprimorando da proteção ambiental. Não apenas por meio de desembolsos diretos, mas também por desenvolvimento de ações educacionais.

Com os Cartões de Crédito Fundação SOS Mata Atlântica, além dos Clientes possuírem uma credencial financeira que oferece inúmeros benefícios, também contribui com a entidade.

Os Cartões são apresentados em duas versões: uma válida somente no Brasil e outra internacional, válida no Brasil e Exterior.

Atualmente possuímos uma base de 91.000 Cartões de Crédito Fundação SOS Mata Atlântica.

Esta parceria iniciou-se em novembro de 1993, o Bradesco Cartões repassa parte da anuidade, resultado desta parceria, para a Fundação SOS Mata Atlântica, o que representa a maior parte dos recursos da entidade (em torno de 65%), que são investidos em pesquisa, assessoria jurídica, educação ambiental, ou em programas de desenvolvimento sustentado. Nesse aspecto, o Bradesco Cartões foi pioneiro no Brasil.

Em continuidade ao seu apoio à preservação da natureza, a Organização Bradesco participa da campanha de reflorestamento da Mata Atlântica, em parceria com a Organização Não Governamental (ONG) SOS Mata Atlântica. Pelo site www.clickarvore.com.br, qualquer pessoa pode doar, sem custo, o plantio de uma árvore (pertencente a espécies da Mata Atlântica) em seu nome. O custo é subsidiado pelas empresas patrocinadoras.

Entre 2001 e 2002 o Bradesco patrocinou 1 milhão de mudas para o programa. Este é um programa com um sistema de controle rígido a respeito de investimentos e resultados.

São contratados viveiros especiais para o desenvolvimento das mudas, que são entregues a produtores e comunidades rurais, prefeituras e outras ONGs. Quem as recebe assume a responsabilidade de cuidar das plantas por cinco anos, até a sua maturidade. E o internauta que as doou sem custo pode fiscalizar o seu desenvolvimento, via Internet.

Por intermédio desta parceria com a Fundação SOS Mata Atlântica o Bradesco mostra o seu lado social também na preservação do meio ambiente, apoiando os projetos, por meio dos repasses das anuidades, como também na divulgação do produto, Cartão de Afinidade, em algumas mídias do Bradesco Cartões.

Com esta parceria os Portadores do Cartão de Crédito Fundação SOS Mata Atlântica passam a ter uma visão mais abrangente da situação da Mata Atlântica e a consciência

da necessidade de se fazer algo para a sua preservação, por intermédio de informativo enviado bimestralmente pela fundação.”³⁷

5.5 Entrevista com Deputado Fábio Feldmann, em 27/2/2003.

Entrevistador: Você foi um dos fundadores da Fundação SOS Mata Atlântica. Esta dissertação de mestrado fala da trajetória da SOS nesses últimos 10 anos, seu amadurecimento como entidade e sua independência financeira. Afirmamos, nesta dissertação, que a SOS faz parte da “Revolução do Desenvolvimento Sustentável”, onde as ONGs chegam à sua maioria e estabelecem sólidas parcerias com o setor privado. Gostaríamos de saber o que você acha disso, e se você concorda.

Entrevistado: “Com a sua formação, a SOS representa uma nova geração de entidades ambientalistas, em relação às entidades não governamentais anteriores. Já na sua criação, a SOS contou com a participação de empresários e jornalistas, ou seja, ela surgiu com a idéia de que esses atores sociais, até então excluídos do processo do movimento ambientalista, passassem, então, a ter um papel relevante. Na realidade, a SOS surgiu com o propósito de preencher esta lacuna, com um papel de vanguarda e de liderança, à medida em que trouxe um outro modelo de organização, a começar pela opção de se organizar como fundação. Nos seus conselhos, já havia a idéia de uma representação dos principais atores sociais envolvidos na questão da Mata Atlântica, mais especificamente da região de Cananéia, Iguape e Paranaguá. Vale lembrar que houve até uma polêmica sobre a idéia de se criar uma fundação sem capital físico, o que acabou superado pela idéia de que o capital estava representado pela própria articulação desses atores sociais. Creio que passados 15 anos, é o momento de se refletir no sucesso da SOS, enquanto proposta inovadora à época.”

Entrevistador: E ela conta agora com 100 mil sócios.

³⁷ NUNES, Marco, texto informativo sobre a parceria com a SOS, Banco Bradesco, 30/1/03

Entrevistado: “Aí temos que fazer uma avaliação mais crítica. No Brasil não se consolidou ainda o conceito de *“membership”* em relação a entidades de natureza da SOS Mata Atlântica, ou seja, entidades ligadas ao que chamamos de interesses difusos, consumidor, meio ambiente, patrimônio histórico, ainda que não se pode deixar de reconhecer a importância da parceria empresarial da SOS com o Bradesco, que criou uma situação particular em relação às outras ONGs. O *“membership”*, em alguns países, ou em relação a algumas ONGs, é a principal fonte de financiamento, como é o caso do Greenpeace. Mas, a meu ver, não se trata apenas de encarar o *“membership”* como instrumento de financiamento e, sim, como estratégia de mobilização da própria sociedade, o que confere às ONGs um papel muito relevante no contexto contemporâneo. Alguns estudiosos se referem a esta capacidade de mobilização ao que denominam *“soft power”*, em contraposição ao poder exercido pelos estados, países. Creio que é importante esta menção, porque possuir 100 mil afiliados advindos de uma parceria empresarial, não esgota-se o “ativo” representado pelo potencial do *“membership”* como conceito. Nesse sentido, ainda é importante dizer que a SOS é uma marca tão reconhecida que o seu potencial está longe de ser esgotado e ela está diante de alguns dilemas importantes. Até mesmo porque os índices de desmatamento da mata atlântica ainda permanecem muito altos, o que leva necessariamente a uma discussão da missão da entidade.

Entrevistador: Mas como você vê então a SOS?

Entrevistado: “Creio que ocorreu realmente uma evolução. Quando a SOS foi criada, houve uma enorme polêmica dentro do movimento ambientalista, inclusive, quanto à origem dos recursos financiadores da entidade. A SOS foi criada ao mesmo tempo que a Biodiversitas e a Funatura. A Funatura, à época, recebeu recursos da Associação Nacional de Defensivos Agrícolas (Andef) e isso gerou toda uma polêmica sobre a origem do financiamento das ONGs, a exemplo do que aconteceu com o Betinho, alguns anos depois. E eu creio que o amadurecimento dessa discussão, se dá no seguinte sentido: desde que haja transparência, autonomia e independência em relação aos seus

doadores, não vejo problemas. A SOS é um bom exemplo. E nessa fase de renovação, pela qual a SOS passa agora, eu acho que haveria necessidade de ampliar a busca de recursos internacionais, e eventualmente os recursos governamentais. Algumas ONGs têm vocação para parcerias empresariais ou não. O financiamento do Greenpeace, por exemplo, advém do número de seus afiliados, que é em torno de milhões. E inclusive, um dos apelos fortes para afiliação ao Greenpeace é justamente a sua absoluta independência em relação aos governos e ao setor empresarial. A cultura local onde a entidade atua é condicionante. Nos Estados Unidos, algumas ONGs recebem recursos de entidades e mesmo de empresas poluidoras, e a origem dos recursos não prejudica necessariamente a reputação ou a imagem dessas ONGs.

No Brasil, eu poderia dizer que a cultura não é exatamente essa. Tudo depende em que nicho essas ONGs atuam, pois em alguns, as ONGs que recebessem recursos de empresas comprometidas, teriam a sua reputação abalada. O Greenpeace, como eu já disse, tem sua estratégia, o Conservation International (CI) e o WWF atuam com maior liberdade em relação às empresas, à medida que atuam mais vinculadas ao “conservacionismo”, possuem estratégias muito específicas aproveitando-se, no bom sentido, da vulnerabilidade de empresas que precisam de uma imagem ou reputação em relação a seu campo de atividades. As outras entidades que são mais “*advocacy*”, precisam de maior independência, ou melhor, distanciamento. Ou seja, não dá para uma entidade que questiona a poluição industrial, receber recursos de empresas poluidoras. Porque isso comprometeria a base de seu trabalho.

Com relação às ONGs brasileiras, a discussão se dá num outro campo, o do fortalecimento institucional destas entidades. As ONGs têm muita projeção, credibilidade, respeitabilidade, mas na minha opinião, essas entidades ainda precisam passar por alguns processos importantes, como por exemplo, traduzir estas qualidades em “*membership*”. Elas precisam, inclusive, estabelecer uma relação mais profissional com seus afiliados, ligado obviamente, a um processo de profissionalização.”

5.6 Entrevista com Prof. h.c. Dr. Joachim Zahn, Diretor da Daimler Chrysler do Brasil, em 03/01//2003

Entrevistador: Qual o projeto de meio ambiente mais importante que você já se envolveu, aqui no Brasil?

Entrevistado: “Obviamente, o projeto Poema, sobre pobreza e meio ambiente, na Amazônia. Este é um projeto que envolve o uso sustentável de fibras na indústria automobilística, com um forte componente ambiental e social . Acho que ambiental sem social não funciona e social sem ambiental, também não funciona. Amazonas é muito bom, há a floresta, mas também há 20 milhões de pessoas que têm direito à vida sustentável. . Não são só as árvores que têm o direito de sobreviver. As pessoas também tem. Aí tem que se educar, ajudá-los a usar os recursos que eles têm, a se praticar o meio ambiente. Não é só migração. Migração é coisa da idade da pedra. Neste projeto, vemos isso e inclusive eu, pessoalmente. Queremos um futuro positivo.”

Entrevistador: Você acha importante a relação ONG e a iniciativa privada?

Entrevistado: “É inseparável. Não se esqueça que ONG também é iniciativa privada. São pessoas. E um ponto importantíssimo – eu falo em triangulação - a iniciativa privada, ONG e instituições governamentais. Um ponto extremamente importante: você tem certas desvantagens em certas áreas, as quais normalmente são estruturais. Você tem um custo adicional para o uso economicamente viável, então você pode fazer um acerto, destes negativos, normalmente através das subvenções. E você sabe o que acontece com as subvenções A metade desaparece em algum lugar – no meio do rio, no bolso do outro... Você tem que criar o Estado como parceiro – não só como doador de recursos. Tem que colocá-lo dentro de uma joint-venture. E a ONG tem uma função muito importante – a de organizar. Também como facilitadora e mediadora entre as comunidades. E o Estado, como fiscalizador. Mas você precisa do governo. E como parceiro, ele assume a responsabilidade.”

Entrevistador: Como você vê a postura do empresário brasileiro em relação a doações e patrocínios a projetos ambientais?

Entrevistado: “Você não pode dizer o empresário. Há vários, com várias posturas.”

Entrevistador: Pergunto no geral.

Entrevistado: “No geral, tem que se aprender um pouco. Tem que se aprender a responsabilidade para com o futuro. Mas isso também é um problema que advém da economia norte-americana. A economia do “short-term profit”. De não querer se gastar dinheiro. Da compensação, onde não se ganha em cima do que vai se ganhar em 10 anos, mas sobre o que se ganha agora. Porisso que eu digo “short-term”. Nos Estados Unidos é uma necessidade da bolsa e aqui é necessidade mesmo (do bolso). Na Europa, historicamente, existia um pensamento muito mais a longo prazo. Mas isto também está mudando, com a globalização das ações. Há coisas interessantes, inclusive, de pessoas por exemplo, que trabalham na bolsa, na Europa e agora estão em Nova York, e estão muito tristes, achando tudo muito complicado, achando que há “short-term profit”. Você não pode forçar este processo. E na Europa há muito mais preocupação em relação à responsabilidade social. Muito mais que nos Estados Unidos.”

Entrevistador: Mas é melhor hoje do que há 10 anos atrás, não acha?

Entrevistado: “Sim. O pensamento está chegando a um ponto em que eles verão que terá que se investir. Tinha o ISO 9000, depois o 14000, agora vai chegar o 18000, incluindo o social. Depois, quem não estiver nesse processo, será punido. E a esperança é que se consiga fazer desenvolvimento social ambiental, mas não pelo motivo econômico, por medo de ser punido, mas pela convicção. Aí sim, temos o processo do aprendizado.”

6 O TERCEIRO SETOR E A FILANTROPIA EMPRESARIAL

No 2º Encontro INMED Brasil, organização não governamental emergente, foi feita apresentação de uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, (IPEA), iniciada com a seguinte expressão de Rubem César Fernandes: "O Terceiro Setor é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais de caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil".

As ONGs ambientalistas claramente se inscrevem nesse setor sem qualquer dificuldade interpretativa. Os dados apresentados pelo IPEA, sobre as fontes de recursos do Terceiro Setor no Brasil, em 1995, permitem visualizar que tres quartos de seus recursos são devidos à receitas próprias, enquanto o quarto restante é proveniente do governo (15,7%) e de doações privadas (10,9%) (Anexo 1). Em relação às ações sociais para a comunidade, o documento "Pesquisa Ação Social das Empresas – Primeira Etapa IPEA/DICOD (1999-2001) mostra que de um total de 781.623 empresas pesquisadas cerca de 59% afirmam que assim fazem. A região sudeste concentra a maior parte de tais empresas (67%) enquanto que na região sul, não ultrapassam o valor de 46%. Mesmo assim, a média nacional de 59% é expressiva. As empresas grandes (com mais de 500 empregados) contribuem com a maior participação percentual (88%) (Anexo 1).

A pesquisa também demonstra que os setores comércio e indústria participam com a maior percentagem em relação à média nacional.

Quanto à distribuição regional dos investimentos sociais privados, no ano 2000 (mesma fonte), verifica-se outra vez, maior participação regional do sudeste (83%) enquanto que o norte, com a menor (1%) em um total de recursos de R\$4,7 bilhões.

Em relação à existência de planos de expansão, 39% das empresas pesquisadas respondem afirmativamente. Impressiona o pesquisador saber que cerca de 76% das empresas realizam ações sociais para atender objetivos humanitários.

A Assistência Social é a principal ação desenvolvida pelas empresas, voltando-se principalmente para a criança, e por meio de doação de recursos para pessoas ou comunidades carentes. Do ponto de vista de retro-alimentação e comunicação, a pesquisa aponta uma grande deficiência dessas atividades pelas empresas.

A satisfação pessoal e a espiritual dos donos das empresas são os resultados mais percebidos enquanto que a melhoria da imagem das mesmas é percebido por apenas um quarto do seu total. Tal explica o fato da comunicação não se aplicar mais a essa imagem mas no campo ambiental, outras averiguações e informações da mídia apontam a defesa da imagem como a maior motivação para investimentos comunicacionais (como é o caso, por exemplo, das empresas de petróleo).

A falta de recursos na empresa para atividades sociais é a maior dificuldade mas, outra vez, nossa comparação com o que sucede no campo ambiental aponta novamente a defesa da imagem e o temor por sanções legais como principais motivos para se vencer a dificuldade da falta de recursos. É para esse alvo que deverão mirar as ONGs ambientalistas, para conseguir mais recursos para sua ação.

7 DISCUSSÃO

7.1 Introdução

Há uma variedade de temas que podem ser propostos para discussão, com respeito à questão das ONGs e as parcerias com a iniciativa privada. Não pretendemos aqui abordar todos eles, mas apenas focar em algumas parcerias, principalmente aquelas que tivemos algum envolvimento, durante o nosso trabalho junto à SOS Mata Atlântica. Gostaríamos também de dar um exemplo de parceria desenvolvida no WWF-Brasil, relatando pontualmente nossa experiência e apresentando outros temas relevantes, com o intuito de enriquecer nossa discussão.

Além da questão que envolve as parcerias e o setor privado, gostaríamos também de ressaltar um outro fator importante: a esperança do povo brasileiro, advinda da posse do presidente Luis Inácio Lula da Silva. “O sentimento de renovação nacional, intraduzível em números ou porcentagens, é o que realmente marca este período da História brasileira. Nas ruas e nas casas, ao votarem em Lula, o ex-sindicalista, não mais assustador como antes, as pessoas mandaram uma mensagem a quem quisesse ouvir: querem, sim, ser levadas em conta – acima de juros, dólares e números. Foi esse mesmo sentimento de renovação que pontuou a cerimônia de posse do presidente na quarta-feira passada, dia 1º de janeiro, quando milhares de pessoas se dirigiram à frente do Congresso Nacional para saudar e ver de perto Lula, com popularidade digna de Hollywood.

No discurso oficial, o pernambucano ressaltou a vontade de promover mudanças e ratificou algumas das prioridades e métodos que vão guiar sua gestão, os quais vem anunciando desde as eleições. Duas delas já são bem conhecidas: o programa Fome Zero e o *pacto social*. Este – que, segundo ele, “será decisivo para viabilizar as reformas que a sociedade brasileira reclama” – implica o encontro de representantes com naturezas, visões e interesses diferenciados – e a conversa e acordo acerca de prioridades, necessidades, etc. É justamente esta possibilidade de diálogo e troca de idéias entre diferentes setores que mais chama a atenção na recém empossada gestão. Como aponta a antropóloga e estudiosa do terceiro setor Leilah Landim, “nunca houve no Brasil tanta

possibilidade de interlocução, tanta abertura ao diálogo e permeabilidade às organizações da sociedade civil. Isto se mostra quando o Lula chama a sociedade a se unir e dialogar”.³⁸

7.2 A Fundação SOS Mata Atlântica

7.2.1 A SOS e o Valor Agregado à Marca

As iniciativas técnicas e científicas de uma entidade, o cumprimento de sua missão e a transparência na gestão de seus recursos agregam valor e conseqüentemente fortalecem a sua logomarca. Cabe aí ressaltar que quando nos referimos ao termo de se agregar valor estamos nos referindo ao histórico de realizações da organização e sua excelência, ao manter um quadro de técnicos e profissionais de competência e com uma atuação condizente com a missão da entidade.. Desta forma, a sociedade associa valor à marca da organização e confia na entidade.

Empresas e indivíduos querem investir em ONGs que demonstram excelência. O setor privado quer associar sua marca àquelas organizações que têm um histórico de sucesso. Nesse sentido, sempre foi uma tarefa factível, o trabalho de captação de recursos para a Fundação SOS Mata Atlântica. Criada com a campanha “Estão Tirando o Verde de Nossa Terra”, a organização teve ampla repercussão na mídia, principalmente no sudeste do Brasil, resultando numa marca forte, já desde a sua criação. Podemos citar aqui um exemplo que ilustra esta afirmação. Em 1991, um indivíduo que mora em São Paulo, procurou-nos no escritório da SOS, relatando-nos que sua mãe tinha falecido na Europa, e pedindo-lhe que doasse uma certa quantia para a proteção do meio ambiente. Ele procurou a SOS Mata Atlântica, que ao seu ver era uma entidade séria, e nos entregou um cheque no valor equivalente a US\$25 mil, como doação para a entidade. Este é um exemplo bem claro da força de uma marca e da confiança que esta marca exerce junto à sociedade.

³⁸ Mattar, Maria Eduarda, Exclusivo para Ritz, 03/01/03.

7.2.2 A SOS e o Poder de Pressão Política e Formadora de Opinião

O poder da Fundação SOS Mata Atlântica, na capacidade de pressão política sobre os sistemas decisórios, orientando a comunidade para os seus objetivos estratégicos:

A Fundação SOS Mata Atlântica, desde sua criação, contou com renomados ambientalistas que são formadores de opinião sobre as questões de meio ambiente no Brasil: Rodrigo Lara Mesquita, Deputado Fábio Feldmann, Édis Milaré, Almirante Ibsen de Gusmão Câmara, João Paulo Capobianco, Clayton Ferreira Lino, Roberto Duailibi, Paulo Nogueira Neto, por exemplo.

Podemos citar como exemplo de pressão política, as conquistas da criação do direito difuso, do Conselho Nacional de Meio Ambiente, do Decreto 750, que controla a conservação da Mata Atlântica e a Lei de Crimes Ambientais, que deram suporte legal para a fiscalização do importante bioma, mata atlântica. Estes avanços refletem a influência e o trabalho de articulação realizado pela SOS.

7.2.3 Captação de Recursos

”Desde os tempos mais antigos, as grandes religiões sempre abordaram o conceito de caridade. Se estudarmos o Cristianismo, vemos que a vida de Jesus foi um excelente exemplo de ajuda ao próximo.

Caridade significa ajudar aos outros, colaborando para um mundo melhor. Esta ação pode se dar na sua casa, no seu bairro, numa instituição, ou em qualquer situação.

É o impulso de caridade que move o ser humano a doar recursos para um projeto. Estamos falando da vontade de provocarmos uma mudança positiva, por acreditarmos que somos capazes de contribuir para uma realidade melhor.

Ao ato de buscar os recursos, denominamos captação de recursos. “Captação de Recursos” significa buscar os recursos necessários para que uma situação ou projeto se realize. Em muitos indivíduos, a vontade de provocar uma mudança positiva, ou de ajudar uma causa ou projeto, leva-os a desenvolver a atividade de captação de recursos.

Em outros, de doar recursos. Vista por muitos como a parte mais “chata” ou mais árdua, num projeto, se for conduzida na busca de uma solução, torna-se uma tarefa agradável e muito compensadora. Na maioria dos casos, sem recursos, não há projeto. Portanto, é uma das atividades mais importantes do projeto e é desenvolvida pelo seu diretor, coordenador ou alguém designado por ele.”³⁹

7.3 Desenvolvimento de Parcerias

“Parceria é um instrumento legal, induzido pela oportunidade e/ou necessidade de potencializar recursos de duas ou mais partes (públicas ou privadas), construído em torno de objetivos comuns, voltado para o apoio a ações que os concretizem. O crescimento do terceiro setor no país nos últimos anos foi explosivo e dessa forma, consolidamos a democracia participativa. A idéia chave da parceria é mobilizar micro, pequenas empresas, empresários e pessoas generosas, para que adotem políticas e práticas relativas às causas de responsabilidade social visando um mundo melhor com a soma dos esforços dispendidos por todos. Assim sendo, essa deve ser a preocupação de todos, não importando a sua condição, desde o voluntário até o empresário. Não somente os grandes empresários devem ser procurados para parceiros como instrumento para captação de recursos. As instituições públicas voltadas para o meio ambiente, ou outras áreas, e os cidadãos, pessoas conscientes e capazes, engajados nos projetos de forma voluntária, são grandes fontes de recursos para uma empreitada dar certo.”⁴⁰

A professora Rosa Maria Fischer, diretora do Centro de Estudos e Análise do Terceiro Setor (Ceats) e autora do livro *O Desafio da Colaboração, Práticas de Responsabilidade Social Entre Empresas e Terceiro Setor*, diz que os executivos de uma empresa podem não entender nada sobre soluções para problemas como evasão escolar ou gravidez na adolescência, mas podem ajudar qualquer instituição do Terceiro Setor a gerenciar melhor seus recursos, organizar suas informações de maneira inteligente e

³⁹ CAPELLI PEN, Jeane, Manual Melhores Práticas de Ecoturismo, Programa MPE, FUNBIO, Seção Apoio, Financiamento e Parcerias/Captação e Gestão de Recursos

⁴⁰ CAPELLI, Pen, Manual Melhores Práticas de Ecoturismo, Apoio, Financiamento e Parcerias, FUNBIO, 2001

cortar custos. Há ainda outro benefício: elas evitam duplicidade de recursos e esforços investidos numa mesma causa.⁴¹

Gerenciar os recursos é o grande desafio de qualquer ONG. Nesse contexto, há uma enorme barreira entre a ONG e a iniciativa privada. A parceria pode ser uma estratégia efetiva para se conseguir os recursos.

O presidente da organização The Nature Conservancy (TNC), Sr. Steven J. McCormick, diz: “Há um tempo, nós reconhecemos que a magnitude e importância de nossa missão nos compeliu a trabalhar com parceiros. Inicialmente nós engajamos órgãos públicos, adquirindo terras e depois transferindo-as para estas agências, para que fossem permanentemente gerenciadas como parques, refúgios de vida selvagem e áreas naturais. Posteriormente, trabalhando com a comunidade empresarial, e na busca de objetivos de conservação, nós acabamos com a distinção entre “adversário” e “parceiro”. Desde então, nós engajamos na conservação, parceiros de todos as divisas.”⁴²

“Uma boa comunicação é essencial para construir confiança – o recurso intangível que torna uma parceria coesa. Alianças são bem sucedidas quando todos se envolvem pessoalmente e emocionalmente com a causa e com o outro.”⁴³

A organização “The Nature Conservancy” foi uma entidade parceira da SOS Mata Atlântica. Foi assinado um acordo de parceria, para o programa Lagamar. Posteriormente, nós tivemos a oportunidade de trabalhar na The Nature Conservancy (TNC), escritório de Virginia, nos Estados Unidos, de 1994 a 1995. A TNC, conta com um orçamento anual (2001) de mais de 2 bilhões de dólares e com escritórios em todo o território norte-americano e representações no mundo.

7.3.1 Parceria Modelo: “SOS e Bradesco”

Tivemos a oportunidade de constatar, através de entrevistas com a diretoria e presidência da SOS, que a parceria SOS e Bradesco é hoje uma das mais bem sucedidas junto ao setor privado. O “*Case Bradesco*” pode até ser considerado uma referência no

⁴¹ Parcerias, Exame, Edição Especial, Dezembro/2002, pg.08

⁴² The Nature Conservancy Annual Report 2001

⁴³ James E. Austin, Parcerias – Fundamentos e Benefícios para o Terceiro Setor, Futura.

setor de cartões de afinidades no Brasil. Iniciada em 1993, esta parceria conta atualmente com o apoio institucional do banco e o envolvimento da SOS, em todos os níveis institucionais, da presidência à recepção.

7.3.2 A SOS e a Kolynos

O primeiro contato deu-se em 1991, quando o presidente da Kolynos, Sr. Roger Pratt, entrou em contato com a SOS para inteirar-se das questões da Mata Atlântica. Na época, ele não tinha muito clara e nem definida, a sua expectativa de apoio ou mesmo o grau de envolvimento que ele teria com a SOS. O processo foi lento e gradativo. Fizemos uma primeira visita ao seu escritório e conversamos sobre a Mata Atlântica. Ele tinha um barco na região de Angra e costumava velejar nos fins de semana, apreciando e se envolvendo com a paisagem. Isto também não significa que ele seria um potencial parceiro. Muitos empresários velejam, têm residências em área de mata atlântica e nem por isso se sensibilizam com a causa ou preocupam-se com a conservação deste ecossistema, que é um dos mais ameaçados do mundo.

Num primeiro momento, ele nos indicou a diretoria de marketing para desenvolvermos um produto. A partir daí os contatos foram se estreitando, resultando no Sorriso Herbal, uma das pastas de dente mais diferenciadas do mercado. Parte da verba arrecadada com a venda do produto vai para a entidade. Esta parceria, iniciada em 1991, continua bem sucedida, há 11 anos.

7.3.3 A SOS e a Kibon

Uma parceria pontual e extremamente bem sucedida foi realizada entre a SOS e a Kibon, durante a UNCED, Rio-92. A empresa fez uma doação para os projetos de conservação da entidade e foi também montado um estande da SOS no Parque do Flamengo, durante a Rio-92, onde trocou-se selos da Kibon por posters sobre a fauna e flora das florestas tropicais. A verba das vendas foi revertida para os projetos da SOS.⁴⁴

⁴⁴ Boletim SOS, Maio de 1992, Ano IV, No. 2

7.3.4 A SOS e a Editora Abril

É importante destacar um dos resultados práticos da parceria da SOS e a Editora Abril, e o seu poder multiplicador. Parte dos recursos arrecadados com o programa Clickarvore, por exemplo, está gerando renda para o programa Floresta Viva, coordenado pelo Instituto de Estudos Sócio Ambientais, da Bahia, na cidade de Ilhéus. O programa Floresta Viva busca o fortalecimento sócio-econômico dos agricultores, incentivando-os financeiramente a conservar a mata atlântica.⁴⁵

7.4 Outro exemplo de parceria: ONG-iniciativa privada

7.4.1 O WWF-Brasil

O WWF-Brasil é uma organização não-governamental sem fins lucrativos cuja missão é conservar a natureza. Conservação, para o WWF-Brasil, não significa manter áreas naturais intocadas, sem a presença de pessoas, mas sim harmonizar a atividade humana com a preservação da biodiversidade e o uso racional dos recursos naturais renováveis em benefício dos brasileiros de hoje e das próximas gerações. Trata-se de uma organização brasileira que integra a rede WWF, o maior grupo de entidades de conservação da natureza do mundo. O WWF-Brasil atua em âmbito nacional, tem sua sede em Brasília e conta com um corpo técnico multidisciplinar qualificado, desenvolvendo 52 projetos que integram 9 programas (programas de conservação do Cerrado, da Mata Atlântica, da Amazônia, do Pantanal, Biodiversidade e Parques, Turismo e Meio Ambiente, Capacitação e Desenvolvimento Organizacional, Educação Ambiental, Políticas Públicas e Meio Ambiente) realizados diretamente ou em parceria com outras organizações não-governamentais ou governamentais.⁴⁶

⁴⁵ ROCHA, Rui, Floresta Viva, IESB, Bahia, disponível em: www.florestaviva.org.br

⁴⁶ Relatório de Atividades, 1999-2000, Texto 2001, WWF

À medida que a ONG se estrutura e se fortalece, faz-se necessário a criação de normas que definam o que é responsabilidade corporativa. É através da responsabilidade corporativa que a ONG vai se beneficiar de doações e apoio do setor privado e corporativo. No WWF, por exemplo, há normas e critérios que definem o envolvimento corporativo.

A organização declara que depende das contribuições feitas pelo setor corporativo para financiar as centenas de programas que protegem e conservam a magia do nosso mundo natural e colocam a importância de poder contar com o apoio da iniciativa privada.

Há várias formas para uma empresa apoiar. Pode ser através de: doações, através de cheques nominais à organização; doação de ações da empresa; doação em espécie, ou campanhas específicas, como a de se adotar um animal e através das contribuições, os recursos são destinados a projetos de preservação da espécie, por exemplo.⁴⁷

Conforme diz o CEO do WWF-Inglaterra, Robert Napier, “As parcerias de negócios são uma parte essencial ao se buscar soluções para os problemas ambientais do mundo atual.”

Há uma variedade de oportunidades para a empresa que apóia projetos ambientais.

“Há hoje meia centena de empresários desse porte que, mais do que meros simpatizantes, viraram militantes do WWF e arregaçam as mangas pela causa ambientalista. “A cidadania empresarial está começando a crescer no Brasil e é uma onda pragmática. “explica Alvaro de Sousa, do Conselho do Citibank e presidente da Câmara Americana de Comércio (AmCham). Guilherme Leal, presidente da Natura, acrescenta: “Além de gerar empregos, nossas empresas têm um grande poder de disseminar novos valores. É um negócio inteligente investir em causas sociais, educacionais e ambientais. Isso cria algum tipo de cumplicidade com o consumidor e aumenta a respeitabilidade da marca. José Roberto Marinho, responsável pela Fundação Roberto Marinho e pelo canal de TV Futura, é sem dúvida o mais engajado do grupo. Há

seis anos ele tem usado sua força para recrutar nas fileiras do capitalismo novos militantes da causa ambientalista. “Antes havia uma barreira ética: quem fazia trabalho filantrópico não poderia tirar vantagem financeira. Hoje é o contrário: a idéia é criar oportunidades de negócios com a preservação do meio ambiente, no caminho contrário ao da revolução industrial, explica Marinho.”⁴⁸

7.4.2 WWF e Meliá

Como exemplo de sucesso, citamos a parceria entre o WWF-Brasil e o hotel Meliá Jardim Europa, São Paulo. Iniciamos a parceria com a gerente do hotel, Margarida Yasuda, que tinha a intenção de oferecer um produto diferenciado aos clientes, agregando o tema “meio ambiente” aos serviços hoteleiros. O ponto chave para uma parceria bem sucedida é a boa vontade do parceiro e sua disponibilidade em vencer os desafios e enfrentar as diferenças. Nesse caso, acreditamos que este tenha sido o diferencial que possibilitou o andamento do nosso projeto. Pudemos contar com a boa vontade da equipe do hotel, em especial a gerente, Sra. Margarida Yassuda e a Coordenadora de Qualidade e Gestão Ambiental, Goreth Machado, pessoas extremamente bem intencionadas e entusiasmadas com a proposta de parceria.

”Esta parceria é muito simples. Cada hóspede, ao registrar-se no hotel, é convidado a doar um real para a causa da conservação da natureza, e o hotel dá um outro real em contrapartida. Os recursos vão para os projetos do WWF-Brasil. No mês de dezembro de 2002, por exemplo, o hotel gerou em torno de R\$2000,00 reais, provenientes de doações. O hotel desenvolveu atividades como reciclagem de resíduos e a redução do consumo de energia em cerca de 60% e de água em 40%, além da utilização de sistemas de refrigeração, de câmaras frigoríficas e de geladeiras sem o gás CFC, que agride a camada de ozônio.”⁴⁹

⁴⁷ The Essence of Good Citizenship, A Guide to Company Giving, WWF-uk-org

⁴⁸ ISTO É, WWF – Prá Não Dizer Que Não Falei das Flores, Negócios, Dinheiro, pg.61, 26/02/2002

⁴⁹ Boletim WWF, Ano VI, No. 29, Agosto de 2002

7.5 Os Recursos Estrangeiros

Nos anos 80, as grandes ONGs ambientalistas brasileiras contaram com o apoio de fundações estrangeiras, para apoio à sua criação, que é o caso da Fundação SOS Mata Atlântica. Mas este “*seed-money*”, não foi suficiente para que a entidade se estruturasse por si mesma. No caso da SOS, este assunto é abordado pelo presidente, Sr. Roberto Klabin, em entrevista que ele nos concedeu. Este desafio foi superado e hoje a SOS encontra-se numa situação financeira estável, devido às suas sólidas parcerias com o setor privado, como por exemplo a parceria com a Colgate-Kolynos e com o Bradesco.

7.5.1 As Agências Multilaterais

A Fundação SOS Mata Atlântica ocupa uma posição privilegiada junto às Agências Multilaterais. O Sr. Mário Mantovani, diretor da SOS, é também coordenador da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais. Esta organização define a política de financiamento das instituições financeiras multilaterais junto às organizações não governamentais brasileiras. A SOS participa de uma coalisão de organizações não governamentais que acompanha todo o financiamento externo no país.

7.5.1.1 O Banco Mundial

“O programa Brasil tem estado entre os quatro ou cinco maiores programas do Banco Mundial. No ano fiscal de 1999, a carteira de créditos para investimento ficou em terceiro lugar, após a China e a Índia, em termos de valores (compromissos correntes de US\$7,9 bilhões) e em quarto lugar em número de empréstimos (66). Os US\$930 milhões em desembolsos de empréstimos para investimento classificaram-no em terceiro lugar

entre os clientes do banco. Incluindo os Secal, os US\$1,7 bilhão em desembolsos pelo Brasil classificaram-no em segundo lugar, atrás da Argentina.“⁵⁰

7.5.1.2 O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

“No Brasil, estima-se que existem mais de 220 mil organizações sem fins lucrativos ou instituições filantrópicas e mais de 50 mil organizações beneficentes ou de assistência social. Será dada particular atenção à responsabilidade compartilhada nas ações de combate à pobreza e àquelas relativas à gestão ambiental. Uma vez que as necessidades do país são enormes, a definição de um cenário de financiamento no Brasil deriva da capacidade institucional do banco e dos limites de endividamento que o país adotar. No Documento de País, aprovado em 1996, estabeleceu-se um cenário básico de empréstimo de US\$6 bilhões para três anos (uma média anual de US\$2 bilhões). Esse nível foi reduzido, devido a restrições de gasto, tendo sido aprovados US\$4.875,3 milhões no triênio 1996-1998. Em 1999, foram aprovados US\$1.154,5 milhões em empréstimos de investimento regulares e as duas operações de emergência ao valor de US\$3,4 bilhões.”⁵¹

7.6 Iniciativa Empresarial Mundial para a questão do Desenvolvimento Sustentável

Há algumas iniciativas mundiais, organizadas por empresários, na questão do desenvolvimento sustentável. Uma iniciativa válida e respeitada pelo setor empresarial, por exemplo, é o WBCSD (World Business Council on Sustainable Development), Conselho Mundial de Negócios em Desenvolvimento Sustentável.

O WBCSD é uma coalisão de 160 empresas internacionais unidas no compromisso comum do desenvolvimento sustentável através de 3 pilares do

⁵⁰ As Estratégias dos Bancos Multilaterais para o Brasil (2000-2003), Flávia Barros (org.) et alii – Brasília, Rede Brasil, 2001, Grupo Banco Mundial, Desempenho da Carteira do Bird, Anexo 1, pg.362

⁵¹ BARROS, Flávia, As Estratégias dos Bancos Multilaterais para o Brasil, 2002-2003, Rede Brasil 2001, pg.244

crescimento econômico, equilíbrio ecológico e progresso social. Os membros são provenientes de mais de 30 países e 20 maiores setores industriais. Também se beneficiam de uma rede global de 40 conselhos de negócios nacionais e regionais e organizações parceiras envolvendo 1000 líderes empresariais através do mundo.

A missão do WBCSD é oferecer liderança nos negócios, como objeto catalizador de mudança, através do desenvolvimento sustentável, e promover o papel da eco-eficiência, inovação e responsabilidade social corporativa.

“Os objetivos e estratégias são:

Liderança nos negócios – liderança nos negócios em assuntos ligados ao desenvolvimento sustentável.

Desenvolvimento de políticas – participar no desenvolvimento de políticas para se criar um cenário que permita que os negócios possam contribuir efetivamente para o desenvolvimento sustentável.

Melhores práticas – demonstrar que o progresso dos negócios e gerenciamento de recursos ambientais, responsabilidade social e compartilhar práticas inovadoras entre os membros.

Abrangência global – contribuir para um futuro sustentável para as nações em desenvolvimento e em transição.”⁵²

Um outro grupo, criado especificamente para a Cúpula de Johannesburgo é o Business Action for Sustainable Development (BASD) – Ação Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (www.basd-action.net), conforme disse o seu chairman, Sir Mark Moody-Stuart: “desde o Rio que há muito mais reconhecimento das implicações de nossas ações e nossa responsabilidade nas comunidades que operamos.”

7.7 O Fórum das ONGs e Movimentos Sociais

No cenário nacional, com 200 mil organizações sem fins lucrativos, dos mais diversos tipos e origens, foi criado, o Fórum Brasileiro das ONGs e Movimentos Sociais

⁵² Business & Biodiversity, The Handbook for Corporate Action, Copyright 2002, Earthwatch Institute (Europe), International Union for Conservation of Nature and Natural Resources, WBCSD, all rights reserved ISBN 2-940240-28-0 Printed in Switzerland by ATAR Roto Presse SA.

para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, com o objetivo de advogar a participação da sociedade civil nos eventos paralelos da UNCED, Rio-92, no Rio de Janeiro. O Fórum Brasileiro das ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, uma aliança com mais de 500 organizações, desenvolveu-se, desde então, para o Fórum de Participação da sociedade brasileira em lutas, desafios e eventos sócio-ambientais nacionais e internacionais.

Desde a UNCED 92 e nestes 12 anos, o trabalho desenvolvido pelo Fórum tem sido buscar a unificação das políticas ambientais e sócio-econômicas, na busca pela sustentabilidade e, ao mesmo tempo, buscando construir uma sociedade justa, equalitária e com princípios ambientais. Com esta origem, muitas outras alianças surgiram no Brasil, como a Rede de ONGs da Mata Atlântica, a Rede de ONGs do Cerrado, o Grupo de Trabalho de Políticas Florestais, o Grupo de Trabalho sobre sócio-biodiversidade e o Grupo de Trabalho da Agenda 21, entre outras iniciativas. Guiados por estes princípios, o Fórum também participa ativamente do Fórum Social Mundial.

Nas reuniões preparatórias para o Encontro de Johannesburg, realizado em agosto de 2002, o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento decidiu levar para a Conferência das Nações Unidas em Desenvolvimento Sustentável uma avaliação consistente dos principais aspectos do meio ambiente no Brasil. Também preocupados com as eleições em outubro de 2002, o Fórum elaborou propostas para serem incorporadas tanto na Cúpula da Terra, em Johannesburgo, como nas plataformas políticas dos candidatos eleitos.

No contexto da Rio+10, os seguintes assuntos foram definidos como prioritários: Agenda 21, Sócio-biodiversidade, Água, Comércio e Meio Ambiente, Energia, Florestas e Mudanças Climáticas. Os Grupos de Trabalho do Fórum trabalharam intensivamente para analisar o cenário atual para cada tema, avaliando os aspectos brasileiros e mundiais sob o ponto de vista econômico, legal, de desenvolvimento, ético e fatores governamentais, resultando em sugestões e propostas para governos globais: definir claramente entre as organizações que participam do Fórum, o que é desenvolvimento sustentável; indicar formas possíveis para governanças locais e globais e ações

concretas; demonstrar que as ações ligadas à defesa do meio ambiente não se referem somente à proteção de ecossistemas, água e outros, mas principalmente à qualidade de vida para todos os seres humanos na Terra, o que demanda mudanças nos padrões de produção e consumo.

O Fórum está também propondo ações concretas como: analisar o cenário atual em cada área definida pelos Grupos de Trabalho, avaliando os aspectos brasileiros e mundiais; construir referências legais, tratados, acordos e outros que, se realizados, possam diminuir os impactos ambientais produzidos hoje; combater a excluída e devastadora lógica econômica globalizada, que obscurece as necessidades das comunidades e desrespeita os aspectos culturais, religiosos, ambientais, sociais das economias locais.⁵³

É oportuno destacar que a questão do financiamento ao desenvolvimento vem sendo enfrentada em dois espaços diferentes e importantes: o primeiro, no âmbito da Organização das Nações Unidas, ONU, por meio da Cúpula Mundial sobre Financiamento ao Desenvolvimento, consolidada no chamado “Consenso de Monterrey”. O objetivo principal de Monterrey foi colocar no debate público internacional os espinhosos caminhos que devem ser percorridos para se promover uma redistribuição de recursos para um desenvolvimento sustentável e de maior equilíbrio entre os países, de modo a romper com a perversa desigualdade social e a pobreza do chamado terceiro mundo. Entre os temas considerados mais importantes estavam o apoio proporcionado por meio da cooperação internacional (ODA-Assistência Oficial ao Desenvolvimento); a captação de recursos domésticos; a captação de recursos internacionais; o comércio e as questões sistêmicas (tema que envolve as permanentes crises financeiras e econômicas que vêm assolando os países periféricos).⁵⁴

7.8 A SOS Mata Atlântica e o Cenário Nacional das ONGs

A SOS tem uma posição privilegiada e de liderança no cenário das ONGs brasileiras. Pela sua criação, também pelo fato de ter, em 1992, sediado a criação do Fórum

⁵³ A Sustentabilidade Que Nós Queremos, Fórum Brasileiro das ONGs e Movimentos Sociais, Agosto 2002.

⁵⁴ Nota Técnica, No. 68, Agosto de 2002, INESC

Brasileiro das ONGs, a Rede de ONGs da Mata Atlântica, e de ser a maior ONG brasileira em número de afiliados.

“O surgimento da Fundação SOS Mata Atlântica foi um marco para a colocação da Mata Atlântica na pauta ambiental brasileira. A partir daí, muitos avanços se verificaram no nível legal, político e administrativo e, dentre estes, a criação da Rede de ONGs da Mata Atlântica, para a qual a SOS Mata Atlântica teve participação decisiva.”⁵⁵

A SOS Mata Atlântica “Virou uma referência nacional em defesa de paisagens ameaçadas de extinção e de uma biodiversidade antes ignorada. Hoje é a principal fonte de informação procurada por nós, jornalistas, quando se trata de discutir impactos de atividades humanas sobre a floresta ou a melhor forma de agir contra novas frentes de degradação. Mais do que isso, é o endereço que apontamos aos leitores, interessados em passar da leitura para o voluntariado ou da ação local para a repercussão nacional.”⁵⁶

7.9 Fórum Social Mundial

”ONGs e movimentos sociais, sob diferentes formas e capacidades, vêm formulando um pensamento crítico sobre os organismos internacionais responsáveis pela governança global e propondo alterações estruturais destas mesmas instituições. A sociedade civil se expressa num variado espectro de posições sobre estes organismos internacionais, navegando desde a rejeição absoluta até o entendimento de que são necessários, desde que formulados seus objetivos e sua atuação econômica e política. O grande cenário onde estão sendo formuladas as críticas, na perspectiva da construção de um pensamento contra-hegemônico, é o Fórum Social Mundial, cuja última edição foi realizada este ano, na cidade de Porto Alegre, no Brasil. O próximo Fórum será no mesmo local, em janeiro de 2003.”⁵⁷

⁵⁵ CUNHA, Renato, Coordenador Nacional da Rede de ONGs da Mata Atlântica, Boletim Informativo, Dez/Jan 2001/02, Ano 4, No. 21

⁵⁶ JOHN, Liana, Boletim SOS Mata Atlântica, Dez/Jan 2001/02, Ano 4, No. 21

⁵⁷ Nota Técnica, No. 68, Agosto de 2002, INESC

O trecho abaixo, escrito por Emir Sader para o jornal Zero Hora, dá claramente o tom do Fórum Social Mundial.

"O movimento que desembocou no Fórum Social Mundial de Porto Alegre teve seu momento fundador no grito zapatista, em 1994, pela luta internacional de resistência ao neoliberalismo e sua primeira grande formulação programática no editorial de Ignácio Ramonet do *Le Monde Diplomatique*, de 1997, chamando à luta contra a ditadura do "pensamento único". Quando representantes de ONGs brasileiras buscaram Bernard Cassen, do *Le Monde Diplomatique* e de Attac, para propor um fórum anti-Davos, levaram a idéia de que fosse realizado na Europa. Cassen imediatamente aceitou a proposta, mas indicou que ele deveria realizar-se na periferia do capitalismo - no mundo "globalizado" -, no Brasil, pela importância que a esquerda assumia aqui e em Porto Alegre, pelo sucesso das políticas de orçamento participativo.

Foi assim pelo sucesso de uma política pública que Porto Alegre foi guindada a "capital mundial da esperança" e sede permanente do Fórum Social Mundial, para reunir a todos os que se opõem ao neoliberalismo e lutam por "um outro mundo possível". Ainda durante o primeiro Fórum Social Mundial, o então comitê organizador (composto por seis ONGs, pela CUT e pelo MST) havia decidido majoritariamente que não haveria um segundo fórum em Porto Alegre. Foi necessário ampliar o debate para o conjunto do fórum para que se expressasse um sentimento unanimemente contrário a essa decisão, que terminou triunfando: foi aprovado que o 2º Fórum Social Mundial se realizasse em Porto Alegre.

Na reunião do Conselho Internacional do Fórum novamente o comitê organizador brasileiro desejava que não se realizasse o 3º Fórum Social em Porto Alegre e que o fórum se realizasse a cada dois anos. Foi de novo unanimemente derrotado pelo Conselho Internacional, que decidiu que o fórum é um processo de acumulação para a construção de um projeto hegemônico alternativo ao neoliberalismo, que nessa qualidade se reunirá anualmente, além da realização de fóruns regionais e temáticos e que Porto Alegre será sua sede permanente. O 3º Fórum se realizaria em Porto Alegre,

em 2004 iria para a Índia e retornaria a Porto Alegre em 2005, como faria sempre, tendo a capital gaúcha como sua sede permanente, incorporando-a seu nome - Fórum Social Mundial de Porto Alegre - ainda quando não se realize aqui.

O Fórum Social Mundial tem que caminhar na direção da sua politização

Estas decisões foram tomadas em janeiro de 2002, muito antes portanto das mudanças trazidas pelas eleições, tanto no plano federal quanto estadual. Este ano o Conselho Internacional, reunido antes do 3º Fórum Social Mundial reiterou essas decisões. Para caminhar no processo de internacionalização do Fórum se decidiu - corretamente, na minha opinião - que o próximo fórum se realize na Índia, retornando em 2005 à sua sede permanente - Porto Alegre.

Além da sua internacionalização, o Fórum Social Mundial tem que caminhar na direção da sua politização, isto é, de ter alternativas globais aos grandes problemas do mundo e de sua democratização, isto é, que amplie e torne transparentes para todos suas decisões, fazendo com que o conjunto do fórum discuta o fórum.

O Wall Street Journal se havia apressado em dizer "Porto Alegre, adeus" em um editorial, logo depois dos atentados de setembro de 2001 - querendo encerrar o mundo na alternativa Bush/Bin Laden. Nós, ao contrário, reafirmando que "um outro mundo é possível", dizemos a Porto Alegre: "- Até logo, obrigado por tudo". E principalmente "- Até sempre", porque Porto Alegre é nossa sede permanente, a permanente capital da esperança. ⁵⁸

7.10 Joanesburgo - RIO+10

Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, Joanesburgo, África do Sul, 26 de agosto a 4 de setembro de 2002.

⁵⁸ SADER, Emir, Porto Alegre, até logo! Zero Hora, 29/01/2003, Memória FSM 2003

"Organizações não-governamentais e governos discordam sobre os resultados da cúpula de Johannesburgo. A proposta brasileira sobre energia foi derrotada e o mundo perdeu uma importante oportunidade de passar da conversa à ação.

O plano de ação acordado por 190 países na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, encerrada no dia 4 de setembro de 2002, em Johannesburgo, deixou satisfeitos governos e organismos multilaterais e decepcionou as grandes organizações não-governamentais, para as quais faltou a fixação de metas e prazos.

"Algumas pessoas vieram com a esperança de resolver todos os problemas mundiais. Esta Cúpula, contudo, é apenas o começo, e um importante começo", disse o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan. "Devemos ser práticos e realistas, e avançar. O importante não é o que aconteceu na Cúpula, mas o que acontecerá quando todos os representantes de governos voltarem para casa", acrescentou Annan, ao manifestar a sua satisfação pela aprovação, por unanimidade, do plano de ação.

Apesar do otimismo de Annan, esse plano de ação, de 71 páginas, recebeu cabal condenação de todas as grandes organizações não-governamentais participantes da Cúpula, incluídas o Greenpeace Internacional, a Oxfam Internacional, a Eurodad, o Instituto Worldwatch e a Amigos da Terra Internacional.

As críticas foram endereçadas fundamentalmente aos países que acompanharam as posições de Austrália, Canadá e Estados Unidos, descritos pelos ativistas como "o bando do mal ambiental", uma paráfrase do "bando do mal" no qual Washington incorpora os seus inimigos Coréia do Norte, Irã e Iraque. Segundo as organizações ambientalistas, esses três países impediram o estabelecimento de metas e prazos para eliminar a contaminação, melhorar os serviços de água potável e aumentar a produção de energia limpa e barata. Os doadores ocidentais, em particular os Estados Unidos, também receberam críticas pela falta de compromisso em oferecer assistência financeira à implementação do plano de ação.

Entre os 104 chefes de Estado e de governo presentes em Johannesburgo não figurou o presidente norte-americano, George W. Bush. Em seu lugar, discursou, sob vaias, o secretário de Estado, Colin Powell. Ambientalistas norte-americanos interromperam o

seu discurso várias vezes e acabaram sendo retirados à força do local. Powell reiterou o anúncio formulado por Bush em março, segundo o qual os Estados Unidos aumentarão em US\$ 5 bilhões anuais a sua ajuda a países com bom desempenho e que adiram à democracia multipartidária, ao império da lei, ao respeito aos direitos humanos e ao livre mercado.

O presidente do não-governamental Instituto de Recursos Mundiais, Jonathan Lash, disse: "Acima de tudo, devemos nos perguntar: os pobres do mundo estarão melhor dentro de dez anos? O nosso mundo estará mais a salvo das ameaças ambientais? Desgraçadamente, há muitos vazios e muito pouco músculo neste plano de ação". Lash expressou, também, o seu desalento pelo fato de a Cúpula não ter estabelecido metas e prazos para o aumento da produção de energia gerada por fontes renováveis, como a eólica e a solar, e renunciado a alentar a ratificação universal do Protocolo de Kyoto para reduzir o aquecimento planetário.

As únicas metas com prazos estabelecidos em tal plano são a redução à metade da população sem acesso a saneamento até 2015, a restauração dos bancos de pesca esgotados até 2015 e a redução significativa do ritmo de extinção das espécies de flora e fauna até 2010. O secretário-geral da Cúpula, Nitin Desai, aplaudiu o acordo sobre saneamento como um grande avanço. "O mundo concedeu, pela primeira vez, alta prioridade às questões da água e do saneamento. Precisávamos desse compromisso e agora são necessárias medidas e associações para assegurar o seu cumprimento", ressaltou.

Os Estados Unidos continuaram renitentes em apoiar qualquer ação concreta para combater as mudanças climáticas, apesar de produzirem a quarta parte dos gases estufa, responsabilizados pela ciência pelo aumento da temperatura do planeta no último século. O principal desses gases é o dióxido de carbono, liberado para a atmosfera principalmente pela queima de combustíveis fósseis derivados do petróleo, do gás, do carvão e da lenha. Por outro lado, ativistas questionaram os danos à população civil e aos ecossistemas causados pelas grandes centrais hidrelétricas, bem como os prejuízos à saúde e ao ambiente originados pela geração nuclear de eletricidade.

"O acordo é débil em metas e prazos, e será difícil impor a implementação do plano de ação, pois carece de sanções para os que não o cumprirem", sustentou a ativista do Instituto Worldwatch, Susan Finkelpearl. Simon Retallack, da revista Ecologist, de Londres, concordou com Susan: "O plano de ação representa um retrocesso para a sustentabilidade ambiental por sua falta de metas e prazos, assim como de normas de caráter obrigatório e de mecanismos de sanção similares aos que regem o comércio internacional. Perdeu-se uma oportunidade vital para estabelecer a agenda dos próximos dez anos."

O ativista Antonio Hill, da organização humanitária britânica Oxfam Internacional, por sua vez, afirmou que o chamado plano de ação é desalentador por sua insustentabilidade. "Como 104 chefes de Estado e de governo podem nos olhar e disparar seus chavões enquanto seus governos se retiram de muitos dos compromissos assumidos na Cúpula do Rio de Janeiro?". Hill se referia ao plano de ação da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, a Cúpula da Terra, celebrada no Rio de Janeiro em 1992, que incluía o compromisso do mundo industrializado de aportar 0,7% de seu produto interno bruto à assistência oficial ao desenvolvimento. "Apenas cinco países (Dinamarca, Holanda, Luxemburgo, Suécia e Noruega) alcançaram a meta internacional de assistência oficial ao desenvolvimento, enquanto os Estados Unidos, o país mais rico do mundo, destinam apenas 0,1% de seu PIB a esse tipo de ajuda" acrescentou o ativista.⁵⁹

"Um coro de governos latino-americanos e organizações ambientalistas aplaude em Johannesburgo a iniciativa brasileira sobre energia limpa. Mas, o entusiasmo não é suficiente: a proposta tem poucas probabilidades de gerar consenso.

JOHANNESBURGO.- O Brasil atraiu as atenções durante a primeira semana da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, também chamada de Rio+10, onde lidera o debate sobre energia limpa, tema que gera intensos atritos no mundo industrializado. Em nome da América Latina e do Caribe, o Brasil propõe que, até 2010, 10% da energia consumida no planeta tenham origem em fontes limpas, um dos assuntos mais

⁵⁹ DEEN, Thalif, A Cúpula da Discórdia, 0225, Coletânea Rio+10 (13), Johannesburg, Africa do Sul, Rede Internacional de Comunicação, CTA, JMA

espinhosos, incluído no parágrafo 19 do rascunho do Plano de Ação, o principal documento da Cúpula, que acontece em Johannesburgo, África do Sul.

Em um coro entusiasta, as delegações latino-americanas e organizações ambientalistas aplaudem a iniciativa que promove as energias solar, eólica, geotérmica e marinha, mas que, ao contrário de uma proposta semelhante da União Européia, exclui os grandes projetos hidrelétricos e a biomassa (lenha e resíduos), de maior uso tradicional no mundo em desenvolvimento. Durante a Cúpula da Terra do Rio de Janeiro, em 1992, os governos acordaram mudar os critérios insustentáveis de consumo de energia. Mas, desde então, "o consumo mundial de carvão, petróleo e gás natural aumentou", indica, em seu relatório Sinais Vitais 2002, a organização Worldwatch Institute, com sede em Washington. O consumo de combustíveis fósseis foi multiplicado por quatro desde 1950, alerta o documento.

"O Brasil tem uma liderança indiscutível porque vê o planeta com uma ótica de desenvolvimento econômico combinado com a conservação e o bom uso dos recursos, o desenvolvimento social e a melhoria da qualidade de vida", disse ao Terramérica Yolanda Kakabadse, presidente da União Mundial da Natureza (IUCN). Porém, a proposta tem poucas possibilidades de gerar consenso. A energia é o mais polêmico dos cinco temas centrais (junto com água, saúde pública, biodiversidade e agricultura) propostos para a Cúpula pelo secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan.

Os Estados Unidos, que rejeitam a ratificação do Protocolo de Kyoto, de 1997, para estabilizar a emissão dos gases que causam o efeito estufa, origem da alteração do clima, são contrários a qualquer tentativa de estabelecer metas quantificáveis em matéria de energia. Postura apoiada por Japão, Canadá e Austrália, e pelos integrantes da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP). O que deixa do lado brasileiro países como Suécia, Alemanha e Nova Zelândia e as pequenas nações insulares. "Temos muitos inimigos, mas também amigos. A iniciativa brasileira é um excelente marco para esta Cúpula, e com sua implementação global poderíamos reduzir o preço das energias renováveis a ponto de serem competitivas", disse ao Terramérica Marcelo Furtado, do Greenpeace no Brasil.

Embora governos e o setor privado na América Latina e Caribe tenham promovido projetos para fomentar o uso de fontes renováveis, a energia limpa não representa nem mesmo 1% do consumo na região. O consumo mundial de fontes limpas chega a apenas 2,2%... Nas negociações de terça-feira, Estados Unidos e União Europeia (que estabeleceu a meta de 2015 para aumentar o consumo de energia de fontes renováveis) chocaram-se na hora de abordar a diversificação do fornecimento de energia e a redução dos subsídios às fontes convencionais.

"Não queremos acrescentar novas mudanças ao que foi acertado. Não estamos a favor dos cronogramas", disse Najin Al-Rawas, delegado de Omã, país exportador de petróleo. No entanto, as negociações em Johannesburgo continuarão até o último minuto, com o objetivo de conseguir aprontar uma declaração e um plano de ação para a chegada dos chefes de Estado, a partir desta segunda-feira. Até agora, só existe consenso quanto à questão da água."⁶⁰

"A voz indígena não deve ser ouvida apenas como bela poesia, pois contém verdades que podem ajudar no equilíbrio entre modernidade e tradição, economia e ecologia.

RIO DE JANEIRO.- Novamente os povos e governos de todo o mundo se reúnem no contexto da Organização das Nações Unidas (ONU) para discutir sobre os progressos em relação ao meio ambiente e à qualidade da vida, dez anos depois da conferência do Rio de Janeiro, realizada em 1992. Naquela ocasião, os representantes de diversos povos indígenas se reuniram na réplica de um hábitat tradicional brasileiro, a aldeia Kari-Oca, para debater sobre como contribuir, com base em nossas experiências e conhecimentos, com a defesa do meio ambiente e de nosso futuro comum.

Participaram 750 líderes dos quatro cantos do mundo. Procurávamos demonstrar ao homem branco que sua forma de construção do mundo só faz aumentar a distância entre os povos, a desconfiança, a insegurança e, principalmente, a destruição do meio ambiente. Assim nasceu a Carta da Terra, que nós os cidadãos da selva apresentamos

60 MACAN-MARKAR, Marwaan. 0209 Coletânea Rio+10, Johannesburgo, África do Sul, Rede Internacional de Comunicação, CTA-JMA. Colaboraram neste artigo Maria Laura Mazza e Néfer Muñoz.

durante a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como Rio92. Uma carta simples e profunda, que não admite interpretações sobre o meio ambiente e prescreve formas de respeitá-lo e protegê-lo.

Todos ouviram a mensagem indígena, aplaudiram, emocionaram-se e depois voltaram a submergir em suas atividades cotidianas. Agora, a ONU, preocupada com os erros sistemáticos que continuam causando poluição, desmatamento e pobreza social, bem como com a falta de compromisso dos dirigentes dos países ricos, faz este novo chamado no sentido de enfrentar os mesmos problemas que discutimos na Rio 92. Não falta análise sobre o meio ambiente, mas ações concretas. Por isso, os povos indígenas oferecem a sabedoria de nossos anciãos para que o homem branco possa voltar a buscar a qualidade da vida.

Reconhecemos que em outros setores atendidos pela ONU temos obtido avanços, como a instalação de um Fórum Permanente para os Assuntos Indígenas e a Declaração Universal dos Direitos Indígenas, embora pouco tenha progredido a aplicação efetiva desses direitos em nossas vidas, como o reconhecimento, a demarcação e a proteção de nossas terras. Observamos que, ao contrário da Rio 92, a Cúpula de Johannesburgo mostra-se renitente em acolher o espírito de defesa da Terra e de seus povos. Talvez, a diferença resida em uma condução que prioriza os argumentos tecnológicos a favor do desenvolvimento material.

Nós indígenas sabemos que é difícil para os acionistas de Wall Street e para os cidadãos da União Européia compreender os valores de nossos povos, que relacionam o material com o imaterial. Entretanto, desejamos que nossa voz não seja ouvida apenas como bela poesia. São verdades que podem ajudar a estabelecer um equilíbrio entre modernidade e tradição, economia e ecologia. Não esqueçamos que o assédio da modernidade chegou às mais distantes comunidades sob o império da globalização. Reafirmamos nosso direito de colaborar com o homem branco para elaborar uma nova Carta da Terra e recomendamos que a Conferência de Johannesburgo adote um acordo com base nos seguintes pontos:

- A preservação da vida sobre a Terra requer um equilíbrio entre o cultural, o físico e o espiritual.

- A situação da natureza é crítica, portanto, é necessário um compromisso individual e coletivo no contexto de um código de conduta ética.
- Os novos conhecimentos e os conhecimentos tradicionais indígenas não devem ser usados para que alguns países explorem outros países ou alguns homens explorem outros homens. As atividades econômicas devem ser realizadas com respeito aos costumes e manejos sustentáveis da biodiversidade. Deve-se assegurar o reconhecimento oficial dos territórios indígenas.
- Para favorecer a conservação da terra, florestas e águas deve-se incrementar os investimentos na proteção do meio ambiente, desestimular os investimentos no desenvolvimento de armas nucleares e químicas, bem como proibir a realização de testes e aplicações dessas armas.
- Promover o reconhecimento do direito indígena à proteção de seus conhecimentos tradicionais e da propriedade intelectual para evitar a biopirataria.

Talvez nós, os povos da selva, sejamos considerados apenas como os "guardiões da terra". Mas temos demonstrado durante longos séculos que sabemos conviver com a natureza. Por isso, dez anos depois da Carta da Terra indígena, reclamamos da Conferência de Johannesburgo que nos reconheça o papel de partícipes na construção do futuro comum a toda a humanidade." ⁶¹

Segue abaixo, algumas expressões e frases sobre a Cúpula da Terra, sediada em Johannesburgo, África do Sul, que dão uma idéia da reação da sociedade civil ao evento:

* Rio+10 é a reunião global mais cara da história: nem mais nem menos do que US\$ 55 milhões. Mas, quem paga? A maior parte do orçamento saiu dos cofres do governo e do setor privado de um país em desenvolvimento, a anfitriã África do Sul.

* Outro recorde: a Cúpula também é a maior em número de participantes. Nestes dias foram contabilizadas 15.800 pessoas. E espera-se que o número aumente quando a

61 TERENA, Marcos. O Clamor dos Povos Indígenas, 0209 Coletânea Rio+10, Johannesburgo, África do Sul, Rede Internacional de Comunicação, CTA-JMA, o autor, indígena da etnia terena, é membro do Comitê Intertribal e conselheiro da Comissão Indígena da Propriedade Intelectual do Brasil.

reunião chegar ao ponto máximo na próxima semana, quando já terão chegado 104 chefes de Estado e suas comitivas.

* Um pequeno grande problema de logística: o luxuoso centro de convenções de Sandton, sede da Cúpula, tem capacidade para abrigar apenas sete mil pessoas (o número de delegados oficiais calculado pelos organizadores). O que acontecerá com os que ainda virão? Ou se todos se apresentarem ao mesmo tempo em Sandton? Um pesadelo para os bombeiros e serviços de emergência.

* Todos? Não, quase todos estão em Johannesburg. Os únicos cinco países do mundo que não enviaram representação são Chade, Nuru, San Vicente e Granadinas, San Marino e Turcomenistão.

* Johannesburg, mais conhecida como "Joburg", substituiu Blantyre (Malavi) como a cidade mais barata do mundo. Mas os taxistas parecem discordar. Nos últimos dias quadruplicaram seus preços.

* Cerca de dois mil jornalistas estão credenciados para a cobertura da Cúpula. A maioria luta por um espaço, uma linha telefônica e um computador, no centro de imprensa localizado no luxuoso subúrbio de Sandton, onde acontece a Cúpula. Aviso aos colegas que ainda vão chegar: já não há espaço.

* Se na Rio-92 havia pré-acordos e tratados políticos concretos a serem assinados (mudança climática, biodiversidade e desertificação), na África do Sul há um plano de ação geral, em torno de cinco temas, também gerais: água, biodiversidade, energia, agricultura e saúde pública. Isto é, tudo e nada.

* Centenas de eventos paralelos sobre os mais variados assuntos acontecem sem parar. Cada jornalista pode estar certo de ter pelo menos cem ofertas de potenciais temas para reportagens a cada dia, da parte das ONGs, das agências das Nações Unidas, dos delegados e dos grupos de interesses.

* Os jornalistas andam ocupadíssimos, gastando as primeiras horas do dia em escolher um tema: se o feeling jornalístico não funciona, melhor tirar cara ou coroa. Os fotógrafos, por sua vez, bocejam por falta de imagens espetaculares.

Para a maioria das ONGs a Cúpula não é democrática nem transparente. As negociações acontecem a portas fechadas. Hermeticamente.

Por Hilmi Toros, Thalif Deen, María Laura Mazza e Néfer Muñoz, correspondentes da IPS.

A seguir, narramos frases que, de certa forma, provocaram impacto, durante a Cúpula da Terra, em Johannesburgo, África do Sul:

* "É lógico que os ambientalistas estão incomodados, eles não inventaram o termo desenvolvimento sustentável" - Fernando Almeida, presidente do Conselho Empresarial Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável, a respeito do protagonismo de empresários e corporações em Johannesburgo, criticado por diversos setores da sociedade civil.

* "Washington está abandonando a guerra contra a pobreza" - Jeffrey Sachs, economista norte-americano e diretor do Columbia Earth Institute, da Universidade de Colúmbia, Nova York.

* "Estou vendendo muito, e espero vender muito mais quando os presidentes chegarem" - Yousouf Sofiti, vendedor de artesanato, que habitualmente ganha 200 rands (US\$ 2) por semana e que hoje está tirando sete mil rands (US\$ 70).

* "Nós, os ambientalistas, definimos os Estados Unidos, Canadá e a Austrália como o eixo do mal ambiental" - Ricardo Navarro, salvadorenho, presidente da Amigos da Terra Internacional.

* "Se as pessoas começarem a se contagiar de um espírito de frustração, de que não se conseguirá nada, será exatamente isso que acontecerá" - Víctor Litchinger, ministro do Meio Ambiente do México, ao chegar para a Cúpula.

7.10.1 Joanesburgo e a Iniciativa Privada

“Retornei há uma semana de Johannesburgo e apesar de muitos terem voltado com o sentimento de frustração, eu voltei feliz pois acredito ter havido um saldo positivo para a sustentabilidade do planeta. Fui sem expectativas. Achava quase impossível, na atual conjuntura mundial, com tantos interesses adversos, que a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável conseguisse um consenso. Portanto, diante do quase nada, não fiquei frustrada. O que vi foi sim, uma expressiva participação da iniciativa privada.

Muito maior do que no Rio de Janeiro, há 10 anos atrás. Só isso já significa um saldo positivo para a sustentabilidade do planeta.

Lembro-me que em 1992, nos meses que antecederam a Rio-92, uma das palavras que estava na moda era ONG. Os empresários estavam se acostumando com o termo e liamos vários artigos nos jornais, explicando o que é uma ONG. Eu sentia-me uma privilegiada, de fazer parte de uma elite de profissionais que mais trabalham por uma causa do que por um bom salário. Era uma das representantes de uma das maiores ONGs brasileiras, a Fundação SOS Mata Atlântica, que sediou o Fórum das ONGs brasileiras e teve participação fundamental nas atividades do Fórum Global, no aterro do Flamengo.

Dez anos depois, vejo-me em Johannesburg. O mais engraçado foi rever amigos 10 anos mais velhos. Todos muito bem. Os cabelos um pouco mais brancos, com algumas rugas a mais.

No campo dos negócios, o que vi em Johannesburg, foi uma agenda paralela de negócios, muito bem organizada e articulada, com participação de empresários dos mais diversos setores, de todas as partes do planeta. Isto me deixou muito feliz, pois lembro-me que a participação da iniciativa privada foi bem mais tímida, há 10 anos atrás, no Rio de Janeiro. Em 1992, lembro-me que encontrei-me durante a Eco-92, com alguns presidentes de empresas, como o Sr. Jean Rozwadowski, na época, da American Express, e parceiro numa das iniciativas com a SOS, ou o José Júlio Cardoso, na época, da Kibon, onde havíamos coordenado várias ações, como por exemplo, premiando palitos de picolés com bichos da mata atlântica. Há 10 anos atrás, havia um crescente interesse na área do meio ambiente entre os empresários, mas não existia ainda a massa crítica que se vê presente hoje em dia. As palavras sustentabilidade ou mesmo responsabilidade social ainda não existiam no jargão empresarial.”⁶²

Tem havido, nos últimos anos, uma tendência crescente em se ver uma empresa de forma integrada. A habilidade de se unir ao mesmo tempo, negócios, ecologia e

compromisso social, tem se tornado, a cada vez mais, um importante fator para o sucesso corporativo.

7.10.2 A Proposta do Governo Brasileiro para a Rio+10

Segue abaixo, carta assinada por Fábio Feldmann, representante do presidente Fernando Henrique Cardoso para a Cúpula Mundial do Desenvolvimento Sustentável, seguida da proposta do governo brasileiro para o encontro.

“Prezado(a) Senhor(a),

Encaminho anexo o documento “A Caminho de Joanesburgo, Rio+10 Brasil: Balanço e Perspectivas”, preparado pelo Grupo de Trabalho Rio+10 Brasil, que reflete as discussões do Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável - de Estocolmo a Joanesburgo, realizado no Rio de Janeiro, de 23 a 25 de junho de 2002.

Esse documento reflete, como um dos principais pontos de consenso do encontro do Rio de Janeiro, a necessidade de uma ampla mobilização planetária com o intuito de influir nos resultados da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável. Essa mobilização, conforme se depreende dos debates ocorridos, deve centrar-se em torno de cinco pontos fundamentais:

1. Assegurar a presença do maior número possível de Chefes de Estado e de Governo à Cúpula de Joanesburgo;
2. Reafirmar o conjunto de idéias que constituem o chamado “legado do Rio”;
3. Cobrar dos delegados presentes à Cúpula avanços concretos no que se refere à formulação de meios de implementação e financiamento das ações correspondentes;

⁶² Sustentabilidade, Jeane Pen, Setembro de 2002, BrasilConnects

4. Apoiar as Iniciativas Regionais e de Energia, formuladas durante o processo preparatório para a Cúpula de Joanesburgo;
5. Promover um amplo processo global de reflexão que responda aos desafios mundiais em torno de uma “globalização solidária” e de uma “cidadania planetária”

Poucos dias antes da Cúpula de Joanesburgo, cabe igualmente aos governos nacionais, à sociedade civil organizada, a todos os setores da vida humana e a cada cidadão do planeta a responsabilidade de promover essa mobilização. Essa participação, dentro das linhas de ação que estiverem ao seu alcance, há de se mostrar fundamental para os resultados da Cúpula de Joanesburgo.

Atenciosamente,

Fábio Feldmann

Representante do Presidente da República para a
Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável

- I. A Caminho de Joanesburgo**
- II. Rio + 10 Brasil: Balanço e Perspectivas**

A Rio+10 Brasil deixa patente que o caminho a Joanesburgo passa, necessariamente, por responder a importantes desafios. É indispensável, de partida:

- ✓ garantir a presença de todos os Chefes de Estado e de governo na CMDS;
- ✓ chegar a Joanesburgo comprometendo-se explicitamente com
 - o Legado do Rio (convenções, declarações);
 - os princípios da cooperação internacional; e
- ✓ assumir novos compromissos de implementação de ações concretas, metas e mecanismos de financiamento a partir da CMDS.
- ✓ dar seguimento à Iniciativa de Energia e à Iniciativa Latino-Americana e Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável;
- ✓ dar início a uma mobilização mundial em torno de uma Cidadania Planetária e de uma Globalização Solidária.

III. Introdução

O presente documento apresenta um balanço das discussões que culminaram no evento realizado no Rio de Janeiro, de 23 a 25 de junho de 2002, além de explorar algumas possibilidades de desdobramentos em ações concretas a serem deflagradas no intuito de influir na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (CMDS), tanto no final de seu processo preparatório, como em seu desenvolvimento e nas alternativas que poderão advir de sua realização.

Entre Estocolmo e Joanesburgo, uma nova parada no Rio de Janeiro

Já em fins de 2001 ganhava corpo a idéia de congregar governos e sociedade no Rio de Janeiro para uma cerimônia que resgatasse o que se convencionou chamar de “Legado do Rio” e, ao mesmo tempo, marcar a passagem simbólica desse legado à Joanesburgo.

O “Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável: de Estocolmo a Joanesburgo - Rio + 10 Brasil” reuniu, no Museu da Arte Moderna do Rio de Janeiro,

cerca de 1200 participantes entre chefes de Estado, representantes governamentais, de instituições multilaterais, organizações não-governamentais, empresários e ambientalistas. Embora estivesse presente a idéia de celebrar trinta anos da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972, e dez anos da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, o evento ganhou contornos mais expressivos devido aos impasses observados no processo preparatório da CMDS, que vem gerando um crescente sentimento de frustração a respeito da agenda a ser discutida em Joanesburgo. Mais do que uma passagem simbólica da Conferência para Joanesburgo, a Rio+10 Brasil foi um encontro dos diversos atores que participam do processo preparatório da Cúpula Mundial e que buscam ações concretas para o desenvolvimento sustentável.

Do ponto de vista conceitual, o Seminário do Rio de Janeiro se insere num roteiro iniciado em 1972, em Estocolmo, onde o foco das discussões se concentrava no ambiente humano, em especial na dimensão planetária dos problemas ambientais, conduzindo à idéia de que tínhamos *Uma só Terra*, sobre a qual se imputavam impactos não devidamente considerados dos processos de crescimento econômico. Posteriormente, em 1986, o Relatório Brundtland introduziu as bases de um novo paradigma, ao afirmar que compartilhamos de um futuro comum (*Nosso Futuro Comum*) e que, portanto, se fazia necessário dotar nossas atividades de princípios e critérios de sustentabilidade. A partir de então, o desafio do desenvolvimento sustentável tornou-se o foco das discussões em 1992, no Rio de Janeiro, onde foi realizada a maior das Conferências das Nações Unidas até então. Em 1997, a Sessão Extraordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas, encarregada de avaliar os cinco anos da Conferência do Rio, reconheceu que, apesar do enorme avanço que representaram as discussões e os acordos celebrados por aquele evento, pouco havia de implementação efetiva. O aprofundamento dessa constatação permitiu que, em dezembro de 2000, fosse convocada a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, programada para se realizar em Joanesburgo em agosto e setembro de 2002, voltada para os desafios da implementação dos acordos e compromissos assumidos ao longo desse processo.

Destacaram-se, no evento do Rio de Janeiro, a realização de um Diálogo de Gerações de Estocolmo-1972 a Joanesburgo-2002 e, pela primeira vez em reuniões do gênero, uma audiência pública com os Chefes de Estado e Governo do Brasil, da África do Sul, da Suécia, além do Vice Primeiro-Ministro do Reino Unido. Essa audiência provocou ampla repercussão nos meios de comunicação de todo o mundo, reforçou o significado político da Conferência de Joanesburgo e, em certa medida, resgatou o processo negociador ameaçado pelos impasses provocados pela intransigência de alguns países desenvolvidos durante o processo preparatório da CMDS. Outro resultado significativo do evento foi a iniciativa de enviar uma mensagem aos membros do G-8 para que confirmem a sua participação na CMDS, se comprometam com ações concretas e reforcem os princípios da cooperação internacional.

O Rio + 10 Brasil possibilitou, ainda, debate sobre Iniciativas Regionais e de Energia e, ao mesmo tempo, ofereceu a oportunidade para uma reflexão sobre questões relativas às realizações no âmbito do desenvolvimento sustentável nos últimos dez anos, às metas não atingidas que poderiam ter melhorado a situação atual, às alternativas para tornar a globalização mais inclusiva e equitativa, às expectativas para a Cúpula de Joanesburgo, ao cenário nos próximos 10 e 30 anos, em termos de desenvolvimento sustentável, às alternativas para melhorar a articulação e a parceria entre o governo e a sociedade civil nesse campo e de como viabilizar os resultados da Cúpula. Durante a sessão de encerramento, os participantes puderam ressaltar os avanços mais importantes de todo o processo que antecedeu o encontro do Rio e encaminhar ações prévias e posteriores à Cúpula de Joanesburgo.

Iniciativas Regionais e Temática

No que se refere a iniciativas concretas, cabe destacar que, por determinação da Presidência da República, o Brasil promoveu um processo de consultas regionais que culminou na Iniciativa Latino-Americana e Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável (ILAC), outorgando destaque às singularidades regionais, dando continuidade às decisões consolidadas na Plataforma de Ação aprovada no Rio de Janeiro em Outubro de 2001 durante a Conferência Regional Preparatória para a CMDS

e identificando temas que permitam a articulação com propostas de outras regiões, a exemplo da Iniciativa Africana (NEPAD). Considerando a urgência e a especificidade dos desafios relacionados, entre outros, com as mudanças climáticas, o Brasil propôs também uma Iniciativa de Energia visando pavimentar a transição para matrizes energéticas com forte conteúdo renovável e, ao mesmo tempo, para padrões de produção e consumo sustentáveis.

Essas iniciativas, incorporadas ao documento oficial da CMDS, incentivaram o surgimento de outras, por ocasião da realização da IV Reunião Preparatória realizada em Bali, a exemplo da Iniciativa Asiática e da Iniciativa do Leste Europeu, permitindo a inserção de peculiaridades regionais no contexto das discussões da CMDS.

Participação da Sociedade Civil

A participação de destacadas lideranças de organizações da sociedade civil permitiu sublinhar desafios pendentes. Nesse sentido, a declaração das organizações não governamentais chamou atenção para a necessidade de promover uma campanha de mobilização mundial em torno de uma agenda que consolida cinco temas essenciais à promoção do desenvolvimento sustentável: energia, água, comércio, biodiversidade e responsabilidade corporativa participativa. Foi considerado fundamental avançar nos meios de implementação das decisões adotadas a partir da Rio-92 e no Plano de Ação a ser aprovado em Joanesburgo. Nessa mesma direção, há que se recuperar o compromisso de Estocolmo, reforçado no Rio, em 1992, em relação a recursos financeiros novos e adicionais, em particular a destinação de 0,7 por cento do PIB dos países industrializados para a cooperação internacional. Foi sublinhada, ainda, a preocupação com a tendência das chamadas *Iniciativas Tipo II*, relativas às parcerias públicas e privadas, de caráter voluntário, como alternativa à irrenunciável responsabilidade dos governos na consecução dos objetivos do desenvolvimento sustentável.

Em termos de temas específicos, o encontro do Rio consolidou o consenso quanto à necessidade de erradicação da pobreza, de modificação dos atuais padrões insustentáveis de produção e consumo nos países desenvolvidos, de reversão das tendências que põem

em risco a integridade dos ecossistemas e das ameaças que a nova agenda de segurança estratégica vem gerando para um clima de efetiva cooperação internacional no âmbito do desenvolvimento sustentável.

IV. Constatações

Ao término do processo preparatório para a Cúpula de Joanesburgo, a sensação dominante é de perplexidade e frustração. Os resultados produzidos até o momento são extremamente tímidos diante da expectativa que se tinha quando da convocação da Cúpula. Os documentos preliminares produzidos nas esferas oficiais de negociação não avançam, como se esperava, na formulação de decisões orientadas à ação. Pelo contrário, grande parte da perplexidade que se verificou no Rio de Janeiro deve-se à constatação de que os esforços estiveram concentrados no sentido de se evitar retrocessos em relação às conquistas de 1992, e não no sentido de promover avanços significativos na implementação daquelas idéias.

Convenções e princípios acordados na Rio-92 são agora questionados e o impasse entre as posições dos países desenvolvidos e em desenvolvimento nunca foi tão explícito e de tão difícil conciliação. Dentro do mesmo bloco de negociações, os impasses dificultam a adoção de posições comuns. Um exemplo dessa situação refere-se à redução de emissões de efeito estufa, onde países industrializados juntam-se aos países em desenvolvimento produtores de petróleo para bloquear propostas efetivas de substituição de combustíveis fósseis por fontes renováveis de energia. Princípios que constituem o “Legado do Rio”, como o das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, são questionados por alguns países industrializados, inviabilizando compromissos como o Protocolo de Kyoto.

As dificuldades desse processo evidenciam, em parte, o esgotamento do ciclo de grandes conferências das Nações Unidas, iniciado com a Rio-92 e seguido pelas Conferências sobre Desenvolvimento Social (Copenhague-1993), População (Cairo-1994), Mulheres (Beijing-1995), entre outras. O que a Cúpula de Joanesburgo mostra agora é que, mais do que grandes conferências ou novas convenções internacionais, o desafio que se impõe é a gestão e implementação do enorme conjunto de medidas que já foram acordadas nos

últimos anos. O déficit de implementação dessas medidas revela a fragilidade do sistema das Nações Unidas, que não tem conseguido se mostrar efetivo nem na implementação de decisões nem na indução desse processo. Isso é agravado pela forma pela qual alguns atores do sistema interferem nas decisões, que são condicionadas à unanimidade. Trata-se de desafio de grandes proporções, pois envolve a ação articulada de diversos atores com interesses e motivações distintas, o que requer esforços de engenharia institucional e financeira, adicionais a todas as propostas já apresentadas para reforma no sistema das Nações Unidas. O próprio processo preparatório para a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável possui instância especial para a discussão das questões de governança internacional, mas nenhum resultado expressivo foi alcançado até o momento.

Uma última constatação importante diz respeito à desmobilização que se verificou na área ambiental por parte da sociedade civil nos últimos dez anos, especialmente frente à movimentação sem precedentes observada no Rio de Janeiro, em 1992. O momento atual, porém, requer empenho muito além daquele que governos e sociedade civil organizada tradicionalmente podem promover, devendo envolver o setor empresarial, crescentemente instado a assumir maiores responsabilidades sociais e ambientais, e o setor científico e acadêmico, elementos fundamentais num mundo onde as incertezas científicas continuam sendo invocadas como óbices à tomada de decisões na área ambiental. Contemplar uma reforma institucional global deve, necessariamente, incluir uma reflexão sobre os mecanismos que permitam incluir esse complexo conjunto de atores, forças e interesses no processo decisório global que, em última análise, se reflete sobre a vida de cada cidadão do planeta.

Desafios Pendentes: Legado do Rio, Cidadania Planetária e Globalização Solidária

A Rio+10 Brasil deixa patente que o caminho a Joanesburgo passa, necessariamente, por responder a importantes desafios. É indispensável, de partida:

- ✓ garantir a presença de todos os Chefes de Estado e de governo na CMDS;
- ✓ chegar a Joanesburgo comprometendo-se explicitamente com

- o legado do Rio (convenções, declarações);
- os princípios da cooperação internacional; e
- ✓ assumir novos compromissos de implementação de ações concretas, metas e mecanismos de financiamento a partir da CMDS.
- ✓ dar seguimento à Iniciativa de Energia e à Iniciativa Latino-Americana e Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável;
- ✓ dar início a uma mobilização mundial em torno de uma Cidadania Planetária e de uma Globalização Solidária.

Este último ponto merece ser aprofundado, pois parte da base de que o processo negociador não termina em Joanesburgo, na verdade se espera que seja fortalecido a partir de então. Nesse sentido, pensar o futuro requer resgatar as lições do passado. Transcorrida uma década da Conferência de Estocolmo, o mundo constatou que a originalidade desta, ao considerar por primeira vez a dimensão *planetária* dos problemas ambientais e o caráter finito da base de recursos que permitem as atividades econômicas, se bem havia representado um marco nas relações internacionais, revelou-se insuficiente. A publicação do relatório *O Nosso Futuro Comum* representou um salto qualitativo em matéria conceitual e política, ao consagrar a concepção de *desenvolvimento sustentável*.

O período que se sucedeu à Rio-92 evidenciou uma evolução similar. Num primeiro momento, pensou-se que o mais importante e urgente seria adotar decisões que conduzissem a um modelo sustentável de desenvolvimento, o que produziu convenções e tratados que, entre outros, promoviam a mudança dos padrões de produção e consumo (Mudanças Climáticas) e a reestruturação da base produtiva e de ciência e tecnologia (Biodiversidade), além de uma estratégia articuladora de transição, consolidada na Agenda 21. Apesar desse ímpeto, a avaliação unânime de governos e da sociedade, quando da Rio + 5, revelou resultados insatisfatórios. Às vésperas de Joanesburgo, é impossível escapar da constatação de que muitos dos compromissos assumidos no Rio, em 1992, perderam força e adesão e, além disso, alguns países tentam reabrir o debate

sobre aspectos já amplamente aceitos da agenda global. O futuro da Conferência de Joanesburgo e, principalmente, a adoção de suas recomendações impõem duas tarefas urgentes.

Em primeiro lugar, há que se promover uma ampla mobilização para que todos os governos estejam presentes em Joanesburgo, em especial aqueles que, sob o manto de interesses estratégicos isolacionistas e egoístas, tratam de retroceder decisões arduamente negociadas. É nesse contexto que há de se resgatar o “Legado do Rio”. Mais importante, no entanto, é recuperar a efervescência intelectual e social do período que marcou a Comissão Brundtland.

Em segundo lugar, uma nova rodada de consultas planetárias e de avanço conceitual deve responder a complexos paradoxos relacionados com os imperativos de uma globalização solidária e de uma cidadania planetária. A globalização tem possibilitado importantes benefícios em matéria de universalização de direitos humanos, de práticas democráticas e de acesso à informação. Isso ocorre, no entanto, de forma assimétrica e cristaliza tendências corporativas que questionam a capacidade do Estado-Nação de promover a justiça social, a redução da pobreza e as dimensões éticas que são estranhas à operação dos mercados. O imperativo que se apresenta é, portanto, o de uma *Globalização Solidária*.

Adicionalmente, essa globalização deverá contemplar os anseios de participação da sociedade no desenho e materialização de um futuro sustentável, acalentados na Rio-92 e imediatamente frustrados. Além das dificuldades mencionadas acerca do sistema internacional, observa-se uma tendência a privilegiar os temas da agenda comercial, o que dificulta responder aos novos desafios de *governança* nos níveis globais, regionais e locais. Urge, portanto, a partir de Joanesburgo, que se promova o debate sobre como dar corpo a uma Cidadania Planetária que, junto ao necessário fortalecimento do multilateralismo na tomada de decisões internacionais, permita também o fortalecimento de identidades nacionais e locais. É importante destacar que no documento acima, no parágrafo sobre a participação da sociedade civil, que a responsabilidade corporativa

participativa é considerada como tema essencial na promoção do desenvolvimento sustentável.⁶³

7.11 As ONGs Como O 5o. Poder

As ONGs representam a força da sociedade civil. Vemos hoje, com a crise no Iraque, que a mobilização da sociedade em manifestações para a paz mobilizam a mídia internacional, influenciando atitudes de governança. Esta força da sociedade civil organizada se reflete no poder de influência do estado e no setor privado.

Conforme foi apresentado no World Economic Fórum em Nova York, em janeiro de 2002, numa pesquisa preparada pela empresa Edelman PR Worldwide, as ONGs são o 5º Poder na Governança Global. Líderes de opinião querem mais cooperação e parcerias entre as empresas e as ONGs. 83% das empresas européias e 70% das norte-americanas acreditam que devem se empenhar para fortalecer seu relacionamento com as ONGs. Conclui que as ONGs fortaleceram suas marcas e se aproximam em igualdade às empresas e ao governo, em credibilidade. Afirma que as ONGs conquistaram o seu espaço. A pesquisa também indica que as ONGs se juntaram às empresas, ao governo e à mídia na esfera das influências. E conclui que para as empresas alcançarem e manterem alta credibilidade, será a cada vez mais importante comunicarem-se com os diversos atores com rapidez, destreza, transparência e interatividade. (Anexo 2)

7.12 A Importância da Responsabilidade Corporativa

Normalmente, no Brasil, o empresário que se dispõe a patrocinar projetos de meio ambiente, o faz por ordem da matriz, que geralmente é sediada na Europa ou nos Estados Unidos. O Sr. Joel Korn, por exemplo, diretor do Bank of America, recebeu orientação dos Estados Unidos, para se envolver com a Conservation International (CI), aqui no Brasil.⁶⁴

⁶³ FELDMANN, Fábio, A Caminho de Joanesburgo, Rio+10 Brasil, Balanço e Perspectivas 2002

⁶⁴ Capital Já Não É Visto Como Vilão, Valor Econômico, 11/10/00, Empresa e Comunidade, pg.E16

Conforme afirmado por Roberto Klabin, com relação à postura do empresário brasileiro, na sua opinião, “o empresário brasileiro não está disposto a doar. Ele está disposto a desenvolver parcerias.”⁶⁵

Já o Sr. Joachim Zahn, diretor da Daimler Chrysler do Brasil, diz que “o pensamento está chegando a um ponto em que eles verão que terá que se investir. Tinha o ISO 9000, depois o 14000, agora vai chegar o 18000, incluindo o social. Depois, quem não estiver nesse processo, será punido. E a esperança é que se consiga fazer desenvolvimento social ambiental, mas não pelo motivo econômico, por medo de ser punido, mas pela convicção. Aí sim, teremos o processo do aprendizado.”⁶⁶

Trabalhar em conjunto com uma organização ambiental traz benefícios para os dois lados, quando a parceria é aberta, há diálogo e disponibilidade de ambos os lados. Nesses 12 anos de experiência, pude observar que o resultado é extremamente gratificante, tanto para a organização ambientalista como para a empresa. E a conscientização é um caminho sem volta. “A parceria ideal é aquela onde os parceiros se beneficiam e a confiança mútua entre a organização e a empresa se fortalece. É um processo que exige compromisso e boa intenção, buscando enfatizar o desenvolvimento sustentável e a busca de uma melhoria na qualidade de vida para todos nós.”⁶⁷

“A cada vez mais, as empresas estão reconhecendo que é essencial se incorporar preocupações ambientais e sociais nos seus planos de negócios e processos, visando um sucesso comercial duradouro. Há um crescente reconhecimento, também, da necessidade da responsabilidade social e ambiental. Muitas empresas estão apresentando significativo progresso, no que diz respeito aos assuntos da “agenda marrom”, tais como poluição e lixo. É na agenda “verde”, contudo, tal como gerenciamento de ecossistemas e uso sustentável dos recursos biológicos, que as responsabilidades, os riscos e as oportunidades para os negócios, são bem menos compreendidos.

O termo “negócios” representa, admitidamente, uma grande variedade de atores que engloba setores diversos tais como indústrias extrativistas (mineração, óleo e gás); bancos e setor financeiro; empresas baseadas na biodiversidade tais como agricultura,

⁶⁵ KLABIN, Roberto, entrevista concedida em 03/01/03

⁶⁶ ZAHN, Joachim, entrevista concedida em 03/01/03

pesca, silvicultura e água; turismo; energia; fábricas, para mencionar alguns deles. Os negócios também operam em diferentes escalas: desde as pequenas operações artesanais, às empresas de pequeno e médio porte, a multinacionais. As necessidades dessas empresas são muito diferentes. Há necessidade, contudo, de se ter como alvo atividades individualizadas de biodiversidade.

Há, hoje, um amplo reconhecimento nos negócios de que o sucesso econômico e financeiro está intrinsecamente ligado à atuação social e ambiental. Apesar de não fazer parte do pensamento dominante, todas as empresas, de alguma forma, estão prestando atenção ao que se chama de “responsabilidade social”. Ao fazê-lo, as empresas estão se esforçando para atuar nas três dimensões de sustentabilidade – ambiental, econômica e social – também conhecidas como a linha tripla básica (*triple bottom line*). Empresas como a Shell e o Banco ING, por exemplo, adotaram o slogan – planeta, lucros e pessoas – para promover esta proposta. E na realidade, os três objetivos da Convenção da Biodiversidade Biológica estão completamente compatíveis com as perspectivas sustentáveis, incluindo-se negócios sustentáveis, finança sustentável e desenvolvimento sustentável. Além disso, biodiversidade não é algo em adição à responsabilidade social, mas sim um assunto que as empresas precisam considerar como parte integrante de sua responsabilidade social e aos seus programas de sustentabilidade.”⁶⁸

⁶⁷ PEN, Jeane, WWF Boletim, Ano VI, No.28, Maio de 2002

8 CONCLUSÕES

Em numerosos setores operacionais dos processos de gestão ambiental, as ONGs poderão exercer um papel estratégico que varia do apoio às medidas ambientalmente corretas de atores governamentais e/ou empresariais ao combate eficaz às medidas que podem causar mais danos do que benefícios à causa do desenvolvimento sustentável. As ONGs são numerosas e seus objetivos nem sempre são coincidentes. O mesmo pode ser afirmado quanto às maneiras de atuação. Entretanto, na grande maioria dos casos, a disponibilidade de recursos financeiros para sua atuação será o fiel da balança entre o fracasso e o bom êxito. O capital privado pode se tornar uma fonte fundamental para esses recursos.

Como atrair o capital privado para uma ONG? Este é o desafio de toda pessoa que trabalha na captação de recursos junto às organizações não governamentais. O capital privado foge da ignorância, do analfabetismo e doença, mas por outro lado, ele é atraído pelo sucesso e pela excelência. Sucesso atrai sucesso. E nesse sentido, sendo a Fundação SOS Mata Atlântica um marco no movimento ambientalista brasileiro, torna-se factível e viável, atrair-se o capital privado para a entidade. A SOS conta, atualmente, com 100 mil sócios, criou uma geração de lideranças na área ambiental e viabilizou a criação de ONGs, sediando o Fórum Global, na Rio-92. Ainda hoje, é a entidade coordenadora da Rede de ONGs da Mata Atlântica, sendo importante articuladora da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais e do Fórum Social Mundial. Ao longo de seus 15 anos de atividades, a entidade criou sólidas parcerias com o setor privado, desenvolveu projetos técnicos e científicos respeitados no Brasil e no exterior, fortaleceu-se e se profissionalizou. Vale destacar que a entidade vem cumprindo a sua missão de conservar a mata atlântica e, principalmente, trazendo a conscientização da existência e importância deste bioma, para o povo brasileiro.

Sendo o capital privado um covarde, fugindo das políticas e das regiões onde não há incentivo e nem apoio governamental, o nosso trabalho de captação de recursos junto à SOS, há uma década atrás, teve muitos desafios. Num país com pouca ou quase nenhuma cultura de filantropia, era difícil de se implementar campanhas de captação e de se obter efetivo apoio do empresariado. Podemos garantir que o sucesso de qualquer ONG depende das parcerias feitas, em especial, baseado no seu Plano Geral de Trabalho, Ferramentas a serem utilizadas e muito, muito trabalho, em torno dos doadores. Selecionar os possíveis doadores, estimulá-los ao máximo, a fim de se engajarem no trabalho que deve se envolver, todos os participantes, desde o boy ao presidente da empresa. Sem esta iniciativa só pode surgir o fracasso de experiências de curto prazo ou mal sucedidas.

No caso da SOS, nosso principal estudo de caso, a entidade se fortaleceu ao longo dos anos e provou que com um trabalho sério e fiel à sua missão, conseguiu agregar valor à sua marca, firmando sólidas parcerias com a iniciativa privada, governo e com a sociedade civil organizada e é hoje, um expoente no cenário das Organizações Não Governamentais brasileiras. A SOS, segundo nosso ponto de vista, é a organização brasileira que possui o maior potencial para seguir as recomendações que sugerimos.

9 RECOMENDAÇÕES

As opiniões e os fatos discutidos permitem a opção que ora fazemos de recomendar às ONGs atuantes no campo ambiental as seguintes ações prioritárias:

- a) conquistar credibilidade e transparência junto ao grande público e aos setores governamentais e empresariais;
- b) adotar modelos comunicacionais que minimizem conflitos gerados por equívocos e apreciações incompletas de seus atores;
- c) promover o desenvolvimento de estratégias de ação eficazes adotando os exemplos de organizações bem sucedidas no alcance de seus objetivos nobres;
- d) ampliar o leque de opções para a busca de políticas de persuasão que sejam ao mesmo tempo democráticas, legais, não corruptíveis, igualitárias e ambientalmente sustentáveis;
- e) respeitar diversidades culturais e a liberdade de opinião;
- f) procurar parcerias inter-institucionais, buscando fortalecer a organização e acelerar a conquista de seus objetivos;
- g) aproveitar a informação disponível nos documentos oficiais, nos comentários da mídia e nas opiniões dos participantes dos encontros internacionais como a Rio-92 e a Rio+10, por exemplo, após analisá-las com os devidos cuidados e iserção, através de reuniões e seminários com os atores de sua particular organização;
- h) divulgar os bons e maus resultados de sua atuação em projetos, programas e atividades similares visando ao desenvolvimento sustentável;
- i) poupar críticas indevidas e não suportadas por fatos aos programas e projetos governamentais e/ou empresariais visando a proteção do meio ambiente em todas as suas possíveis escalas de grandeza.

10 REFERÊNCIAS

1. A NOVA VÍTIMA, Diário do Povo, Campinas, 22/1/00, pg.3, Coluna Brasil
2. ALIANÇA Para a Conservação da Mata Atlântica, http://www.conservation.org.br/alianca/a_alianca.htm
3. AUSTIN, JE, Parcerias – Fundamentos e Benefícios para o Terceiro Setor, Editora Futura, Exame, Edição Especial, dezembro/2002, pg.10.
4. BARROS, F (org) et alii. *A Estratégia dos Bancos Multilaterais para o Brasil (2000-2003)*. Brasília: Rede Brasil, 2001.
5. BASILE, A, Entrevista dada em 10/01/03.
6. BOECHAT, R. SOS Mata Atlântica utiliza a Internet para reflorestamento. Gazeta de Alagoas, Maceió. Quatro de agosto de 2000; Seção Atualidades: Pg.A13.
7. Boletim SOS Mata Atlântica, *Kibon e SOS Juntas na Rio 92*, ano IV, p.6. maio de 1992.
8. Boletim SOS Mata Atlântica, Edição Especial 15 anos, Ano 4, No.21, Dez/Jan 2001/02.
9. Boletim SOS Mata Atlântica, No. 24, Ano 5, Ago/Set 2002.
10. Boletim WWF, No.28, Ano VI, Maio de 2002.
11. Boletim WWF, No. 29, Ano VI, Agosto de 2002
12. Business & Biodiversity, The Handbook for Corporate Action, Copyright 2002 Earthwatch Institute (Europe), International Union for Conservation of Nature and Natural Resources, World Business Council for Sustainable Development. All rights reserved. ISBN 2-940240-28-0, Printed in Switzerland by ATAR Roto Presse AS
13. CAMPALINI, M/AE, Site Verde Ajuda a Replantar Árvores. Jornal da Tarde, São Paulo. Quatro de agosto de 2000; Seção Geral: Pg.14.
14. PEN, JC, Manual Melhores Práticas de Ecoturismo, Programa MPE, Seção: Apoio, Financiamento e Parcerias/ Captação e Gestão de Recursos, FUNBIO.
15. Capital Já não é Visto Como Vilão, Valor Econômico, 11/10/00, Empresa e Comunidade, p.E16.
16. Coletânea Rio+10 (10) e (13), 0209 e 0225, Johannesburgo, África do Sul, Jornal do Meio Ambiente, Boletins CTA-JMA, www.jornaldomicioambiente.com.br
17. ANGELLINI, C. No Ibirapuera, ambientalistas se unem a favor da Amazônia. Jornal da Tarde, 22 de maio de 2000; Geral; pg17A.
18. Citação SOS, Projeto Tietê entra na 2ª Fase. Diário do Povo, Campinas. Vinte de julho, 2000; Seção Brasil: Pg.11.

19. Citação SOS, Uma Vitória e Um Exemplo. Jornal da Tarde, SP. Vinte e quatro de julho, 2000; Seção Editoriais: Pg.3¹
20. Citação SOS, Por Amor à Natureza. Diário do Povo, Campinas. Vinte e um de julho de 2000; Cosmo: Pg.08.
21. CUNHA, R, Boletim SOS Mata Atlântica, Dez/Jan 2001/02, Ano4, No. 21.
22. DEEN, T, A Cúpula da Discórdia, 0225 Coletânea Rio+10 (13), Johannesburgo, África do Sul, Rede Internacional de Comunicação, CTA-JMA.
23. Diário do Comércio-Belo Horizonte, “Ambientalistas Comemoram Hoje o Dia da Mata Atlântica“. 27 a 29/05/2000, Seção Geral, Pg.11
24. EMPRESAS DE FUTURO, Instituto Ethos, Número 6, Ano 2, Abril/maio 2000.
25. Encontro Debate Conservação da Mata Atlântica na Bahia, Correio da Bahia-Salvador, 4/7/00, Interior, pg.7
26. FELDMANN, F, Entrevista realizada em 27/02/03.
27. Filantropia Virtual Conquista Internautas, O Estado de São Paulo, 9/10/00, Cidades, Pg.C2
28. FISCHER, RM. O Desafio da Colaboração – Práticas de Responsabilidade Social Entre Empresas e Terceiro Setor. Revista Exame. Dezembro de 2002, Edição Especial, pg.8.
29. FROM LICENSE TO OPERATE TO CONSTRUCTIVE ENGAGEMENT, Presentation to the Governor’s Meeting for the Chemical Industry, World Economic Forum, New York City, February 3, 2002, Richard Edelman, President and CEO, Edelman Public Relations Worldwide. (Anexo 1).
30. GUETHS, M, “Ministro Garante Veto ao Desmatamento“. Folha do Paraná-Londrina, doze de maio de 2000. Seção Geral, Pg.09.
31. HANAN S.A.& BATALHA B.H. Amazônia – contradições no paraíso ecológico – cultura Editores Associados, S.Paulo, 1995.
32. HERZOG, AL. A Busca pelo Parceiro. Revista Exame, Guia de Boa Cidadania Corporativa. Dezembro, 2002. Edição especial, pg. 8.
33. Instituto de Estudos Sócio-econômicos -INESC “Conferência de Joanesburgo: questões fundamentais para a implementação dos acordos globais“. In: *Nota Técnica*, No. 68, Agosto de 2002.
34. Internet – Sites para uma Nova Era, Revista Planeta, SP, Abril/00, Pg.11.
35. Investing for Sustainable Development, Copyright World Business Council on Sustainable Development, IUCN, The World Conservation Union, World Bank Institute, LEAD International, Deutsche Bank, August 2002., Printed by Atar Roto Presse SA, Switzerland.
36. IPIECA, *Biodiversity and the Petroleum Industry, A Guide to the Biodiversity Negotiations* London, 2000.

37. JAWETZ, P. *A prompt book on sustainable development for the world summit in Johannesburg*. Aug. 2002, Center for U.N. Reform Education, Wayne, New Jersey, EUA.
38. JOHN, L, Boletim SOS Mata Atlântica, Dez/Jan 2001/02, Ano4, No. 21.
39. JOHN, L, AE, “Recuperação de Manguezal pode levar mais de 10 Anos“. *Jornal da Tarde-SP*. Vinte e dois de janeiro, 2000. Seção Geral, Pg.11A.
40. KLABIN, R, texto Harvard, com a colaboração de Adriana Mattoso e Márcia Hirota, Fundação SOS Mata Atlântica, 2002.
41. KLABIN, R, Entrevista dada em 03/01/03.
42. MACAN-MARKAR, M, Colaboram Maria Laura Mazza e Néfer Muñoz, 0209 Coletânea Rio+10, Johannesburgo, África do Sul, Rede Internacional de Comunicação, CTA-JMA.
43. MANTOVANI, M, Em Pauta, revista e, Pg.40
44. MANTOVANI, M, Entrevista dada em 10/01/03.
45. MARGOLUIS, R. e SALAFSKY, Nick. *Measures of Success*. EUA: Island Press, 1998. Ministry of the Environment, Secretary of Amazon Coordination, Introducing ARPA, Amazon Region Protected Areas Program. In: *ARPA* Brasília, DF, Brasil.
46. MATTAR, ME, Exclusivo para Ritz, 03/01/2003.
47. NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATIONS, THE FIFTH ESTATE IN GLOBAL GOVERNANCE, prepared by Edelman PR Worldwide and Strategy One, Richard Edelman, February 2, 2002, World Economic Forum, New York, NY, EUA. (Anexo 2).
48. Nota - “Fundação Lança Manual de Denúncias Ambientais”. *O Estado de S.Paulo*, dezoito de julho de 2000; seção Geral, pg.A18.
49. Nova Etapa na Despoluição do Rio Tietê, *Jornal do Butantã*, SP, 07 a 13/07/00, Seção Geral, Pg.14
50. NUNES, M, texto informativo sobre a parceria com a SOS e Banco Bradesco, 30/1/03
51. NUNES, M, entrevista sobre a parceria SOS e Bradesco, 30/1/03.
52. O TERCEIRO SETOR E A FILANTROPIA EMPRESARIAL, 2º Encontro INMED Brasil, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/IPEA, Pesquisa Ação Social das Empresas – Primeira Etapa IPEA/DICOD (1999/2001).
53. Participe desta Campanha Legal!, *Jornal da Cidade de Bauru*, 27/08/00, JC Criança, Pg.06
54. PEN, Jeane, WWF Boletim, Ano VI, No. 28, Maio de 2002
55. PEN, Jeane, RIO+10, Ainda Há Esperança na Cúpula Mundial, *Diário do Grande ABC*, 1/9/02, pg.2
56. POWELL, C. *Making Sustainable Development Work: Governance, Finance and Public-Private Cooperation*. Pronunciamento do Secretário de Estado dos Estados Unidos numa Conferência do Departamento de Estado em julho de 2002.
57. Recuperando a Mata Atlântica, *Jornal de Brasília*, Brasília, Informática e Ciência, Pg.E-2

58. Reflorestamento via Internet, Correio do Triângulo, Uberlândia, 04/08/00, Cidades, Pg.B-1
59. Relatório de Atividades do WWF-Brasil, 1999-2000, Texto 2001 WWF. Todos os direitos reservados.
60. Revista Info Exame-SP, “Os Blefes do PC“, Novembro/2000, Seção Inteligência Artificial, Pg.146
61. Revista Veja SP – SP, “O Risco Continua“. 26/01/00, Seção Estradas, Pg.19
62. ROCHA, R, FLORESTA VIVA, IESB, Bahia, disponível em: www.florestaviva.org.br.
63. SADER, E, Porto Alegre, até logo! Zero Hora, 28/01/2003, Memória FSM 2003
64. São Paulo/Agência Estado, SOS Mata Atlântica lança projeto de Reflorestamento pela Internet. Diário do Comércio, Belo Horizonte. Quatro de agosto de 2000; Estilo: Pg.18
65. Sustainability, Economics, Ecology, Social Responsibility, published by Deutsche Bank AG, Frankfurt am Main, 5th updated version, Completed: May 2001. Printed by Leipscher, Wetzlar.
66. STUART, H, ISTO É, WWF, Pra Não Dizer Que Não Falei das Flores, Negócios, Dinheiro, pg. 61, 26/02/2002
67. Terceiro Setor, Preservação, A Tarde, Salvador, 3/8/00, Economia, pg.02
68. TERENA, M, O Clamor dos Povos Indígenas, 0209 Coletânea Rio+10, Johannesburgo, África do Sul, Rede Internacional de Comunicação, CTA-JMA.
69. THE ECOLOGIST, Our Common Future, New Society Publishers, Philadelphia, 1993.
70. THE NATURE CONSERVANCY, Annual Report 2001.
71. Uma Nova Proposta, para um Novo Terceiro Setor, Copyright 2002, Senac CCT. Todos os direitos reservados. <http://www.sp.senac.br/terceirosetor/apres.htm>
72. Valor Econômico-São Paulo, Leila Gouvea, para o Valor de São Paulo, “Adesão Ao Modelo “Clique e Doe“ é cada vez maior. “09/11/2000, Seção Especial/Empresas & Comunidade, Pg.E6
73. Workshop Debateu Recuperação da Mata Atlântica, A Tarde-Salvador, Municípios, 11/7/00, pg.4
74. WORLD ENERGY COUNCIL, *Energy and Sustainable Development* First Magazine, 2002.
75. ZAHN, J, Entrevista dada em 03/01/03.

A N E X O S

Non-Governmental Organizations, the Fifth Estate in Global Governance

Anexo 1

Prepared by: Edelman PR Worldwide
and Strategy One

Richard Edelman
February 2, 2002
World Economic Forum
New York, NY

Methodology

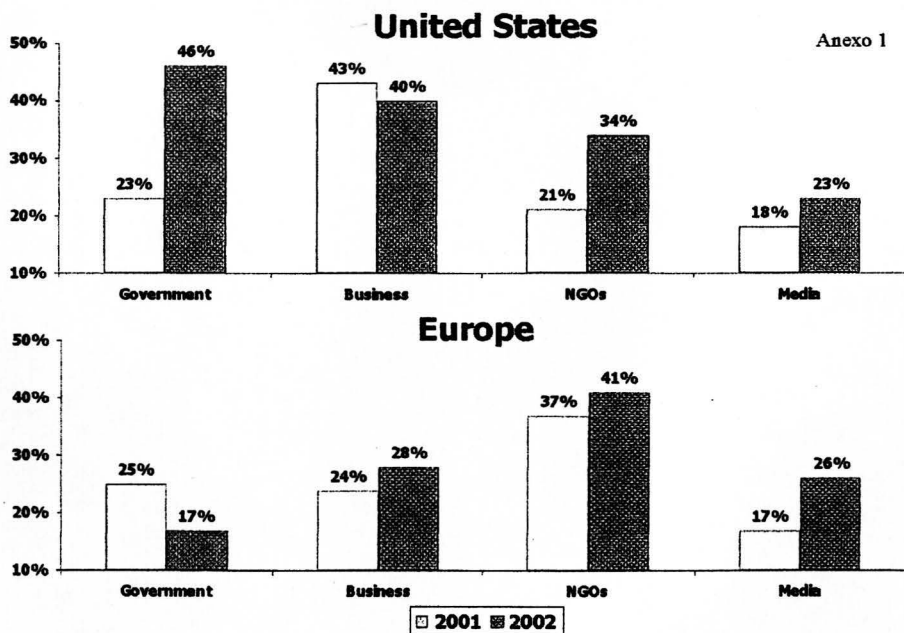
- Second annual Edelman NGO survey (original research completed January 2001)
- Research among 850 Opinion Leaders in January 2002
 - 400 U.S. Opinion Leaders
 - 450 European Opinion Leaders across the U.K, France and Germany
- Probed favorability and trust in:
 - Government
 - Business
 - Media
 - Non-Governmental Organizations (NGOs)
- Attitudes toward Brands, NGOs and Globalization

NGOs – The Fifth Estate*

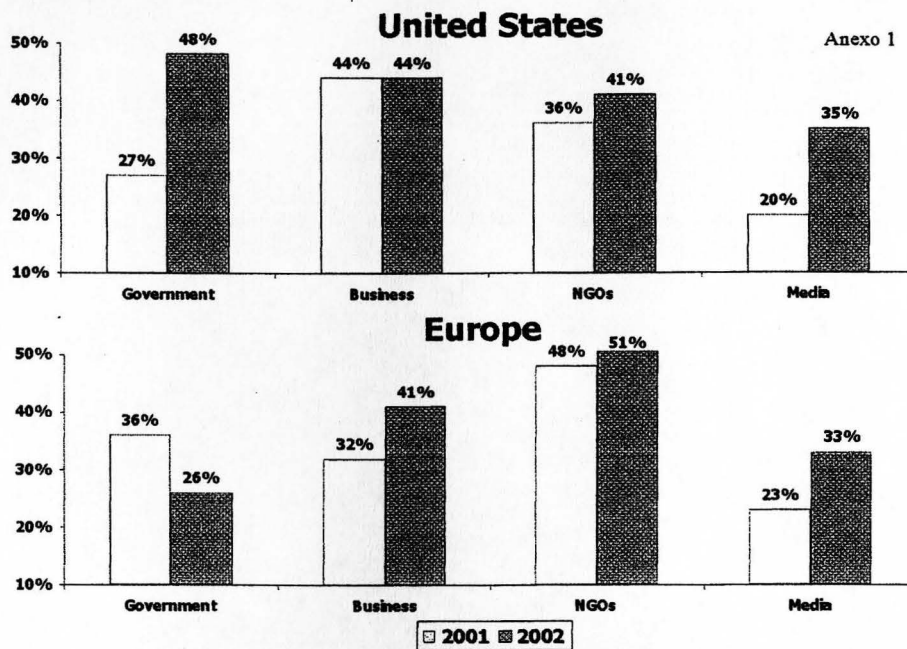
- NGOs break credibility threshold in U.S.^{Anexo 1} - at parity with Business, just behind Government
- Remain dominant in Europe
- NGOs now Fifth Estate in Global Governance
 - Momentum continues
 - Immune to shifting sentiment toward government and business

*Apologies to British Parliamentarian Edmund Burke who coined the phrase "Fourth Estate," concluding that there were three Estates within Parliament and dubbed newspapers the Fourth Estate.

Favorability Toward Institutions



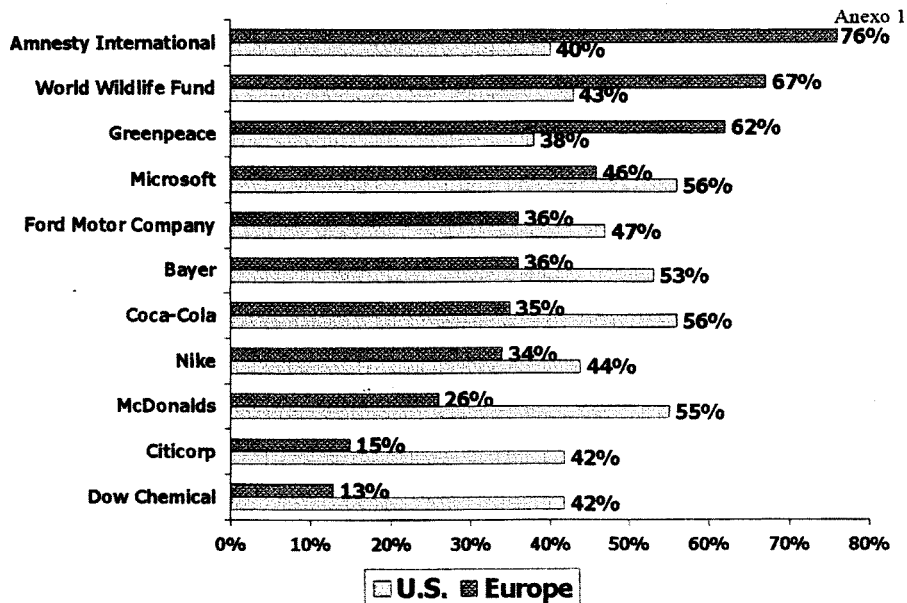
Trust in Institutions



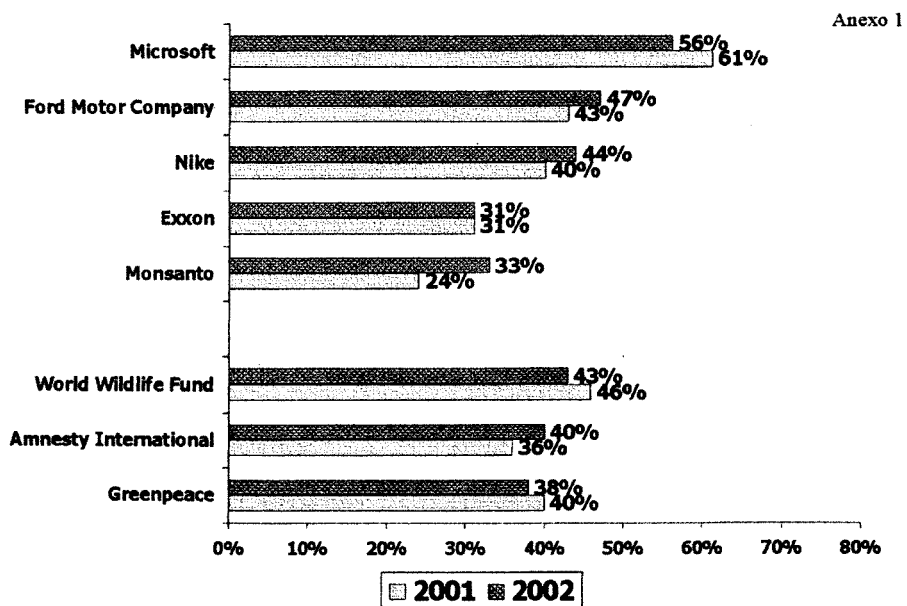
NGOs as Brands

- Anexo 1
- U.S. still believes strongly in private enterprise but NGOs now credible players
 - NGOs remain Super Brands of Europe
 - NGO and Business brands largely stable in U.S.
 - Increase in positive feeling toward business brands in Europe but still lower than in U.S.
 - NGOs primed to fill trust void if Business and Government slip in U.S.

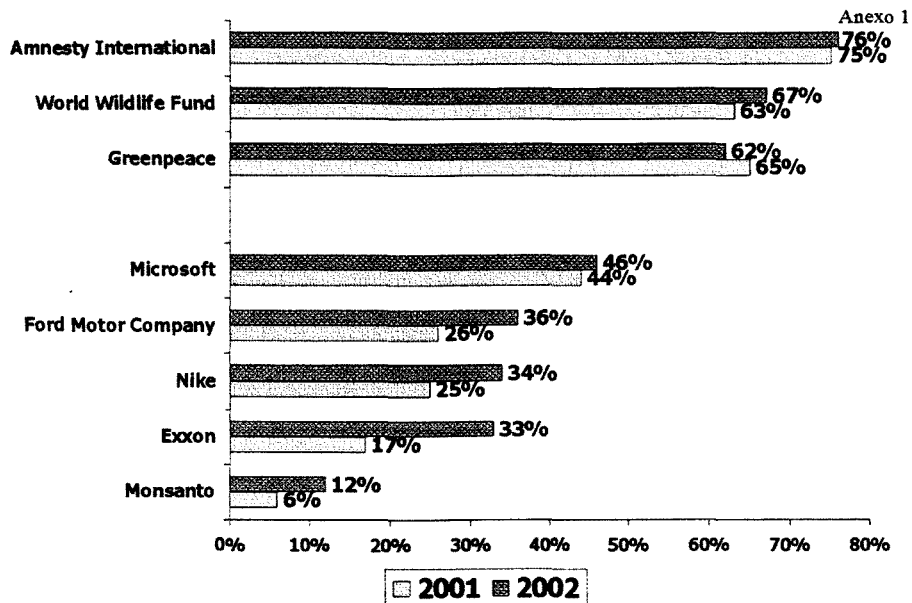
Trust in Brands - 2002 Europe vs. U.S.



Trust in Brands – 2001 vs. 2002 United States



Trust in Brands – 2001 vs. 2002 Europe

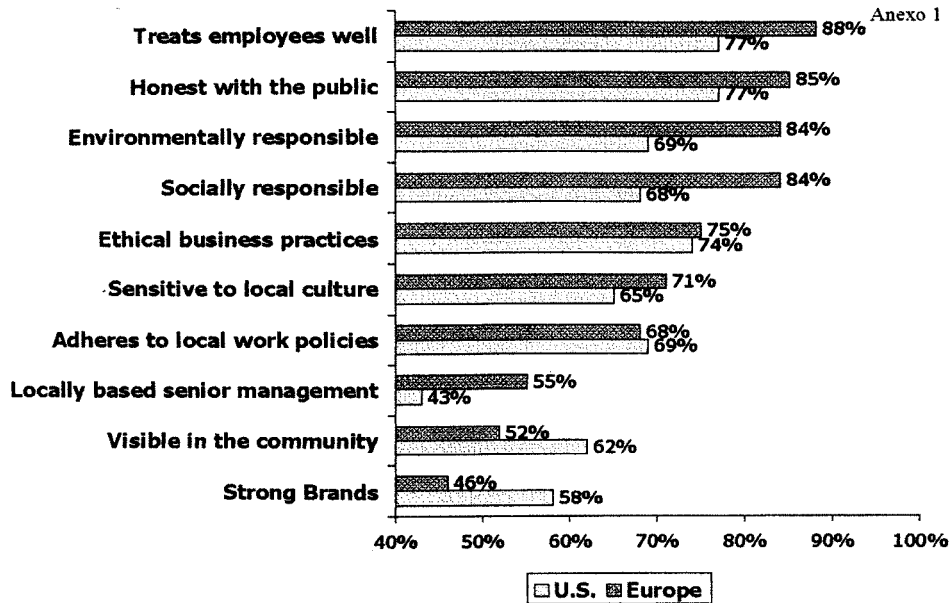


Social Responsibility – Corporate Attributes

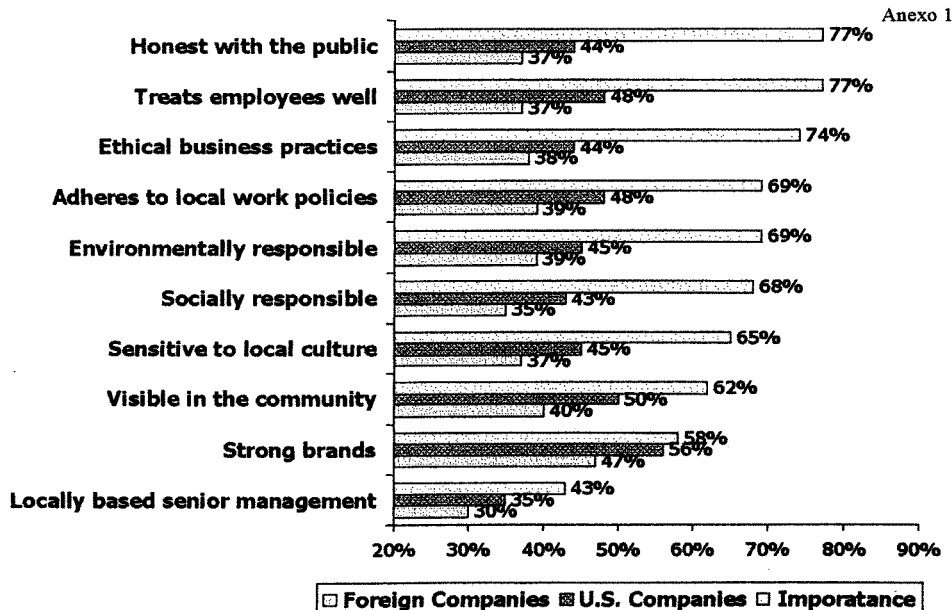
Anexo 1

- U.S. and Europe quite similar -- honesty with the public, employee treatment most important
 - Europe more focused on environmental and social responsibility
 - U.S. wants visibility in the community
- Foreign company discount clear in both regions

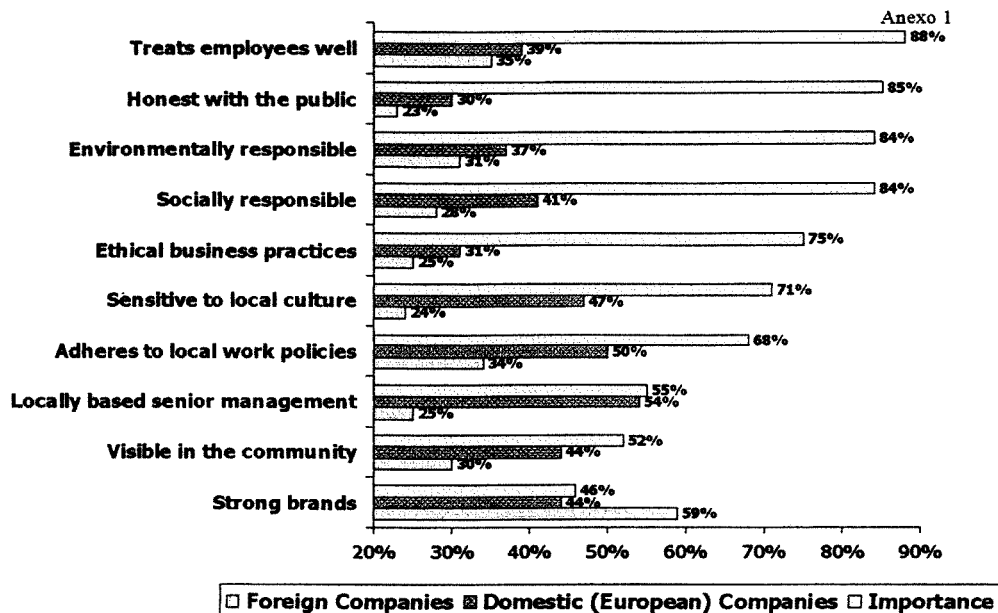
Importance of Corporate Attributes Europe vs. U.S.



Delivery of Corporate Attributes U.S. – Foreign vs. Domestic Companies



Delivery of Corporate Attributes Europe – Foreign vs. Domestic Companies



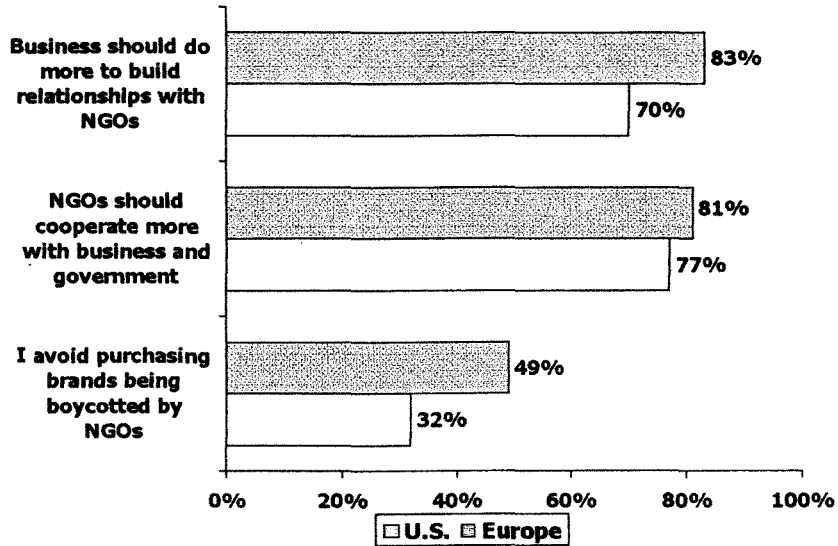
Roadmap for the Future

- Anexo 1
- Opinion Leaders want to see more partnering/cooperation between business and NGOs
 - Demand continued corporate social responsibility efforts despite recession
 - Concern about cultural homogeneity forced by globalization, especially in Europe

Attitudes -NGOs

Agree

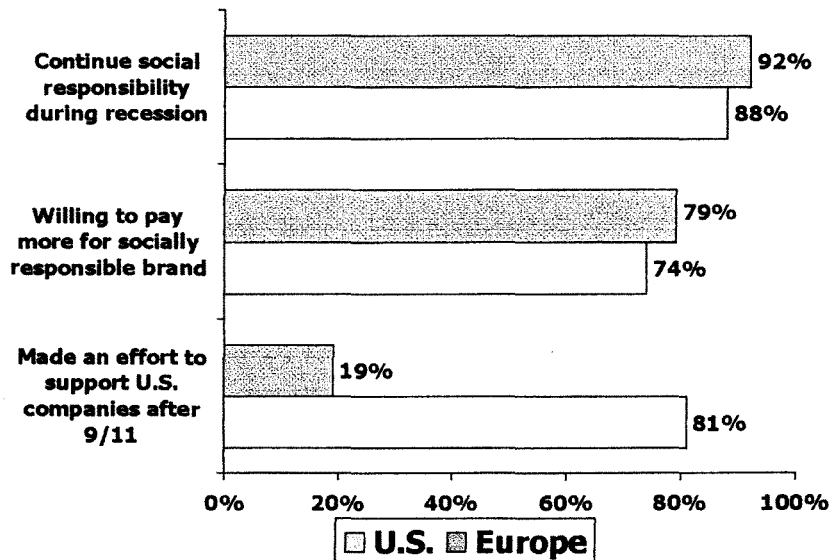
Anexo 1



Attitudes – Social Responsibility

Agree

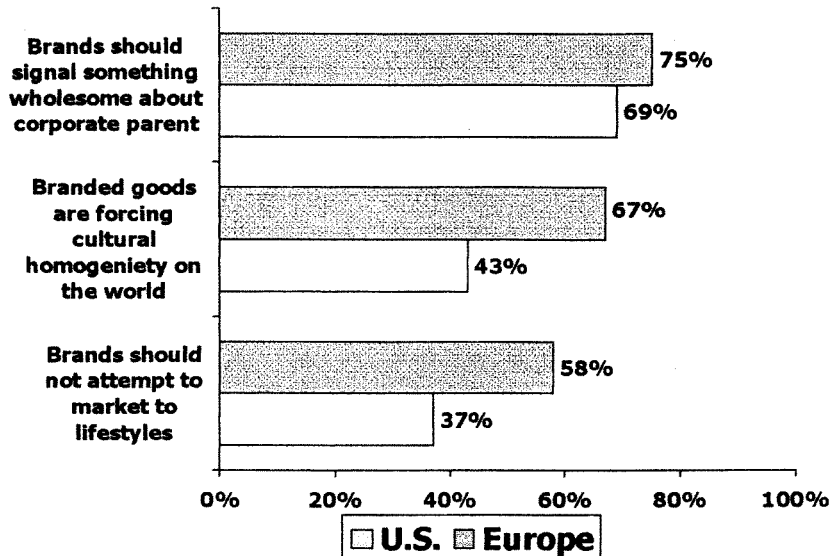
Anexo 1



Attitudes - Brands

Agree

Anexo 1



The Bottom Line:

- NGOs have strengthened their brands and are approaching parity in credibility with business and government
- NGOs have earned a seat at the table

Closing Thought

Anexo 1

Business, government and media have been joined by NGOs in the sphere of cross influence. In order for business to achieve and maintain high credibility, it will be increasingly important to communicate with stakeholders with speed, dexterity, transparency, and interactivity.

O Terceiro Setor e a Filantropia Empresarial

2º Encontro INMED Brasil

São Paulo, 21 a 23 de fevereiro de 2003

Roteiro da Palestra

- O Terceiro Setor no Brasil
 - Definição
 - Limites
 - Dimensionamento

- II. A Filantropia Empresarial no Brasil
 - A Pesquisa do IPEA
 - 10 Principais Resultados da Pesquisa

- III. Considerações finais

O Terceiro Setor deriva de uma combinação entre o “público” e o “privado”

Agentes		Fins	Setor
Públicos	⇒	públicos =	Estado – Primeiro Setor
Privados	⇒	privados =	Mercado – Segundo Setor
Privados	⇒	públicos =	Terceiro Setor
Públicos	⇒	privados =	(corrupção)

Fonte: Rubem César Fernandes

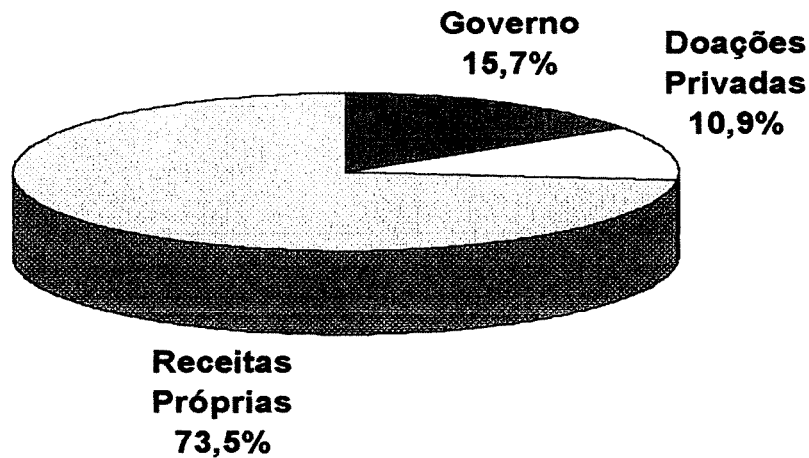
3

Segundo Rubem César Fernandes:

“O Terceiro Setor é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não-governamental, dando continuidade às práticas tradicionais de caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil”.

4

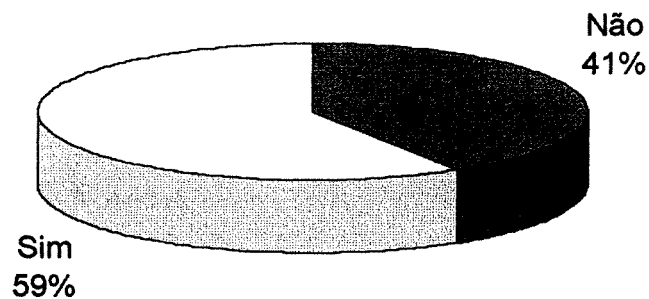
Fontes de Recursos do Terceiro Setor Brasil, 1995



Fonte: Leilah Landim

5

A Empresa Realiza Ações Sociais para a Comunidade?

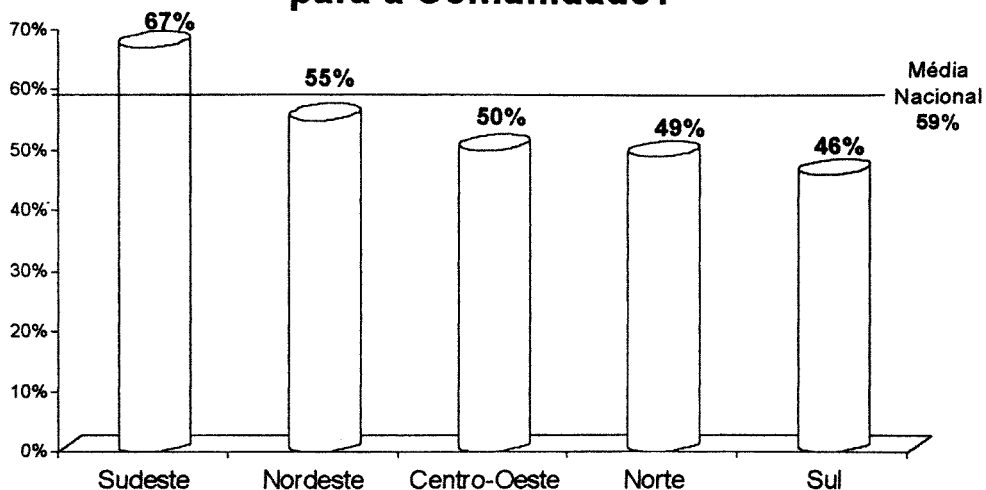


Total: 781.623 empresas

Fonte: Pesquisa Ação Social das Empresas - Primeira Etapa IPEA/DICOD (1999/2001)

6

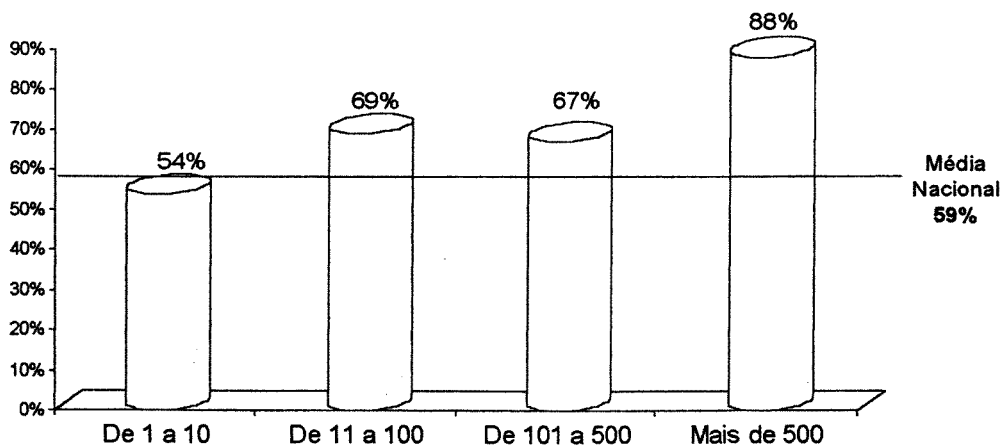
Por Região Qual a Participação das Empresas em Ações Sociais para a Comunidade?



Fonte: Pesquisa Ação Social das Empresas no Brasil - IPEA/DICOD (2002)

7

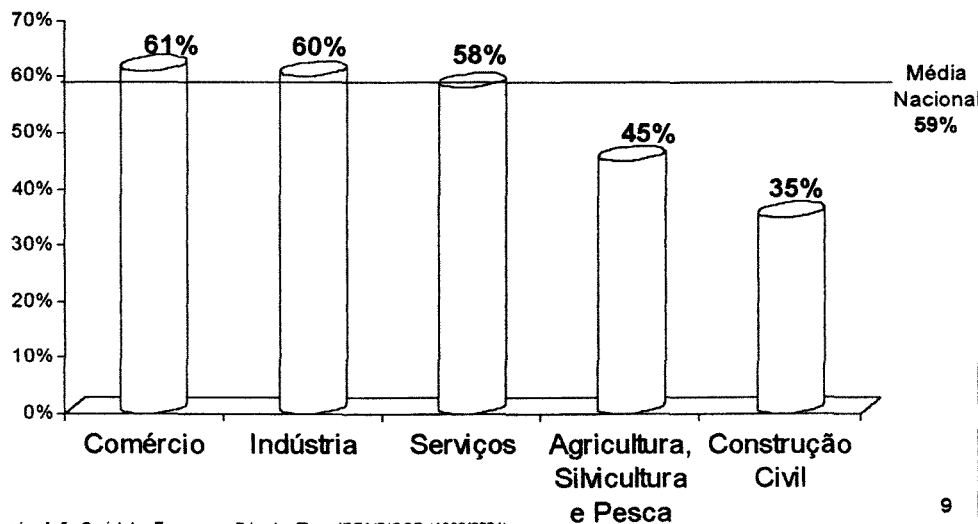
Por Número de Empregados Qual Participação das Empresas em Ações para a Comunidade?



Fonte: Pesquisa Ação Social das Empresas no Brasil - IPEA/DICOD (2002)

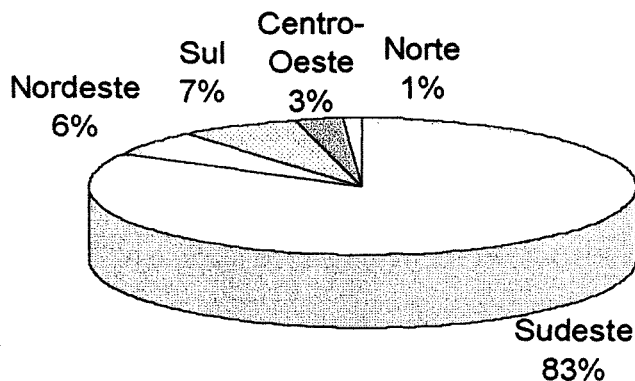
8

Por Setor de Atividade Econômica Qual a Participação das Empresas em Ações para a Comunidade?



Fonte: Pesquisa Ação Social das Empresas - Primeira Etapa IPEA/DICOD (1999/2001)

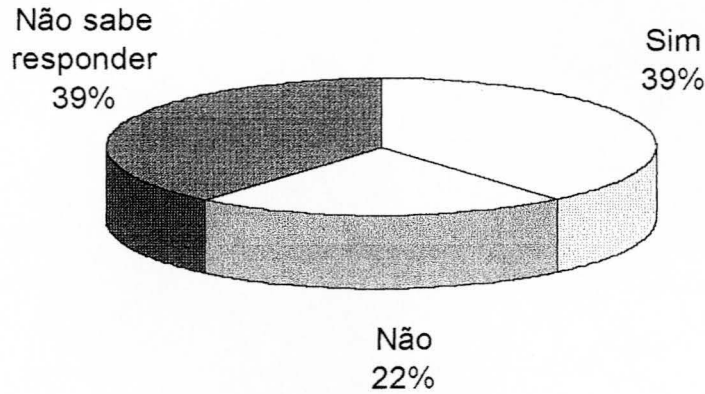
Distribuição Regional dos Investimentos Sociais Privados - 2000



Total de Recursos: R\$ 4,7 bilhões

Fonte: Pesquisa Ação Social das Empresas no Brasil - IPEA/DICOD (2002)

Há Planos de Expansão?



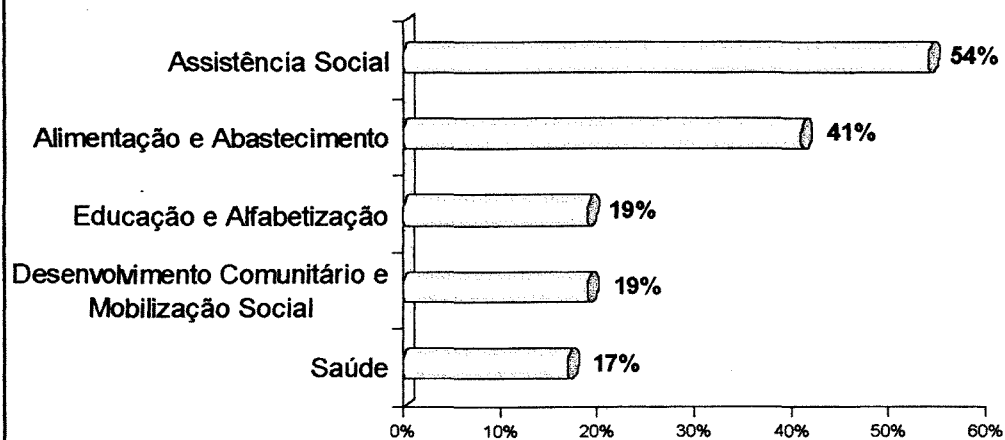
Fonte: Pesquisa Ação Social das Empresas no Brasil - IPEA/DICOD (2002)

Por Quais Motivos as Empresas Realizam Ações Sociais?



Fonte: Pesquisa Ação Social das Empresas no Brasil - IPEA/DICOD (2002)

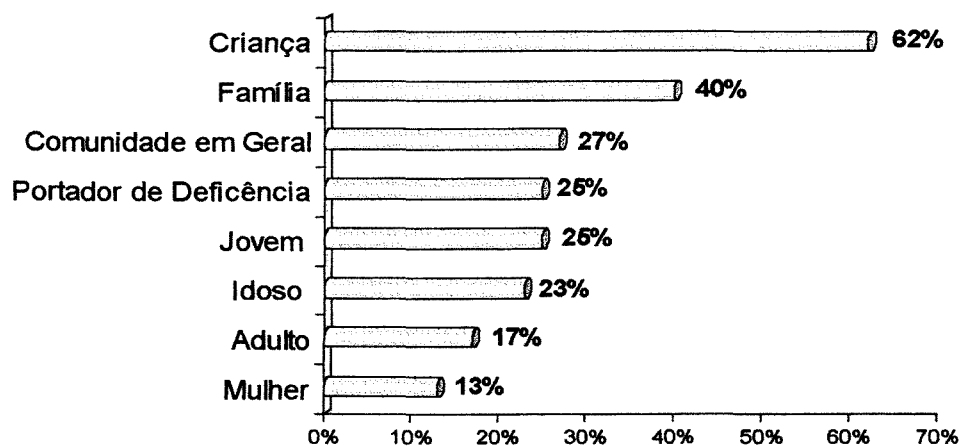
Quais as Principais Ações Desenvolvidas pelas Empresas?



Fonte: Pesquisa Ação Social das Empresas no Brasil - IPEA/DICOD (2002)

13

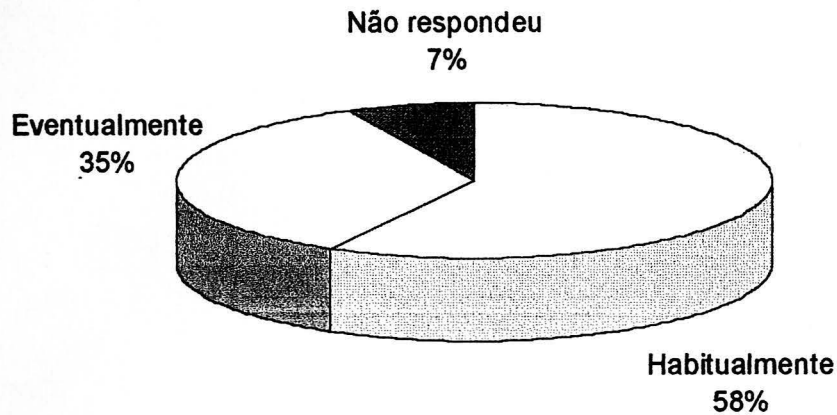
Para Quem as Empresas Voltam a Atenção?



Fonte: Pesquisa Ação Social das Empresas no Brasil - IPEA/DICOD (2002)

14

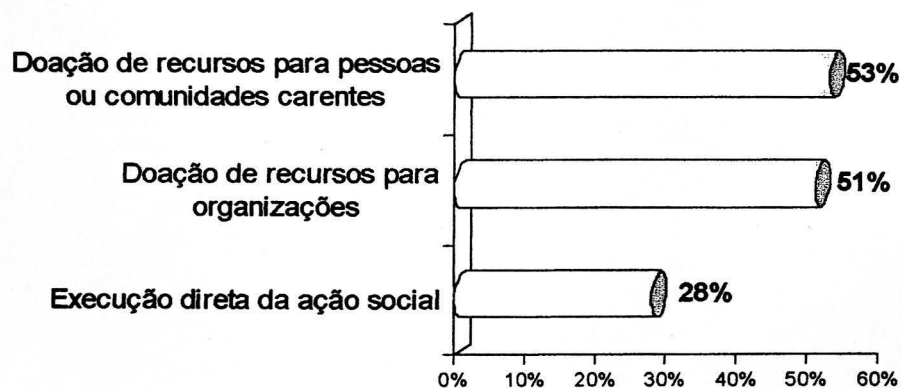
Com que Frequência as Empresas Realizam Ações Sociais?



Fonte: Pesquisa Ação Social das Empresas no Brasil - IPEA/DICOD (2002)

15

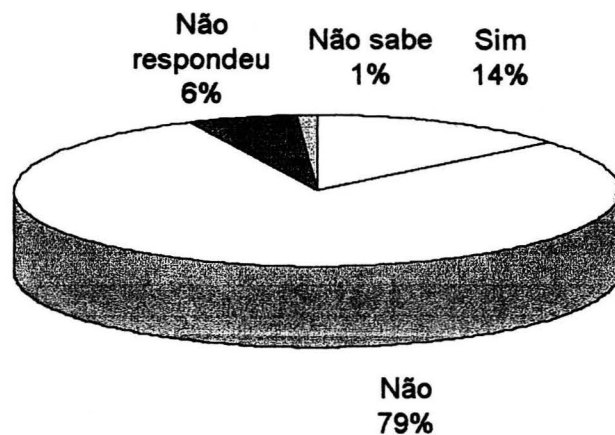
Como Atuam as Empresas?



Fonte: Pesquisa Ação Social das Empresas no Brasil - IPEA/DICOD (2002)

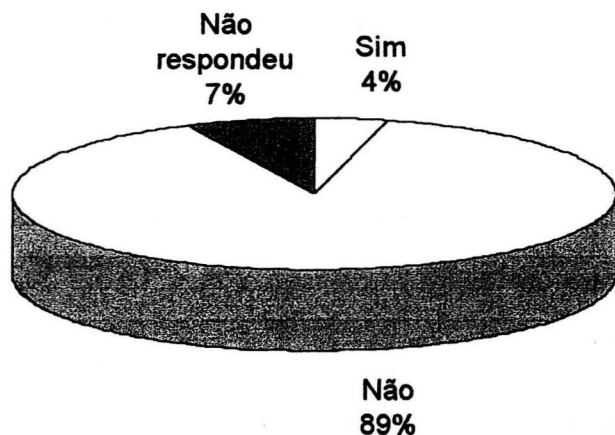
16

É Feita Alguma Avaliação?



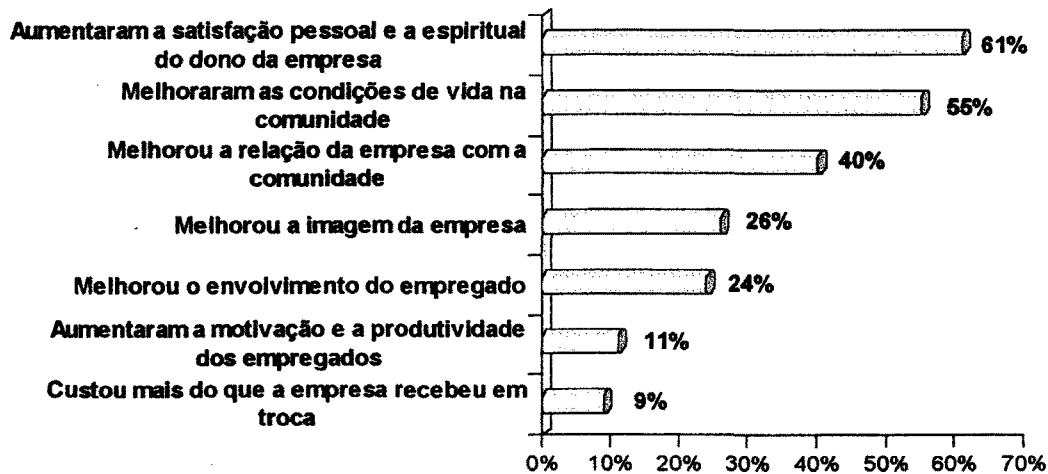
Fonte: Pesquisa Ação Social das Empresas no Brasil - IPEA/DICOD (2002)

É Feita Alguma Divulgação?



Fonte: Pesquisa Ação Social das Empresas no Brasil - IPEA/DICOD (2002)

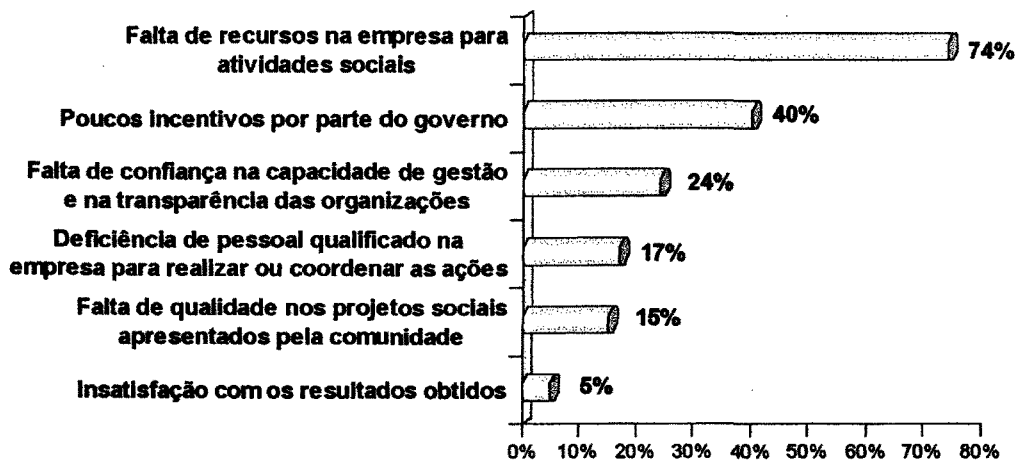
Quais os Resultados Percebidos?



Fonte: Pesquisa Ação Social das Empresas no Brasil - IPEA/DICOD (2002)

19

Quais as Principais Dificuldades?



Fonte: Pesquisa Ação Social das Empresas no Brasil - IPEA/DICOD (2002)

20

Pesquisa Ação Social das Empresas

Site: www.ipea.gov.br/asocial

Email: asocial@ipea.gov.br



Escritório da
CEPAL
no Brasil

**COMPARATIVO FINANCEIRO
REALIZADO PERÍODO**

ACUMULADO JAN. A DEZ.

REALIZADO					
ORIGENS DOS RECURSOS	1998	1999	2000	2001	2002*
1- RECEITA DE FILIADOS	573.106	1.513.369	1.964.876	2.741.328	2.710.000
4- MATL.PROMOCIONAL	39.328	173.814	153.022	69.959	45.000
5- PARCERIA /DOAÇÕES C/EMPRESAS	181.487	296.511	97.640	121.455	110.000
9- RECURSOS VINCULADOS	786.076	784.225	1.005.786	1.115.386	1.291.701
TOTAIS.....	1.579.997	2.767.919	3.221.324	4.048.128	4.156.701

APLICAÇÃO DOS RECURSOS	1998	1999	2000	2001	2002*
1- DESPS. C/PESSOAL	271.992	504.890	559.549	656.317	685.306
2- DESPS. C/SERVIÇOS / MANUT.	239.451	304.253	315.853	307.665	340.750
3- DESPS. GERAIS	206.791	163.080	109.635	105.419	131.730
SUB.TOTAL.....	718.234	972.223	985.038	1.069.401	1.157.787
4- PRODUTOS, CAMPANHAS E EVENTOS	0	517.987	404.456	404.953	363.460
5- CAMPANHA FILIADOS	0	302.137	466.314	561.319	423.000
6- APLICAÇÃO EM PROJETOS	772.511	544.515	924.746	1.186.188	2.030.000
TOTAIS.....	1.490.745	2.336.862	2.780.554	3.221.861	3.974.247
SUPERAVIT / (DEFICIT)	89.252	431.057	440.770	826.267	182.454

2002* = Previsão